

Retórica e mais retórica

O Governo do PS e do Eng.º Guterres é, cada vez mais, um Governo de mera retórica. Isto é, um Governo de permanente recurso aos exercícios de retórica que, depois, não são sustentados pela sua concretização no «terreno».



■ Octávio Teixeira Pág. 18

As pescas também têm direito a voz!

Em virtude de não terem sido acautelados os interesses nacionais, Portugal perdeu (como o próprio Governo reconhece em recente publicação) grande parte dos pesqueiros externos.

■ Lino de Carvalho Pág. 19

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 4 de Dezembro de 1997 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1253 • Director: Carlos Brito

Carlos Carvalho no comício do Porto

DAR MAIS FORÇA À CDU



«Esta é a hora e a vez de lembrarmos aqui que mais importante do que decidir se o Presidente da Câmara é o Gomes ou o Azeredo, o Menezes ou o Carvalheira, o Loureiro ou o Baptista é dar mais força aos candidatos da CDU no distrito do Porto como única garantia de as populações elegerem autarcas para quem o trabalho, a honestidade, a competência e a transparência são valores essenciais de que não abdicam em nenhuma circunstância.»

Págs. 5 e 6

SONDAGENS

Informação ou manipulação?

Págs. 24 e 25

Projecto Autárquico CDU Valoriza participação das mulheres



Págs. 26 e 27



Reportagem no Vale do Ave

Só a CDU pode protagonizar a mudança

Centrais

EDITORIAL

A campanha e os atropelos

Aí está a campanha eleitoral autárquica a mobilizar as atenções dos portugueses. É agora o período decisivo para confirmar e consolidar os apoios e as adesões conseguidos na pré-campanha, para transformar em decisões de voto as simpatias despertadas e para decidir os indecisos através da intensificação do trabalho de esclarecimento, quer nas sessões e comícios quer, especialmente, nos contactos directos.

Fazendo como que um balanço da pré-campanha da CDU, Carlos Carvalho afirmou, ao intervir no Porto, no passado Domingo:

«Chegamos a esta fase com um imenso trabalho pré-eleitoral desenvolvido ao longo de meses, em que avultam, pela sua importância e significado, milhares de acções de prestação de contas e de iniciativas de contacto directo com as populações e um amplo e esforçado trabalho de elaboração de listas que, só por si, é uma grande afirmação de participação democrática e um forte testemunho do empenho da CDU na intervenção cívica dos cidadãos em torno dos problemas essenciais das comunidades onde vivem.»

A CDU entra na campanha com a força da obra feita e do trabalho realizado, com a afirmação das provas dadas e o prestígio dos seus candidatos e com o desafio das suas ousadas propostas, projectos e programas.

Nestes domínios concretos que deviam ser as grandes referências de uma campanha eleitoral a sério, as candidaturas da CDU não receiam confronto com quaisquer outras.

Não receiam confronto quanto à obra feita no que respeita às acessibilidades, ao saneamento, a outras infra-estruturas de base, ao ambiente, à habitação, à educação, à saúde e à cultura. Em qualquer destas áreas os níveis de realização alcançados pela gestão da CDU ultrapassam largamente os que se verificam nas câmaras de outras cores políticas.

Não receiam confronto na prestação de informação e na promoção da participação activa das populações.

Não receiam confronto nas provas dadas pelos seus candidatos sempre pautados pelos grandes princípios do trabalho, honestidade e competência, enquanto noutras áreas políticas se sucedem os casos que nada prestigiam o poder local.

Não receiam confronto em relação à consistência do projecto e ao alcance e à audácia dos programas, onde a insatisfação é a nota dominante, mesmo onde se é poder e todos reconhecem a grande obra realizada.

As outras candidaturas é que receiam manifestamente um confronto a sério nestes terrenos objectivos em se decide da vida das populações e onde parecem reconhecer que a CDU é imbatível.

É por isso, certamente, que assistimos da parte dos adversários da CDU, com realce infelizmente para o PS, a uma pré-campanha recheada de intrigas, mentiras, provocações, quase sempre eivadas de um anticomunismo primário, e cultivadas não só por candidatos autárquicos, mas muitas vezes pelos próprios dirigentes nacionais. É neste caldo cultura que vicejam os «saleiros», os «xufres» e onde gostavam de vicejar os «torres coutos». Talvez o PS saiba tirar um dia as devidas lições destas práticas autárquicas. Na pré-campanha aquilo a que se assistiu foi a um festival de atropelos.

Os mais graves atropelos partiram precisamente do Governo, e ao ouvir-se o discurso do primeiro-ministro, na passada

segunda-feira, no Fundão, fica-se com todas as razões para reacear que eles continuem pela campanha eleitoral adentro.

O que se tem combatido na actuação do Governo é a forma como vem desrespeitando o princípio, a que está obrigado, da igualdade de tratamento de todas as candidaturas. O Governo tem favorecido escandalosamente as do PS, através, principalmente, da participação na pré-campanha do primeiro-ministro, de ministros e secretários de Estado ao lado de candidatos, assumindo compromissos de obras se eles forem vitoriosos e distribuindo cheques a colectividades populares, bem como do envolvimento de ministérios (caso recente do da Educação) e dos governos civis em acções de apoio eleitoral a essas candidaturas.

O que se tem combatido depois da remodelação do Governo é a confusão de funções do ministro Jorge Coelho que é simultaneamente responsável a nível do Governo pelo acompanhamento do processo eleitoral e pelo controlo da comunicação social, das forças policiais e dos serviços de informações e que é responsável, de facto, a nível partidário, pela condução e o essencial da oratória da campanha do PS.

Este superpapel atribuído ao ministro Jorge Coelho é de todo inadmissível num Estado de direito: não se pode ser ao mesmo tempo um tão-poderoso jogador e um tão-fabuloso árbitro.

Ora, António Guterres fez ouvidos de mercador a estas críticas. Insistiu que Jorge Coelho continuará a intervir na campanha como dirigente do PS, que o PSD não tem moral para o criticar e que PS faz o mesmo que o PSD fez em 1993. Nalguns aspectos até faz pior e, avaliar pela mobilização de camionetas para o comício do Fundão onde os viajantes nem sequer sabiam ao que iam, até faz lembrar as «manifestações espontâneas» do antigamente.

É verdade que o PSD não tem moral para criticar, mas o PS é que tinha a obrigação moral de proceder de maneira diferente, pois, em 1993 fez, justamente, muito barulho, incluindo conferências de imprensa para denunciar os comportamentos antidemocráticos do governo PSD de então.

Agora, o primeiro-ministro limita-se a garantir que «os ministros foram avisados para não se deslocarem aos comícios nas viaturas oficiais», mas, pelos visto, não se lembrou de lhes recomendar que não usem papel timbrado dos ministérios para convocar sessões eleitorais do PS.

A conduta facciosa do Governo PS tornou-se numa questão central da presente campanha eleitoral.

A genuinidade democrática das eleições do próximo dia 14 exigem que o Governo PS ponha termo aos atropelos em que tem incorrido e se converta à imparcialidade e à isenção a que está obrigado pela Constituição da República.

Uma certa histeria que se começa a manifestar nas hostes cor-de-rosa, depois da crise do Governo e da remodelação ministerial, não indicia força e segurança, mas preocupação e receio e a verificação de que algumas contas estão a sair furadas.

Pondo sempre o acento na especificidade das eleições autárquicas que se destinam acima de tudo a escolher quem vai gerir os municípios e as freguesias do país e os projectos que melhor servem as autarquias, é da máxima importância que as eleições exprimam também um juízo de séria reprovação da política do Governo, em conformidade com os protestos e as lutas sociais que estão em curso.

O voto na CDU é, simultaneamente, o que melhor corresponde à especificidade das escolhas autárquicas e o que melhor traduz a exigência de uma nova política para Portugal.



Carlos Carvalho visita o fórum cultural «Romeu Correia», em Almada

RESUMO

26 Quarta-feira

Os estudantes universitários do Porto protestam contra a lei de financiamento do Ensino Superior ■ O jornal «Público» publica o termo de declaração da compra do monte Córrego das Castanhas por António Vitorino, mostrando que o ex-ministro incluiu a parte urbana mas que declarou que a propriedade tinha custado apenas 3000 contos ■ A polícia francesa prende cinco indivíduos em Brest, entre os quais se encontram dois dos etarras mais procurados pelas autoridades espanholas ■ O Congo Democrático decide permitir os trabalhos da missão de investigação da ONU dos massacres no ex-Zaire ■ O Iraque convida a Unscop a verificar se existem armas nos palácios presidenciais.

27 Quinta-feira

Carlos Carvalho visita o Fórum Cultural «Romeu Correia», em Almada ■ O primeiro-ministro israelita ameaça anexar os territórios palestinos, se Yasser Arafat proclamar um Estado independente ■ A Assembleia Nacional da Argélia decide constituir um inquérito às alegadas fraudes eleitorais ocorridas nas eleições locais de Outubro, no dia em que mais 25 pessoas são violentamente assassinadas por islamitas ■ A Onusida revela que trinta milhões de pessoas estão infectadas com o vírus da Sida e que diariamente surgem 16 mil casos novos.

28 Sexta-feira

O secretário-geral do PCP visita várias localidades do Algarve e intervém num comício da CDU em Faro ■ A função pública entra em greve, registando-se uma adesão de 65 por cento de acordo com os sindicatos ■ Em Lisboa, um camião espanhol provoca um desastre que envolve 50 automóveis ■ No Iraque, prosseguem as inspeções da ONU sem quaisquer incidentes ■ Onze pessoas morrem na sequência de confrontos armados em Kinshasa, no Congo Democrático, junto ao palácio presidencial ■ O Governo indiano demite-se.

29 Sábado

Carlos Carvalho desloca-se ao Barreiro, Lavradio, Sesimbra, Alcochete, Samouco, Montijo e Oeiras e termina o dia num comício em Cacém ■ Sete pessoas são encontradas mortas na Colômbia, de mãos atadas e com indícios de torturas ■ Jovens palestinos

manifestam-se na cidade de Belém contra a ocupação israelita ■ Uma sondagem revela que os britânicos preferem o Estado-providência e que os jovens não se identificam com os valores individualistas do neoliberalismo.

30 Domingo

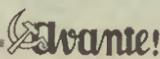
Carlos Carvalho participa num comício-festa no Mercado Ferreira Borges, no Porto ■ Os mineiros da Neves Corvo decidem suspender a greve até quinta-feira ■ Em Espanha, Mario Conde começa a ser julgado acusado de fraude, apropriação indevida e falsificação de documentos à frente do Banesto ■ O governo israelita aprova a entrega condicional de mais territórios da Cisjordânia à Autoridade Palestiniana ■ O primeiro-ministro checo demite-se devido a um escândalo sobre o financiamento do partido no poder ■ A imprensa argelina noticia que nos últimos dias foram mortos dezenas de islamitas pelas forças de segurança, todos acusados da autoria de numerosas chacinas ■ Realizam-se eleições presidenciais nas Honduras.

1 Segunda-feira

O secretário-geral da CDU visita Abrantes, Ponte de Sôr, e Avis ■ O Supremo Tribunal de Justiça espanhol condena os 23 membros da Mesa Nacional do partido basco Herri Batasuna a sete anos de prisão e 500 mil pesetas de multa ■ São noticiados mais massacres de camponeses na Colômbia, alegadamente a grupos paramilitares de extrema-direita ■ Luís «Lula» da Silva, líder do PT, anuncia a sua candidatura às eleições presidenciais brasileiras ■ Começa, no Irão, uma «Conferência de Paz» sobre o Afeganistão ■ Inicia-se em Quioto, no Japão, a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente ■ Múltiplas iniciativas em todo o mundo assinalam o Dia Mundial da Luta Contra a Sida.

2 Terça-feira

Carlos Carvalho desloca-se a Vieira de Leiria, Marrazes e Marinha Grande ■ Prosseguem em Quioto os trabalhos em torno de um projecto comum para combater as alterações climáticas ■ Após três anos de discussão, NATO aprova nova estrutura militar ■ O presidente paquistanês anuncia a sua demissão ■ Iniciada construção da estação de tratamento de águas residuais (ETAR) do Porto ■ O filme «Ossos» é premiado no Festival de Belford ■ Estado reforça capital da Gestnave.



Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Sotero Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Sotero Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex. 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7ª-A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A,
— 1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rosa — Linho — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7ª-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 46 100\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 28 600\$00	50 números: 33 850\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____ Telef. _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

ACTUAL

O critério da regionalização

Os defensores da regionalização dentro do PS parece terem percebido finalmente que o Governo e a direcção do seu partido têm andado a enganá-los.

Os ecos públicos das críticas feitas ao primeiro-ministro na reunião do Grupo Parlamentar, na própria reunião do Secretariado Nacional e outras que provêm de várias federações mostram que a regionalização está, com algumas das desgraçadas opções feitas na remodelação ministerial, no centro do mal-estar que invadiu o partido do Governo.

Há que dizer, no entanto, a esses parlamentares, autarcas e militantes do PS que acordaram muito tarde e só depois de terem aparado todas as jogadas através das quais os dirigentes do seu partido foram tecendo, por mote próprio ou por inspiração do PSD, o novo com que têm justificado e justificarão no futuro o adiamento *sine die* da reforma regionalizadora.

Foi António Guterres quem afinal abriu os olhos aos camaradas regionalistas ao acolher com indiferente satisfação («grande naturalidade», chamou-lhe ele) a declaração de inconstitucionalidade de

duas normas da Lei da Criação das Regiões Administrativas.

O primeiro-ministro parecia aliás não estar a espera de outra coisa, pois, logo se apressou a considerar a decisão do Tribunal Constitucional como «uma oportunidade única» para o PSD «dar o seu contributo» (como se ele quisesse) e a lei ser «o mais consensual possível», mesmo que para tal a discussão do mapa das regiões tivesse que voltar ao princípio e o referendo atirado para as calendadas.

Não é outra coisa que Guterres deseja, de contrário teria dito, em face da declaração de inconstitucionalidade, como fez o PCP e até alguns socialistas, que se deve rapidamente expurgar da lei as duas normas assim consideradas, que não são nada importantes, e avançar com o processo.

Este episódio revela uma vez mais a completa dependência do PS em relação ao PSD.

O Governo de António Guterres não se limita a seguir as linhas políticas essenciais dos governos de Cavaco Silva. A regionalização mostra como a governação PS não se atreve a fazer qualquer reforma nem

a dar qualquer passo qualitativamente importante sem ser avalizada pelo PSD e pela direita.

A lamentável verdade é que a governação PS ou faz como a direita quer ou não faz nada.

Esta é que é a «sagrada aliança» que nenhuns ataques verbais em tempo de eleições conseguem disfarçar.

O episódio da declaração de inconstitucionalidade de duas normas da Lei da Criação das Regiões chama também a atenção para a composição do Tribunal Constitucional, que se dividiu muito claramente entre esquerda e direita. Confirmou-se que o PSD está actualmente em maioria neste órgão fundamental do nosso sistema político. A fiscalização da constitucionalidade está agora condicionada por esta situação. Mas por que é que o Governo PS quis que ela se criasse ao retirar um dos seus juizes, Monteiro Dinis, enviado como ministro da República para a Madeira?

Mistérios que só a tal «sagrada aliança» pode explicar...

■ Carlos Brito

«Cidadãos» à solta...

A violação do dever de neutralidade e o abuso do poder por parte de membros do Governo em relação às próximas eleições autárquicas vêm-se tornando cada vez mais frequentes e estão a passar de todas as marcas.

Vejam-se, por exemplo, o facto da convocação de uma sessão de esclarecimento eleitoral do PS na Amadora, com a participação do ilustre «independente» senhor ministro Marçal Grilo, ter sido divulgada pelos próprios serviços do Ministério da Educação. Com o pormenor «picante» da convocatória se apresentar em duas edições oficiais: uma subscrita pela DREL - Direcção Regional de Educação de Lisboa - e a outra assumida pelo próprio Serviço de Imprensa do Ministério...

Observe-se, também, o procedimento de outra simpática «independente» que integra o Governo, a senhora ministra da Saúde, ao inscrever na agenda da sua recente deslocação oficial a Viana do Castelo e a Felgueiras, a participação num almoço da candidatura do PS à Câmara de Fafe.

Numa tirada vivaça, a adjunta da senhora ministra lá se afdigou a explicar a um jornal que «a visita oficial começa de

manhã, depois, à hora do almoço, a cidadã almoça onde quer, e, à tarde, a ministra retoma as suas funções», pois «a dr^a Maria de Belém, que é uma cidadã antes de ser ministra, tem que almoçar»...

Quanto ao novel ministro da Economia, segundo o relato do «Público» de anteontem, a sua intervenção num comício da naufragada campanha do PS em Gondomar ilustra bem o entendimento existente no Governo acerca do seu dever de neutralidade eleitoral.

Disse sua Excelência: «no âmbito das funções que desempenho no Governo estou aqui para dizer que podem contar com todo o apoio do Ministério da Economia» e que «o PS e o Governo vão transformar a Área Metropolitana do Porto no pólo mais importante do noroeste peninsular».

Somando estes a tantos outros casos recentes e comprovados de abuso do poder, não se justificaria que o Presidente da República chamasse a atenção do Governo em relação ao devido respeito pelas mais elementares regras democráticas?

■ Edgar Correia



Foto Sérgio Morais

Natal - a alegria dos trezentos?

EUA

Novos eventos

Multiplicam-se os sinais de que algo de profundo está em movimento na sociedade norte-americana.

No Verão deste ano, 185 000 trabalhadores da empresa de correio expresso UPS entraram em greve contra o trabalho precário e a flexibilização. Numa empresa com lucros na ordem dos mil milhões de dólares por ano (*Le Monde Diplomatique*, Outubro 1997) e onde 60% dos trabalhadores têm contratos a tempo parcial, a ganância do patronato queria impor novo agravamento das condições de trabalho e exploração. A greve contou com 95% de adesão. Após duas semanas, a empresa foi obrigada a ceder. Pela primeira vez em quase 20 anos, uma grande greve foi vitoriosa nos EUA. Para esse desfecho contribuíram numerosos factores, mas sobretudo uma crescente consciência de classe dos trabalhadores dos Estados Unidos, que está a alterar profundamente o movimento sindical americano.

A greve na UPS foi decretada e conduzida pelo Sindicato dos Camionistas (*Teamsters*), que se tornou tristemente célebre pelas suas ligações à Mafia. Mas em 1991, uma nova direcção foi eleita, colocando como objectivo prioritário «limpar» o Sindicato do seu passado de corrupção. A grande central sindical americana, AFL-CIO, também tristemente célebre pelo seu papel de ponta-de-lança do imperialismo americano na divisão do movimento sindical mundial (nunca é de mais relembrar o seu papel no nosso país) e de campeã do colaboracionismo de classe a nível interno, acaba também por ser investida, em 1995, pelos ventos de mudança. Nesse ano é eleita, pela primeira vez em muitas décadas, uma direcção que se propõe organizar e mobilizar os trabalhadores americanos - de ambos os sexos e de todas as raças - para a luta em defesa dos seus interesses e na recuperação do muito terreno cedido com a convívência das anteriores direcções. É sob proposta da nova direcção que o Congresso da AFL-CIO aprovou em Setembro deste ano, por unanimidade, o fim das cláusulas estatutárias que proibiam aos comunistas assumir cargos sindicais. O significado político desta decisão é enorme, num país com a história de perseguições anticomunistas que tem os EUA. E o crescente descrédito do anticomunismo ficou também patente na recente eleição de dirigentes comunistas para órgãos autárquicos, como aconteceu ainda o mês passado num subúrbio operário de Pittsburgh.

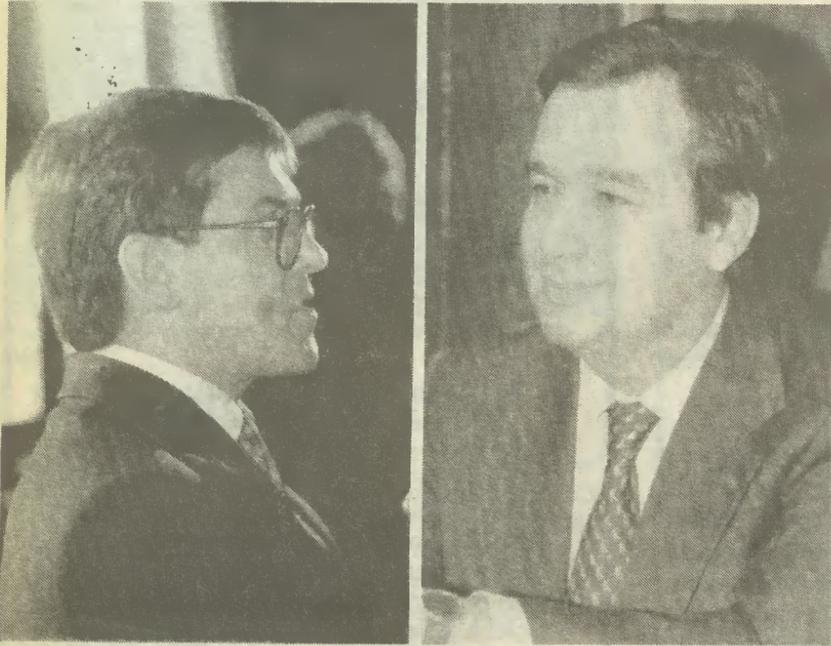
Mas há outros factos dignos de registo. Em Outubro realizou-se em Filadélfia uma gigantesca manifestação de mulheres negras pela afirmação dos seus direitos. Diz o *The Economist* (1/11/97) que «estimativas não oficiais da polícia colocam o número de participantes nuns impressionantes 1,5 milhão». A manifestação foi quase ignorada pela grande comunicação social. Uma das oradoras, a deputada do Congresso dos EUA, Maxine Waters, voltou a acusar a CIA de envolvimento na venda de droga nos *ghettos* americanos.

Seria, naturalmente, ilusório pensar que o poder ficaria de braços cruzados. Menos de uma semana após a vitória dos grevistas da UPS, o governo anunciou a anulação das eleições no Sindicato dos Camionistas, alegando irregularidades. Pelo sim, pelo não, um juiz veio agora proibir o actual presidente do Sindicato de se recandidatar ao cargo. As contas do Sindicato foram postas sob controlo do tribunal. E já há acusações de irregularidades a dirigentes de outros sindicatos ligados ao novo curso na AFL-CIO, e até a um dos três dirigentes máximos da Central. Nada de espantar, num país de largas tradições nesse campo. E onde nunca se poupou o uso da força quando estavam em causa os interesses do complexo militar-industrial.

Hoje, nos Estados Unidos, 5% da população detém 85% da riqueza. Generaliza-se a consciência de que todo o sistema económico e político apenas serve os interesses dos muito ricos. Metade dos americanos deixou, há muito tempo, de votar em qualquer eleição. Mas parece agora estar a dar-se um salto da passividade resignada para a intervenção. O curso é longo e, sem dúvida, difícil. Mas no coração do imperialismo há algo de novo em marcha.

■ Jorge Cadima

SEMANA



As «burrices» no PS

Fez esta semana manchete nos jornais a irritação com que António Guterres-Secretário-Geral-do-PS reagiu contra as críticas internas surgidas numa reunião do secretário

O caos no IVA

Centenas de contribuintes do IVA - os chamados trabalhadores independentes sem escrita organizada - estão a receber cartas ameaçando com execuções fiscais por falta de pagamento deste imposto, apesar de terem as contas devidamente regularizadas. Segundo o *Diário de Notícias*, funcionários dos serviços centrais da cobrança de impostos afirmam que «impera o caos» nestes serviços. No IVA, «a leitura óptica está atrasadíssima», com sacos e sacos de declarações de pagamento à espera de entrarem no sistema informático, enquanto outros serviços passam cartas a estes contribuintes, acusando-os de relaxe e ameaçando-os de execuções fiscais sobre impostos... que já pagaram. Entretanto, os funcionários das repartições de Tesouraria prometem acções de luta nos finais de Dezembro, reclamando as verbas mensais de um fundo constituído pelo ministro das Finanças Sousa Franco, sem que a contrapartida seja a retirada do abono para falhas dos «caixas». Esta luta perspectiva o adiamento da entrada de receitas fiscais nos cofres do Tesouro e dificuldades no fecho das contas orçamentais.

riado do Partido Socialista, nomeadamente pondo em causa a sua recente remodelação do Governo e o desafio lançado por António Guterres-Primeiro-Ministro a Marcelo Rebelo de Sousa para que este apresentasse o seu «mapa das regiões». António Guterres ter-se-á perturbado ao ponto de considerar «uma estupidez e uma burrice» as críticas contra o

seu desafio a Marcelo Rebelo de Sousa para que apresentasse o seu mapa das regiões, «estupidez e burrice» patenteadas por «não se ter percebido que era uma frase apenas dirigida ao PSD». Jorge Lação, um dos críticos, terá respondido que «estúpido acho que não sou, nem me tenho em conta de muito burro», insistindo no seu ponto de vista de que o desafio lançado por António Guterres a Marcelo Rebelo de Sousa veio «criar confusão onde não tinha de ser criada», pois a questão da regionalização já estava devidamente concluída. Quanto às críticas internas à remodelação governamental, cujas «ondas de choque» chegaram já esbatidas à reunião do secretariado do PS que estamos a citar, foram suficientes para, mesmo assim, António Guterres deixar claro aos seus pares que as mudanças no Governo são matéria da exclusiva competência do primeiro-ministro e não têm que ser debatidas em reuniões do partido.



Conferência da ONU em defesa do Ambiente

Iniciou-se na passada segunda-feira em Quioto, no Japão, uma conferência mundial de 10 dias promovida pela ONU com o objectivo de os 150 países presentes encontrarem um acordo que, finalmente, reduza as emissões de gases perniciosos para a atmosfera e trave o aumento da temperatura global do planeta. Esta conferência vem na sequência da Cimeira da Terra, realizada no Brasil em 1992 igualmente sob o patrocínio da ONU, da qual saiu a chamada Convenção do Rio onde todos os signatários «pediram» que a emissão de gases que provoca o efeito de estufa (nomea-

damente de dióxido de carbono - CO₂) se fixasse, no ano 2000, ao nível de 1990. Na Conferência de Berlim, realizada em 1995 com igual objectivo, verificou-se que tudo continuava na mesma, tal como acontece hoje. A perspectiva de que nesta Conferência de Quioto se dêem, finalmente, passos concretos contra a ameaça ambiental que paira sobre o planeta, está novamente ensombrada pela intransigência do governo dos EUA em aceitar reduções da emissão de gases tóxicos no seu país, apesar deste, sozinho, lançar para a atmosfera um quarto das emissões de CO₂ verificadas em todo o planeta.

Saleiro cada vez mais só

O presidente PS da Câmara de Ferreira do Alentejo, Pita Ameixa, e Francisco George, um dos três elementos da Federação Socialista do Baixo Alentejo que integram a Comissão Nacional do PS, protagonizam um ataque aberto ao ex-governador Civil de Beja, António Saleiro, isolando-o agora entre os seus próprios correligionários. Pita

Ameixa reivindica que o próximo Governador Civil de Beja deve ser empossado antes das próximas eleições autárquicas e deve ser «uma pessoa não telecomandada» por António Saleiro, um homem que usa e abusa «da chantagem emocional» para atingir os seus objectivos. Exige, igualmente, que Saleiro «não participe no próximo acto

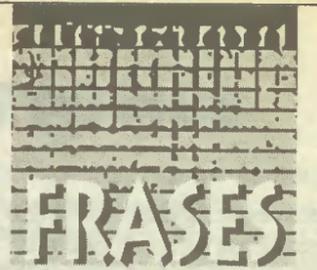
eleitoral» e que este «não ocupe o cargo de deputado na Assembleia da República e que abandone o de presidente da Federação do Baixo Alentejo». Quanto a Francisco George, manifestava-se em sintonia com estas apreciações a António Saleiro e defende que o PS tem de retomar a defesa dos «princípios indispensáveis da ética e da moral».



Dia Mundial contra a SIDA

O «Dia Mundial da SIDA» foi assinalado no passado 1 de Dezembro nas principais cidades de todo o mundo com manifestações, vigílias e marchas, sendo especialmente dedicado às crianças, vítimas directas e indirectas da doença que, segundo se prevê, causará 42 milhões de órfãos até ao ano 2010. O director-geral da UNESCO, Frederico Mayor, denunciou o abandono a que são votadas as

crianças com SIDA nos países em vias de desenvolvimento. Em Portugal, este Dia Mundial de luta contra a SIDA foi assinalado com uma «corrente humana» organizada em Lisboa e marchando do Marquês de Pombal para os Restauradores e o Rossio, contando com uma significativa adesão dos cidadãos e a presença de numerosas personalidades da política e do espectáculo.



«Marcelo (Rebello de Sousa) voltou para a rua, à cata de um velho para cumprimentar, de um bebé para acariciar ou de uma mulher para beijar. «Não pode ver uma mulher bonita, fica perdido!», gracejava Manuel Martins. «Essa é uma das vantagens de um líder: ter bom gosto», reconhecia o visado.»

(Público, 30.11.97)

«Se lhe tivessem dado largas, Marcelo ainda hoje andava por Vila Real a cumprimentar pessoas. Em Chaves, cumprimentou, uma a uma, cerca de duas mil pessoas, sempre com o mesmo (bem disfarçado) sorriso.»

(Idem, ibidem)

«Todo o povo de Portugal tem de pôr os olhos em vocês, porque souberam defender os vossos interesses. (...) Racistas são aqueles que não sabem compreender os vossos problemas.»

(Manuel Monteiro, em Vila Verde sobre o conflito entre as populações de Oleiros e Cabanelas e a comunidade cigana, citado pelo Público, 1.12.97)

«(José Luís) Arnaut e Teresa Gouveia desconsolados, repetiam vezes sem conta que votar no PSD é que é, para aumentar o peso do partido, para dividir os poderes na Câmara... Tudo em vão.»

(Diário de Notícias, 2.12.97, sobre uma visita de membros do PSD a Mértola)

«É preciso ter paciência para Cavaco», afirma Guterres.»

(Título do Diário de Notícias, 2.12.97)

«(Exijo que António Saleiro) «não participe no próximo acto eleitoral (...), não ocupe o cargo de deputado na Assembleia da República e que abandone o de presidente da Federação do Baixo Alentejo.»

(Pita Ameixa, presidente PS da CM de Ferreira do Alentejo, Público, 29.11.97)

«(O PS tem de retomar) «os princípios indispensáveis da ética e da moral.»

(Francisco George, membro da Federação PS do Baixo Alentejo, idem, ibidem)

«Tenho quarenta e dois anos, nasci em Lisboa, tenho origens em Salvaterra pelo lado Roquette, e no Alentejo pelo lado Ferro. Nunca vivi na província, sou a chamada urbana típica e a minha vida é pública.»

(Rita Ferro, Olá/Semanário, 29.11.97)

«Como é a vida da mais famosa boneca do mundo?

- Uma estafadeira!

- A sério?

- Nem imagina! A minha agenda é uma loucura... Sabe o que é passar a vida a provar vestidos, sapatos, penteados. Viver fechada numa caixa... Passar da caixa para o caixote dos brinquedos...

- Quer dizer que detesta ser Barbie?
- Não, de maneira nenhuma. Gosto imenso. Mas nesta altura do ano estou sempre muito stressada. Bom... pensando bem: esqueça o que eu disse antes. A minha vida é o máximo!»

(Entrevista imaginária à boneca Barbie, suplemento de Natal da Olá/Semanário, ibidem)

Comício-festa para apresentação das candidaturas CDU

O melhor património do Porto

são os seus moradores

A festa-comício para apresentação das cabeças de lista CDU das Assembleias Municipais e das 17 Câmaras do distrito do Porto decorreu no passado domingo, dia 30 de Novembro, no Mercado Ferreira Borges. Uma iniciativa que contou com a presença do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, Emídio Ribeiro e Vidal Pinto, do PCP, bem como de representantes do Partido "Os Verdes" e da Intervenção Democrática.

A abertura esteve a cargo do grupo Cantar José Afonso, que cantou e pôs a cantar as belas canções de Zeca Afonso.

As intervenções vieram a seguir e decorreram a bom ritmo.

José Calçada, deputado na Assembleia da República, candidato à Câmara de Lousada, falou em nome dos concelhos do interior, "um conjunto de concelhos com gravíssimas carências estruturais, das mais graves do distrito do Porto e mesmo do país", detendo-se em Lousada, onde a gestão dos últimos 8 anos do PS deixa duas marcas indeléveis - a fonte luminosa cibernética e a construção de um complexo de piscinas, mas deixa por resolver as carências prioritárias de saneamento básico, rede viária, defesa do património, despoluição do rio Sousa, habitação, ordenamento urbanístico, etc., para concluir que "mais do que em qualquer outro local se aplica ali a palavra de ordem da CDU, para fazer o que é preciso".

Valongo veio a seguir, na intervenção de Eduarda Ferreira, que trouxe uma mensagem de grande confiança em que a CDU subirá a votação para a Câmara e Assembleia Municipal e ganhará a Junta de Campo. Explicou isso pelo trabalho realizado pelos eleitos da CDU e pelo seu próprio, como vereadora, certa de que, em termos de higiene urbana, iniciativas turísticas e culturais, o trabalho da CDU marcará para sempre o concelho.

Serafim Nunes falou do concelho da Maia - metade realidade e metade virtual. Do seu processo de crescimento ao longo de 20 anos, por um desenhador (diga-se dr. Vieira de Carvalho) que, "enredado na teia dos interesses dos especu-

ladores imobiliários, traído pelo seu duvidoso gosto pelo majestático e pelo faraónico, empenhado em projectar-se através da Maia", não esteve à altura do desafio que se lhe colocava. Contrapôs a proposta da CDU para a Maia - centrada no cidadão, nas suas necessidades, em que o útil e o pequeno também têm o seu lugar. Uma proposta apontada para a revitalização de uma cidade que nasceu quase moribunda enquanto cidade. Uma proposta em que as freguesias vêem chegada a sua hora.

Pimenta Dias deu conta do entusiasmo que envolve os activistas da CDU em Gondomar, nos resultados do trabalho realizado pelos seus eleitos neste como em anteriores mandatos, em confronto com a incapacidade demonstrada, antes pelo PS e agora pelo PSD, de resolver as grandes carências no saneamento, nas zonas industriais e acessibilidades, de um concelho às portas do Porto, das mentiras e demagogia que continuam a enformar a campanha daqueles candidatos.

José Cavalheiro, candidato em Matosinhos, interveio a seguir escalpelizando o concelho que bateu o record de, em 20 anos, destruir uma zona industrial bem estruturada e acabar numa situação de total confusão, onde o comércio tenta desesperadamente viver sem clientes, onde a pesca e as actividades ligadas ao mar estão atrás das grades, onde existem 11 mil desempregados, mais de 3 mil pessoas com fome.

Ironizando sobre o comportamento autárquico de Narciso Miranda, comparando-o a um aspirador a funcionar ao contrário, Cavalheiro apresentou as propostas da CDU para alterar a situação e resolver, mesmo, os problemas fundamentais.

Para Antero Pires, Gaia, com os seus níveis terceiro-mundistas em relação às infra-estruturas básicas, às acessibilidades, mas também nos fretes à

especulação imobiliária, é o exemplo perfeito das gestões do PS e do PSD.

Antero Pires zurziu os candidatos que atravessam a ponte D. Luís e prometem, de um só fôlego, milhares de casas e outros milagres, ou que prometem resolver, agora, o que não fizeram no curso de oito anos, e pôs em destaque o trabalho válido e sério da CDU ao longo de todo o tempo.

Ilda Figueiredo encerrou o período das mensagens: "apesar da pompa e circunstância que o presidente da Câmara do Porto dá aos actos mais singelos, do frenesim das pré-inaugurações de obras incompletas, do corropio dos ministros na cidade - quem contacta com os portuenses, sabe que o Porto não é a cidade virtual e que o descontentamento existe".

Ilda afirmou com muita força

o projecto da CDU - porque a cidade precisa de quem esteja disposto a lutar por ela, a exigir mais financiamentos, a estabelecer e cumprir prioridades. Com todos os homens e mulheres de boa vontade que querem uma cidade harmoniosa, desenvolvida e solidária - com uma gestão pluralista, com decisões mais justas e humanas, porque o melhor património do Porto são os seus moradores.

Fotos de Vítor Castro

Vota CDU sempre melhor!

Entramos na fase decisiva desta grande batalha política

- extractos da intervenção de Carlos Carvalhas

O distrito do Porto merece e exige aquilo que lhe tem sido negado pela política centralista de sucessivos Governos de direita, da responsabilidade do PS e do PSD e pela gestão, pelos mesmos partidos, das autarquias locais.

Este é o distrito onde o PS e o PSD se têm revezado no poder autárquico, ora um ora outro, há mais de vinte anos. O resultado, está à vista! Anarquia no ordenamento do território e no urbanismo, desfiguração de identidades rurais e urbanas, falta de espaços verdes e de convívio, empobrecimento da vida cultural, enormes atrasos no

saneamento básico com graves consequências para a saúde pública. Este é o distrito onde ainda existem níveis baixíssimos de abastecimento público de água e que, quanto ao tratamento de águas residuais, apresenta taxas de cobertura escandalosas da ordem de 10%, 15% e 20% no interior do distrito e que não ultrapassam os 50% em Gondomar ou em Gaia, os 70% em Matosinhos ou sequer os 75% no Porto. Isto, camaradas, quando comparado com as taxas de cobertura de 90 e quase 100% que caracterizam a situação dos municípios administrados pela CDU, marca a diferença entre o projecto do PCP

e da CDU nas autarquias, voltado para uma gestão democrática, participada e empenhada na resolução prioritária dos problemas básicos da qualidade de vida das populações, e o presidencialismo demagógico, feito de política-espectáculo, obras de fachada e betão armado sem regra nem fiscalização, que caracterizam a orientação do PS e do PSD nas autarquias.

Este é o distrito que tem um concelho - Felgueiras - com a maior concentração de Ferraris e uma chocante ostentação de grandes fortunas construídas à custa de baixíssimos salários dos trabalhadores, que tem 82 000 desempregados e uma taxa de desemprego significativamente superior à média nacional.



Grande entusiasmo marcou a Festa-Convívio na Ferreira Borges

Entramos na fase decisiva desta grande batalha política

Uma política sem credibilidade

Que credibilidade pode portanto merecer a demagogia bairrista e regionalista dos dirigentes e autarcas locais do PS e PSD no distrito do Porto, quando são os seus partidos que nos sucessivos Governos têm sacrificado o desenvolvimento a sério da região, têm agravado aqui o desemprego e o trabalho precário, têm sacrificado o aparelho produtivo na indústria têxtil, na metalurgia, na agricultura, na pesca ou nas reservas em favor do grande capital financeiro e especulativo?

Que credibilidade podem merecer os que num dia vestem a casaca de autarcas para reivindicarem ao Governo e no dia seguinte envergam o fato de dirigentes partidários e andam com ministros e o Governo ao colo, apesar dos problemas adiados e por resolver? Como acreditar num partido e num Governo cujo Ministro Cravinho vem ao Vale do Sousa reconhecer que a situação do saneamento básico está ao nível do Terceiro Mundo, promete milhões e um programa - o Pro-Sousa - para resolver o problema, depois reduz as promessas à realidade crua de uns tostões que nada resolvem e cujo partido, com a cumplicidade do PSD, rejeita na Assembleia da República, no debate do Orçamento do Estado, todas as propostas do PCP para um programa de emergência de saneamento básico, para mais investimento público infra-estruturas e equipamentos, do património cultural, em vias de comunicação e escolas?

Menezes ou o Carvalheira, o Loureiro ou o Baptista é dar mais força aos candidatos da CDU no distrito do Porto como única garantia de as populações elegerem autarcas para quem o trabalho, a honestidade, a competência e a transparência são valores essenciais de que não abdicam em nenhuma circunstância.

Esta é a hora e a vez de, com determinação e convictos da nossa razão, nos dirigirmos à inteligência e ao coração dos cidadãos, dialogarmos e contactarmos ao longo das próximas duas semanas com os trabalhadores, os jovens, os homens e mulheres do Porto e do País, para lhes dizermos que vale a pena darem mais força e mais voz à CDU nas autarquias locais, que vale a pena darem oportunidade à CDU e aos seus candidatos de fazerem também aqui no distrito do Porto a obra que justamente distingue e é reconhecida nas autarquias CDU!

Vamos dizer, com a confiança da nossa razão, das provas dadas, do nosso projecto - Ponham-nos à prova! Dêem-nos mais força e mais voz nas autarquias, aqui no Porto, aqui no Norte, e verão a diferença que é a marca da CDU - o trabalho de equipa, transparente, democrático, exclusivamente dedicado às populações e à melhoria da sua qualidade de vida!

Esta é a hora e a vez de em todo o lado e a todos dizermos que vale a pena apoiar os mais de 5 000 candidatos da CDU no distrito do

Uma fase decisiva

Entramos agora numa fase decisiva desta grande batalha política que são as eleições autárquicas.

Chegamos a esta fase com um imenso trabalho pré-eleitoral desenvolvido ao longo de meses em que avultam pela sua importância e significado, milhares de acções de prestação de contas e de iniciativas de contacto directo com as populações e um amplo e esforçado trabalho de elaboração de listas que, só por si, é uma grande afirmação de participação democrática e um forte testemunho do empenho da CDU na intervenção cívica dos cidadãos em torno dos problemas essenciais das comunidades onde vivem.

Chegamos a esta fase decisiva depois de termos alcançado um grande êxito na apresentação das listas e nas suas características.

Na verdade, quando tantos continuam a repetir a enjoativa e roufenha cassetete sobre o nosso declínio e o nosso isolamento, não é pequena coisa que a CDU, com excepção de quatro concelhos dos Açores, concorra à totalidade das Câmaras Municipais e concorra este ano a mais 124 freguesias do que concorreu em 1993, e apresente mais de 40 mil candidatos.

Também não é pequena coisa que nas candidaturas da CDU a órgãos municipais haja 31% de independentes e a participação de



Porto, as suas listas para todos os órgãos municipais e para mais de 300 freguesias no distrito do Porto, que confirmam também aqui o PCP e a CDU como uma grande força autárquica, com uma destacada participação de mulheres e com mais de 1000 candidatos jovens, demonstrando que a juventude tem futuro e assume crescentes responsabilidades na CDU e que a CDU tem futuro com a juventude!

Esta é também a hora de dizer a todos os trabalhadores, a todos os portugueses que o seu voto na CDU pode não só dar mais força ao poder local democrático como fortalecer os que, com a CDU, se batem sinceramente em Portugal por uma política de esquerda a sério.

Porto, as suas listas para todos os órgãos municipais e para mais de 300 freguesias no distrito do Porto, que confirmam também aqui o PCP e a CDU como uma grande força autárquica, com uma destacada participação de mulheres e com mais de 1000 candidatos jovens, demonstrando que a juventude tem futuro e assume crescentes responsabilidades na CDU e que a CDU tem futuro com a juventude!

Mal menor não é alternativa

Aqui no distrito do Porto onde há muita gente interessada em querer resumir falsamente as eleições autárquicas à disputa das Presidências de Câmaras, devemos insistir com determinação e confiança que o reforço das posições da CDU nos órgãos executivos e deliberativos é sempre mais útil e mais compensadora para os eleitores e para a solução dos problemas locais do que qualquer arrastamento para uma escolha do mal menor em termos de Presidência de Câmara. Além do mais, em muitos concelhos do distrito do Porto, é uma evidência que a reforçada eleição de vereadores da CDU é uma excelente alternativa a maiorias absolutas de outras forças políticas que rapidamente descambariam na arrogância e na prepotência e que a reforçada eleição de vereadores da CDU poderá desempenhar em situações de maiorias relativas um papel fundamental de correcção de orientações negativas e de favorecimento de soluções mais conformes aos interesses das populações.

E falando directamente para todos os candidatos, para todos os activistas e apoiantes, para todos os eleitores da CDU, para todos os democratas e mulheres de esquerda, queremos sublinhar que não há nenhum motivo para que alguém se deixe desanimar por causa de algumas sondagens que vão sendo divulgadas.



mulheres se cifre em 23% e que em número de mulheres cabeças de lista da CDU a Câmaras e Assembleias Municipais tenha passado de 53 em 1993 para 83 este ano.

Somos os primeiros a achar estes dados ainda insatisfatórios, mas não deixa de ter um grande significado que enquanto na CDU há 37 mulheres que são cabeças de lista a Câmaras Municipais, o PSD apresenta 19 e o PS 10, isto apesar de em 1994 o Secretário-Geral do PS, intervindo no «Parlamento Paritário», ter feito um inflamado discurso sobre o empenho do PS em fomentar a participação das mulheres na vida política. Também aqui se vê a diferença entre

as promessas sem seriedade feitas só para os telejornais do dia e o esforço sério para promover a igualdade entre homens e mulheres com uma sua crescente assunção de responsabilidades.

Uma grande força

Mas, nas vésperas da abertura do período oficial de campanha, talvez o mais importante seja que, conhecendo bem as diferenças de situação que enfrentamos em cada região e em cada concelho, o que mais força de ânimo e vontade de vencer pode dar a todos nós é a plena consciência e o justo orgulho de sentirmos que pertencemos, não a um pequeno grupo sem influência nem perspectivas, mas a uma formação eleitoral e a uma corrente política que é uma grande força autárquica nacional, uma grande força que tem as principais responsabilidades da gestão de 49 municípios que abrangem um terço do território nacional e onde vivem mais de 1 milhão e trezentos mil portugueses, que tem a presidência de 314 freguesias, que tem mais de 4000 eleitos no poder local e que, além disto, convém não esquecer participa, na base de uma coligação formal, no governo da capital do país - provavelmente a única capital de um país europeu em que os comunistas fazem parte do governo do município - e exerce essas responsabilidades não por generosidade alheia nem por abdicção própria dos seus valores e ideias mas em razão directa da sua influência e do mérito do seu trabalho e das propostas.

O que distingue o projecto da CDU

O que distingue o projecto do PCP e da CDU nas autarquias locais não é apenas a superioridade reconhecida da nossa gestão democrática, participada, eficaz e isenta ao serviço das populações onde somos maioria. É também a reconhecida seriedade da nossa participação e intervenção activa e construtiva nas autarquias onde estamos em minoria, como sucede com as Câmaras do distrito do Porto.

Não partilhamos a política da oposição pela oposição, da terra queimada, do quanto pior melhor, da obstrução e do boicote, que caracterizam a atitude politiquieira doutros partidos quando estão em minoria nas autarquias.

Os vereadores da CDU nas Câmaras do distrito, Porto, de Gaia, de Gondomar, da Póvoa de Varzim, de Valongo, deram e dão público testemunho da nossa maneira responsável e diferente de estar nas autarquias, seja na administração com eficácia, competência e isenção dos pelouros que lhes estão atribuídos em Gondomar, Póvoa de Varzim ou Valongo, seja pela sua intervenção combativa, fiscalizadora e de apresentação de alternativas em defesa das populações onde o presidencialismo autoritário do PS, como nas Câmaras do Porto e de Gaia lhes recusou esse direito.

Esta é a hora e a vez

Esta é a hora e a vez de lembrarmos aqui que mais importante do que decidir se o Presidente da Câmara é o Gomes ou o Azeredo, o

Faro

A força para mudar

No comício que encerrou, sexta-feira passada, a deslocação de Carlos Carvalhas aos concelhos de Olhão e Faro, foram fortemente criticados os resultados de 22 anos de gestão autárquica repartida entre PS e PSD, que agora querem sacudir as responsabilidades.

Na capital algarvia, a CDU apresenta-se sob o lema «Ganhar para mudar» e com um programa «ambicioso, mas realista», como salientou Veloso Gomes, cabeça-de-lista da coligação para a Câmara Municipal.

O secretário-geral do PCP começou a sua jornada a Sul com uma visita ao Refúgio Aboim Ascensão, uma instituição de apoio a crianças desprotegidas, dirigida pelo psicólogo Luís Vil-

didatura da CDU no Pechão (freguesia onde a coligação PCP-PEV se propõe reconquistar a maioria). Na escola Paula Nogueira, Carlos Carvalhas juntou-se a cerca de uma centena de

bém, logo na abertura, os cabeças-de-lista da coligação a 10 câmaras algarvias, subindo o tom quando foram chamados os nomes mais próximos. Recordados e saudados com fortes aplausos foram também os primeiros candidatos às restantes 6 câmaras, que ali não puderam estar «por outras tarefas relacionadas com a pré-campanha eleitoral», como explicou o mandatário distrital da Coligação, José Morais, que presidiu ao comício.

O primeiro orador foi João Goulão, médico que encabeçou a lista da CDU em Faro nas anteriores eleições e foi então eleito

vida do concelho de Faro, «ainda piores nas freguesias não urbanas»

«Há 22 anos ninguém faz nada por esta cidade», acusou o candidato independente, que exerce no Hospital Distrital desde 1980 e foi por duas vezes eleito presidente do Conselho Distrital da Ordem dos Médicos. A acusação aos que têm repartido, desde o 25 de Abril, as responsabilidades políticas no concelho de Faro, foi seguida de uma enumeração das principais propostas que a CDU apresenta ao eleitorado e de entre as quais se destacam:

- a construção de grandes vias de circulação externa à cidade (3ª Circular) e de um apropriado acesso à Via do Infante;
- a criação de um passeio ribeirinho, como zona de lazer, passeio pedestre, cicloturismo, desportos radicais e desportos náuticos;
- a construção de um parque desportivo na zona da Penha;
- a criação de um centro cultural no Palácio de Estói
- a valorização da cidade velha e a recuperação, designadamente, do património arqueológico do Largo da Sé;
- a recuperação da Alameda e a criação de outros espaços verdes.

Veloso Gomes reconheceu que o programa eleitoral da CDU em Faro é «ambicioso», mas salientou que, ao mesmo tempo, «é realista».

Reafirmando que «vamos assumir as responsabilidades que os eleitores nos confiarem», o cabeça-de-lista classificou como reflexos do «medo crescente do PS em relação ao crescimento da CDU» algumas afirmações públicas que o acusam de vir a ser um eleito em part-time. Sublinhou o «capital de honestidade» da Coligação Democrática Unitária, em contraste com «os rumores que se ouvem nesta e noutras cidades» onde o poder autárquico não é exercido pelos comunistas e seus aliados.

Candidato independente, que surge em segundo lugar na lista da CDU para a Assembleia Municipal de Faro, o empresário e dirigente desportivo António Boronha manifestou a sua consternação por viver «há anos numa cidade adiada», uma vez



O comício de sexta-feira marcou o arranque para a fase mais intensa da campanha autárquica

Sem promessas e com paixão

A encerrar o comício-festa de sexta-feira, interveio Carlos Carvalhas, que começou por apontar um traço que caracterizou esta iniciativa e que distingue toda a campanha da CDU: não foram feitas promessas, o que ficou evidente foi uma grande paixão dos candidatos pela sua terra e uma forte vontade de trabalhar para melhorar a vida dos portugueses e portuguesas.

Por tal paixão, pelos programas que propõe e pelo trabalho realizado, «podemos nestas eleições pedir o voto de eleitores de diversos quadrantes» e «podemos esperar o apoio das populações», realçou o secretário-geral do PCP, que não deixou de denunciar as dificuldades levantadas à divulgação da mensa-

gem da CDU. Contra todos os obstáculos, expressou a sua confiança num bom resultado da coligação no dia 14, salientando que esse será também «um bom resultado para o povo».

Em diversas ocasiões, Carlos Carvalhas abordou o tema da regionalização, acusando o PS de, após as eleições autárquicas, querer atrasar o desfecho do processo, atirando a criação das regiões administrativas «para as calendas gregas», através de um jogo de passa-culpas com o PSD, que não está interessado na regionalização mas com quem o PS procura a todo o custo entender-se. Depois do acto eleitoral, denunciou o dirigente comunista, o PS vai enrolar mais esta bandeira.

que os responsáveis pelo poder local não foram capazes de realizar as esperanças e potencialidades criadas com o 25 de Abril. Criticou severamente as tentativas de alienação de responsabilidades por parte do PS e do PSD, comparando a sua atitude face aos problemas do concelho com o que sucedia na história do cabo Chico: na tropa, o cabo Chico criava na mesma pocilga porcos do Exército e porcos seus; quando algum adoecia, era da tropa; os mais gordos, eram do cabo Chico. Numa atitude semelhante, as figuras que ocuparam cargos da maior responsabilidade

querem assumir apenas os louros, sacudindo os erros e as faltas.

Para António Boronha, o programa eleitoral da CDU é «sério e exequível» e, enquanto nas outras forças políticas «perdem-se as referências e prevalecem as clientelas e os interesses pessoais», na coligação PCP-PEV encontram-se os valores da verdadeira esquerda.

«É na CDU que encontramos as melhores respostas para os nossos problemas» — sintetizou, por seu turno, Sara Medeiros, numa breve saudação feita em nome da Juventude CDU.



A confiança num bom resultado eleitoral foi vivamente saudada em Faro

las Boas, que chegou a ser apontado como possível candidato do PSD à CM de Faro.

Pouco depois das 18 horas, Carlos Carvalhas e alguns candidatos e apoiantes da CDU estavam na Rua de Santo António, distribuindo cumprimentos, folhetos de campanha, comentários e esclarecimentos às muitas centenas de farenenses que povoavam a baixa da cidade.

Em Santa Bárbara de Nexe, freguesia onde a lista da CDU é encabeçada pelo advogado Lenonardo Aniceto Bexiga Abreu, Carvalhas visitou a sede da candidatura.

Antes das 20 horas, já no concelho de Olhão, o dirigente comunista visitou a sede de can-

didatos e apoiantes da CDU, num animado jantar-convívio concelhio. Alguns dos convivas olhanenses fizeram questão de participar também no comício de Faro, aumentando o calor dos aplausos e das palavras de ordem que se fizeram ouvir depois das 22 horas no Conservatório Maria Campina.

O primeiro

O primeiro comício-festa da CDU em Faro reuniu cerca de três centenas de activistas e apoiantes da coligação, que não regatearam incentivos aos oradores. Muito aplaudidos foram tam-

vereador, sendo agora o mandatário concelhio. Reafirmou o seu total apoio a Veloso Gomes e aos demais candidatos, lamentando que os actuais afazeres profissionais (é conhecida a sua intensa participação em projectos relacionados com a prevenção e combate à toxicoddependência) não lhe deixem maior disponibilidade para intervenção no poder local.

As primeiras palavras de Veloso Gomes criticaram a «regionalização adiada» e as cedências do PS às exigências do PSD, nesta matéria tão cara aos algarvios. Apontou, de seguida, as gritantes contradições entre a condição de capital de distrito e os indicadores de qualidade de

Manter e alargar posições no Algarve

Manter as actuais três maiorias (Vila Real de Santo António, Silves e Aljezur), sem excluir a possibilidade de alargar este leque, e eleger mais vereadores em todo o distrito são os objectivos da CDU no Algarve, apontados no comício de Faro por Carlos Luís Figueira.

Este membro da Comissão Política do PCP, que encabeça a lista da CDU para a Assembleia Municipal da capital algarvia, sublinhou que a coligação «é no Algarve uma grande força autárquica, por mérito próprio, pela confiança que as populações depositam em nós e porque aprendemos com os nossos erros».

Notando que «temos três maiorias, como o PSD», Carlos Luís

Figueira contrariou a ideia de que as aspirações das populações serão melhor satisfeitas se estiverem no poder local pessoas da mesma cor política que o Governo. «Isto não se resolve com contratos de amigos», afirmou, defendendo uma postura firme dos eleitos autárquicos face ao poder central.

Ao valioso trabalho levado a cabo nos municípios dirigidos pela CDU, o dirigente comunista (que nos últimos quatro anos foi deputado municipal em Faro) somou o importante papel desempenhado pelos autarcas eleitos nas listas da coligação em diversos concelhos algarvios, onde foram neste mandato «factor de equilíbrio» para a tomada de decisões mais justas e

para ultrapassar desavenças entre PS e PSD ou dentro de cada um dos partidos.

Depois de apelar a uma ampla e empenhada participação no esclarecimento dos eleitores e nas iniciativas que vão decorrer até 14 de Dezembro, Carlos Luís Figueira admitiu que «não temos tanto dinheiro para propaganda» como as restantes maiores forças, acrescentando que, «se o tivéssemos, não o utilizaríamos assim», pois tão elevados dispêndios não se ajustam a um país onde tantas famílias vivem de salários muito baixos e, por outro lado, «não aceitaríamos ficar prisioneiros de quem paga as campanhas eleitorais».

Recuperar em Olhão

Todos juntos, os médicos que estão aqui não serão suficientes para curar as doenças de 21 anos de gestão PS no concelho de Olhão — esta foi a medida utilizada pelo cabeça-de-lista da CDU à Câmara Municipal olhanense para denunciar os graves problemas que ali estão por solucionar.

Intervindo no jantar-convívio de sexta-feira, na escola Paula Nogueira, Sebastião Coelho apontou, entre outras «doenças», o fraco desenvolvimento económico, a deficiente qualidade de vida e bem-estar da população, a poluição da Ria Formosa, a nula partici-

pação dos cidadãos na vida autárquica.

É sobretudo nestas frentes que a CDU se propõe atacar, com as propostas e os candidatos que apresenta às eleições do próximo dia 14 e para os quais espera ganhar um mais forte apoio, que permita aumentar de 1 para 2 o número de vereadores eleitos.

Sebastião Coelho, o primeiro nome da lista para o executivo, é actualmente membro da Assembleia de Freguesia de Quelfes. Pertence ao Executivo da Comissão Concelhia do PCP e à Direcção da Organização Regional do Algarve do Partido. Entre 1979 e 1985 fez parte da

Assembleia Municipal de Olhão. A lista para o órgão deliberativo do concelho é encabeçada pelo médico Joaquim dos Santos Elias.

Entre os objectivos traçados pela CDU no concelho está a reconquista da maioria na freguesia do Pechão (perdida por 3 votos) e voltar a eleger um candidato na Fuzeta.

A estas eleições o PS recandidata o actual presidente, mas sem o apoio das estruturas concelhias; como independentes, vários socialistas promoveram a «Lista X», que candidata à Câmara a presidente da Junta de Freguesia de Olhão.

CDU

Carlos Carvalhas em Abrantes, Ponte de Sôr e Avis

Dar expressão eleitoral à corrente de simpatia

Quando, na passada segunda-feira, na véspera do arranque oficial da campanha eleitoral, intervindo perante mais de 200 activistas e simpatizantes reunidos num almoço em S. Miguel de Rio Torto (Abrantes), foi sublinhada pelo Secretário-Geral do PCP a "corrente de simpatia" que envolve as candidaturas da CDU às autárquicas, o dirigente comunista - que já se desdobrara na fase de pré-campanha em inúmeras iniciativas um pouco por todo o País - sabia do que estava a falar e das razões fundas que animam este movimento.

Ali mesmo, bem como nas iniciativas que se lhe seguiram, ao longo do dia, nos concelhos de Ponte de Sôr e de Avis, foi também essa, invariavelmente, a atmosfera que rodeou Carvalhas e os candidatos. Uma razão adicional, que, em simultâneo com a consciência do valor do trabalho realizado, com o conhecimento da realidade e dos problemas, com a qualidade da composição das listas e da estreita ligação dos seus membros às populações, ajuda a explicar o clima de grande confiança no reforço das posições eleitorais da CDU.

No caso de Abrantes, onde a Coligação detém um vereador num executivo dominado com maioria absoluta pelo PS, o desafio que está colocado passa não apenas pelo reforço geral da votação, como também pela eleição de um segundo eleito para a vereação da Câmara. Idêntica aposta no reforço das posições nas freguesias é claramente assumida pelos comunistas abrantinos, que não escondem o propósito de ver mais eleitos seus a presidir a estes órgãos autárquicos, a exemplo do que sucede em S. Facundo, onde há 15 anos a população reitera a sua confiança na gestão do PCP e dos seus parceiros de coligação.

E a verdade é que há fundadas razões para crer nessa possibilidade, uma vez que, como assinalou no decorrer do almoço o cabeça de lista à Câmara, Francisco Domingos, o balanço da actuação do PS nos últimos quatro anos está muito longe de ser positivo.

Disso mesmo são testemunhos, exemplificou, a qualidade "comprovadamente má" da água que se bebe em quase toda a área do concelho, a não resolução de aspectos essenciais no plano das infra-estruturas, bem como a ausência de equipamentos de há muito considerados uma necessidade, seja um complexo desportivo, seja uma ampla sala de espectáculos ou um parque de exposições das actividades económicas.

Ganhar Ponte de Sôr

Uma recepção calorosa, com o vasto salão e galerias do Café-Jardim cheios como

cer aos presentes a composição das mesmas e os motivos de aceitação da sua candidatura. Em comum, nas suas palavras, o reconhecimento pelo valor do projecto da CDU, pelas suas propostas em favor das populações. Consenso alargado à mesma determinação em trabalhar, com dedicação, pelo cumprimento dos programas eleitorais.



um ovo, aguardava Carlos Carvalhas em Ponte Sôr. Um por um, os cabeças de lista a todos os órgãos autárquicos do concelho deram a conhe-

Jorge Rebeca, candidato à presidência da Câmara Municipal, numa vibrante intervenção, expressou igual convicção, deixando bem clara a von-



Em Abrantes, momentos antes do almoço que reuniu cerca de duas centenas de activistas e simpatizantes da CDU



O povo de Benavila dispensou uma calorosa recepção ao Secretário-geral do PCP (foto em cima) e em Avis a sala da junta de freguesia encheu-se à cunha para a sessão de apresentação de candidatos (foto em baixo)



Fotos de Vítor Castro

Na apresentação de candidatos aos órgãos autárquicos de Ponte de Sôr foi reafirmada pelo cabeça de lista à Câmara, Jorge Rebeca (na foto à esquerda), a confiança de que a CDU retomará os destinos de concelho

tade da CDU em "retomar os destinos do concelho".

E há fortes razões para acreditar que este "desafio de mudança", como lhe chamou, está perfeitamente ao alcance da Coligação Democrática Unitária, que nas últimas eleições viu a vitória escapar-lhe pela escassa margem de 252 votos. Desde logo pelo defici-

jectos que a CDU tinha elaborado ou em fase de execução.

Mas a razão maior para a confiança existente e para a afirmação da CDU como alternativa reside, sobretudo, como afirmou Jorge Rebeca, por um lado, na forte equipa que compõe a lista da CDU à Câmara - "uma equipa renovada e coesa, com muitos independentes e jovens", disse -, e, por outro lado, no conteúdo do seu programa eleitoral, para o qual muito contribuíram os cidadãos num processo de participação pública, programa este capaz "de levar a cabo o projecto de desenvolvimento protagonizado pela CDU, ir ao encontro dos anseios das populações e melhorar as suas condições de vida".

Desta forma de trabalhar que distingue a CDU das restantes forças políticas falou também o Secretário-Geral do PCP ao lembrar que os programas eleitorais são elaborados "não em gabinetes fechados, de costas para o povo", mas sim, não obstante "as nossas ideias próprias", "acolhendo as críticas, as experiências e as opiniões dos cidadãos e das instituições".

Esta é, de resto, na opinião de Carlos Carvalhas, uma condição para o "clima de confiança e de alegria" que percorre os activistas e simpatizantes da CDU, igualmente indissociável do facto de esta se afirmar, explicou, como um "grande projecto autárquico" e de os seus candidatos não buscarem benefícios próprios e serem "homens, mulheres e jovens que trabalham para o povo e com o povo".

Reforçar Avis

Um ambiente de confiança em tudo idêntico viveu-se ainda ao final da tarde e noite em Avis, onde Carlos Carvalhas foi recebido com grandes manifestações de carinho pelos participantes que acorreram

em elevado número quer ao jantar volante realizado em Benavila, quer à sessão de apresentação de candidatos na sede de concelho.

Em terras onde a CDU goza de um larguíssimo apoio da população, confirmado nas últimas eleições com mais uma confortável maioria absoluta, a única freguesia que escapa há oito anos a esta tendência é Valongo. "Lutar pela vitória", é, porém, como foi dito à nossa reportagem, a palavra de ordem entre os comunistas deste concelho do Alto Alentejo.

E não faltam boas razões para acreditar que tal é possível. Também aqui, como salientou na sessão pública António Bartolomeu, que se recandidata à presidência da Câmara Municipal, a lista da CDU é composta por gente jovem, que conhece bem a freguesia e os seus problemas e que "tem uma grande vontade de trabalhar".

Há, depois, outros argumentos de peso - válidos tanto para esta freguesia como para todas as restantes -, como seja o trabalho desenvolvido pela gestão CDU em defesa das populações do concelho, arrancando-o neste espaço de cerca de 20 anos de uma situação de grande atraso, aos mais variados níveis, para patamares de progresso que não têm paralelo com outros municípios, designadamente no Norte do País.

Citado por António Bartolomeu, entre os muitos exemplos que deu, foi o caso das infra-estruturas de água e esgotos que, em 1974, cobriam apenas 15 por cento da população. Actualmente a taxa de cobertura dessas mesmas redes, tal como a electrificação, abrange 98 por cento da população, que beneficia ainda da construção de cinco estações de tratamento de águas residuais (ETAR's), no que isso representa de garantia de qualidade de vida e protecção ambiental.

CDU

Carlos Carvalho na Margem Sul

«Desafio o primeiro-ministro a divulgar os aumentos que aí vêm!»

Fotos de Vítor Castro

«Desafio aqui o primeiro-ministro António Guterres a divulgar publicamente o valor dos aumentos que aí vêm, nomeadamente para as portagens na Margem Sul do Tejo, bem como o valor dos aumentos nas tarifas do telefone e da electricidade, que também aí vêm para ajudar às privatizações!» Este desafio foi várias vezes lançado pelo secretário-geral do PCP, Carlos Carvalho, no périplo eleitoral que, no passado sábado, o levou, sucessivamente, aos concelhos do Barreiro, Sesimbra, Alcochete, Montijo, Oeiras e Sintra. A denúncia de que o Governo do PS não se distingue dos Governos do PSD - como o ilustra o aumento miserável das pensões de reforma ou a utilização do aparelho de Estado para benefício eleitoral próprio - foi outra tónica do discurso do dirigente comunista nesta jornada, onde o entusiasmo popular esteve sempre presente em todos os locais visitados por Carlos Carvalho.

Pela manhã, o aparecimento do secretário-geral do PCP no Barreiro foi rapidamente enquadrado por uma multidão entusiasmada, que o acompanhou na breve visita ao mercado municipal e, depois, se concentrou frente à sede de candidatura da CDU para ouvir, primeiro, a vibrante afirmação de confiança no reforço da Coligação em todos os órgãos autárquicos do Concelho feita por Helder Madeira, actual presidente da Assembleia Municipal e de novo cabeça de lista pela CDU e, a seguir, a breve alocução de Carlos Carvalho, que logo ali denunciou a política do

questão de denunciar «a demagogia do PS nesta Freguesia» em relação ao novo mercado e ao Centro de Saúde, «o primeiro já em construção graças à CDU, o segundo da responsabilidade do poder central e de cuja reivindicação o PS local se afastou desde que o seu partido chegou ao poder».

Seguiu-se Pedro Canário, presidente da Câmara Municipal do Barreiro e de novo cabeça de lista da CDU, que, num discurso vibrante e incisivo, enunciou o vasto trabalho realizado pela CDU no Concelho, modernizando-o e reanimando-o económica, social e cultural-

são directa aos entraves levantados pelo PS local durante todo este mandato aos projectos de desenvolvimento no Barreiro, para agora vir prometer mundos e fundos. «Os problemas só se resolvem com a luta!», afirmou ainda o presidente da Câmara Municipal do Barreiro.

Carlos Carvalho iniciou nesta altura o seu desafio ao primeiro-ministro António Guterres para que divulgue «publicamente o valor dos aumentos que aí vêm, nomeadamente para as portagens na Margem Sul do Tejo, bem como o valor dos aumentos nas tarifas do telefone e da electricidade, que também aí vêm para ajudar às privatizações». A política gravosa para a maioria dos trabalhadores e para o País, prosseguida pelo Governo chefiada por António Guterres, mereceu fortes ataques do secretário-geral do PCP, que igualmente denunciou a escandalosa utilização dos cargos públicos exercidos por dirigentes do PS em favor da sua própria campanha eleitoral.

Seguidamente, Carlos Carvalho deslocou-se a Sesimbra, onde participou num «almoço CDU» na Quinta do Conde, depois ao Concelho de Alcochete para encontros com a população de S. Francisco e do Samouco (onde também esteve



No Barreiro, frente à sede da candidatura da CDU, a multidão formou-se rapidamente para ouvir Carlos Carvalho



Mais tarde, no Lavradio, prosseguiu o entusiasmo barreirense com a visita do secretário-geral do PCP



Carlos Carvalho, acompanhado pela presidente da Câmara do Montijo, Jacinta Ricardo, em contacto com a população

Governo PS como semelhante, «e em alguns aspectos ainda mais gravosa», que a seguida pelos Executivos chefiados por Cavaco Silva.

A deslocação ao Concelho do Barreiro prosseguiu com uma visita ao mercado do Lavradio, onde nova multidão se concentrou para ouvir os oradores. Primeiro falou Manuel Alexandre, cabeça de lista da CDU à Freguesia, e que fez

mente, muitas vezes rompendo com a indiferença ou, mesmo, o boicote do poder central, incluindo o que há mais de dois anos está nas mãos do PS. «Quando temos as condições não nos esquecemos do que prometemos», sublinhou Pedro Canário, recordando que «há muitos projectos da equipa da CDU na gaveta à espera da maioria que vamos reconquistar para serem postos em prática», numa alu-

com reformados), visitando de seguida o Concelho do Montijo, com minicomícios nesta vila e em Afonseiro. Depois rumou para a Margem Norte do Tejo, jantando com candidatos e apoiantes da CDU em Porto Salvo, no Concelho de Oeiras, terminando a jornada já à noite, num grande e entusiasmado comício-festa realizado no Cacém, Concelho de Sintra.



Pormenor da mesa do almoço CDU na Quinta do Conde, em Sesimbra



A visita ao Concelho do Montijo teve como remate um minicomício improvisado na rua

CDU

Lei de Criação das Regiões Normas «chumbadas» são acessórias

«A declaração de inconstitucionalidade de duas normas da Lei de Criação das Regiões tem a ver com questões de ordem técnica e relativamente acessórias e não com a substância fundamental da lei e designadamente com o mapa das regiões», diz o Gabinete de Imprensa do PCP no comentário que a esse propósito divulgou no passado dia 26 de Novembro.

«Trata-se, aliás, de uma matéria cuja dificuldade e complexidade resulta da última revisão constitucional e da enorme trapalhada suscitada pelo processo referendário de concretização da regionalização que foi acordado entre o PS, o PP e o PSD.

Neste momento, importa não tanto discutir as questões de ordem técnico-jurídica (obviamente controversas, como se vê

pelo facto de cinco juizes do Tribunal Constitucional não terem votado a inconstitucionalidade de uma das normas) mas sim eliminar rapidamente do diploma aprovado as normas em causa, como único e exclusivo caminho que, na opinião do PCP, se impõe seguir depois desta decisão do Tribunal Constitucional».

A terminar, o Gabinete de Imprensa do PCP considera que

«não há assim qualquer razão ou justificação sérias para, a pretexto desta decisão do TC, se falar em voltar à “estaca zero”. A não ser as “razões” dos que estão interessados em inviabilizar a regionalização e em continuar a explorar a fundo todo o comportamento do PS que é o grande responsável pela incerteza e dificuldades colocadas à realização desta importante reforma democrática.»



Desfile da CDU em Odivelas

Na passada segunda-feira, as ruas de Odivelas alegraram-se com a passagem do desfile da CDU, composto por um «gigantone», bombos, vários candidatos e numerosos apoiantes, incluindo figuras conhecidas do mundo do espectáculo.

Notáveis foram as manifestações de simpatia com que o desfile da CDU foi acolhido, especialmente no recinto da feira, onde àquela hora se movimentavam milhares de pessoas.

Numa freguesia onde a Junta dominada pelo PS se tem caracterizado pela inoperância e a guerrilha permanente com a Câmara, o desfile da CDU constituiu uma importante manifestação de apoio ao Eng^o Baptista e a toda a equipa da CDU que se candidata à Freguesia de Odivelas.

CDU de Cuba lança programa

Servir o povo com isenção e dedicação

O candidato à presidência da Câmara de Cuba, Bertolino Palma, deu a conhecer as grandes linhas de orientação do programa com que a CDU se apresenta ao eleitorado e que norteiam a sua gestão no próximo mandato.

Em documento tornado público, o candidato realça a “isenção e dedicação” dos membros da CDU como traço diferenciador das outras candidaturas, lembrando ainda não estarem os eleitos comunistas e seus parceiros na Coligação no poder para dele se servirem, mas, tão-só, “para defender os interesses do povo”.

Entre as propostas por si elencadas, realce para as que se prendem com o ordenamento do território, gestão urbanística e qualidade ambiental, relativamente às quais, sublinhou, importa proceder a uma “atenta articulação dos instrumentos de planeamento municipal com outros de impacto regional e local”, por

forma a garantir, por um lado, a “qualidade arquitectónica das construções” e sua “adequada integração no espaço urbano ou rural” e, por outro, a criação de espaços verdes, o reforço da higiene e limpeza do concelho e a melhoria da electificação e das vias municipais.

Referindo-se às questões do desenvolvimento económico, para Bertolino Palma é “imprescindível a procura de novas formas e métodos capazes de dinamizar o processo do desenvolvimento socioeconómico, compatibilizando-o com os valores culturais, patrimoniais e ambientais, face ao ordenamento definido no PDM”.

Nesse sentido, acrescenta, é “prioritária a activação do diálogo com os agentes económicos, assim como com a disponibilização e valorização das infra-estrutura existentes, tendo em vista a captação de novos investimentos”.

Área merecedora de “especial atenção” por parte do candidato da CDU é a da educação e do ensino, relativamente à qual, garante, pretende adoptar medidas que “permitam o alargamento e melhoria das instalações”, para além da satisfação de “novas exigências e necessidades no domínio dos equipamentos e do material escolar”, bem como da criação de “estruturas que visem o favorecimento da relação autarquia/escola/meio”.

Capítulo onde não faltam ideias e propostas é ainda o da cultura, desporto e lazer. “Importa ampliar e enquadrar esta área - salienta o cabeça de lista da CDU dirigida ao desenvolvimento sociocultural de toda a população do concelho, à preservação, valorização e divulgação do património cultural, sem esquecer o apoio e cooperação com as colectividades, agentes culturais e desportivos, bem como as ini-

ciativas da juventude e suas organizações”.

Realce merecem, por último, as propostas no domínio da Saúde e da solidariedade social, de entre as quais importa reter a criação de um serviço municipal específico que assegure a colaboração com as autoridades de saúde e as instituições privadas de solidariedade social de âmbito local, no sentido do alargamento das respectivas actividades.



Dia Internacional da Pessoa com Deficiência

Uma camada «invisível» na sociedade

A Associação Nacional de Deficientes, a propósito da passagem de mais um Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, que ontem se comemorou, levou a efeito uma conferência de imprensa, na Casa da Imprensa, onde alertou para alguns dos problemas mais sentidos por esta camada da população.

«Nada mudou relativamente à forma de encarar a Política Nacional de Reabilitação», diz a APD, exemplificando a falta de vontade política para resolver a questão pela recusa em integrar na Constituição a proibição de discriminação por causa da deficiência e ainda pela composição e competência do Conselho Nacional de Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência. Este tem carácter apenas consultivo, nele se mantendo em minoria as organizações das pessoas com deficiência.

Na área da saúde «não se vislumbram quaisquer medidas que visem a melhoria» dos serviços de apoio a esta camada da população, parecendo existir, pelo contrário, a vontade de acabar com a atribuição gratuita das «ajudas técnicas» (próteses e ortóteses, entre outras) nas instituições públicas de saúde e segurança social.

No ensino, existe a tentativa do Governo de integração da grande maioria das crianças e jovens com deficiência

no ensino regular, mas as crianças são em geral “integradas” em turmas repetentes, com níveis etários díspares e com professores contratados que não podem dar continuidade ao trabalho. Os professores de apoio são poucos e raramente têm formação especializada e os espaços físicos das escolas são muitas vezes inacessíveis no plano arquitectónico.

No que respeita ao emprego, se este é um «problema sério para toda a comunidade», para as pessoas com deficiência assume «foros de algum dramatismo». Até a quota de emprego prometida há dois anos «ficou no tinteiro».

Quanto aos transportes e acessibilidades, são praticamente inacessíveis às pessoas com deficiência, razão por que elas permanecem quase “invisíveis” na sociedade, diz por fim a APD.



Domingos Abrantes e Américo Costa, respectivamente, membros da Comissão Política e do Comité Central do PCP, encontraram-se no passado dia 28 de Novembro, com uma delegação da Associação Nacional de Deficientes

CAMARADAS FALECIDOS

Beethoven Ribeiro Monteiro

Faleceu recentemente, com 59 anos, o camarada Beethoven Ribeiro Monteiro, residente na freguesia da Quinta do Conde. Membro do Partido desde 1981, pertenceu à célula da Quimigal, sendo actualmente membro da Comissão Concelhia de Sesimbra e do seu Executivo, desenvolvendo a sua actividade com muita dedicação. Era eleito na Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde e na Assembleia Municipal de Sesimbra. Era candidato pela CDU na lista da Assembleia de Freguesia às próximas eleições.

Graciano Antunes

Faleceu no passado dia 23 de Novembro, com 70 anos de idade, vítima de acidente de viação, o camarada Graciano Antunes. Destacado militante comunista desde os anos 40, foi preso pela PIDE em 1958. Libertado, prosseguiu a luta organizado nas empresas onde exerceu a sua actividade profissional. O seu carácter, a sua honestidade e a solidariedade sempre demonstrada para com os outros tornaram-no querido de todos que com ele conviveram. A sua acção na Comissão de Freguesia da Póvoa de Sta. Iria foi sempre de grande importância para o desenvolvimento e reforço do Partido.

José Jacinto Duarte

Com 77 anos de idade, faleceu recentemente, vítima de doença prolongada, o camarada José Jacinto Duarte. Militante do Partido desde 1977, pertencia à célula dos comerciantes de Setúbal.

Manuel dos S. Pinto

Faleceu no dia 29 de Novembro, com 84 anos de idade, o camarada Manuel dos Santos Pinto, contabilista, reformado. Membro do Partido desde 1975, estava organizado na freguesia de S. João, em Lisboa.

Mário Augusto Cristiano de Macedo

Também, no passado dia 29 de Novembro, faleceu em Angra do Heroísmo, vítima de doença súbita, o camarada Mário Augusto Cristiano de Macedo de 51 anos de idade, solicitador. Era membro da DORAA e pertencia ao Secretariado da Comissão da Ilha Terceira do PCP, onde desempenhava um destacado papel na organização partidária. Integrava a lista de candidatos da CDU à Assembleia Municipal de Angra, onde ocupava o 2º lugar, e era mandatário da CDU no concelho de Angra do Heroísmo.

Aos familiares e amigos dos camaradas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

TRABALHADORES

Cabos
Ávila

Exigindo o pagamento dos salários de Novembro, os trabalhadores dos Cabos de Ávila ocuparam sexta-feira as instalações da empresa, em Alfragide. Carlos Ribeiro, dirigente do Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas, afirmou que a administração, além de não pagar os salários, se tem recusado a receber os representantes dos trabalhadores, optando por receber algumas chefias e alguns trabalhadores.

CCRLVT

O subsídio de Natal não foi pago com o salário de Novembro aos trabalhadores dos gabinetes de Apoio Técnico dependentes da Comissão de Coordenação Regional de Lisboa e Vale do Tejo, denunciou no final da semana passada a direcção distrital de Santarém do Sindicato da Função Pública do Sul. O incumprimento da legislação sobre esta matéria motivou um forte protesto do sindicato, que considerou esta situação «inaceitável» e exigiu medidas urgentes.

Formação

Formar quadros sindicais e possibilitar a colaboração entre o meio universitário e os sindicatos são objectivos de um programa europeu iniciado dia 27 na Universidade Lusófona e no qual participam universidades de Lund (Suécia), Leeds (Reino Unido), Sevilha (Espanha), Roskilde (Dinamarca) e Tessalónica (Grécia). Como parceiro nacional, a Lusófona tem a CGTP-IN.

Comércio

A reestruturação sindical no sector esteve em foco no Encontro Nacional de Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços, realizado dia 26 de Novembro em Lisboa, com o objectivo de aprovar a proposta de Estatutos e regulamentos do CESP, sindicato de âmbito nacional que resultará da fusão dos sindicatos actualmente integrados na Fepces/CGTP.

Bombeiros

No Aeroporto de Lisboa os Sapadores Bombeiros foram impedidos na semana passada de realizar um plenário, denunciou o Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa, num comunicado em que acusa a ANA de ter uma «atitude ilegal e inaceitável, com a passividade cúmplice do executivo da CML e da própria Inspeção Geral do Trabalho»

Sindicatos encaram novas formas de luta
Greve da Administração Pública
exige resposta do Governo

Com um índice global de adesão superior a 65 por cento, a greve de sexta-feira traduz o descontentamento dos trabalhadores e dela o Governo deve retirar as devidas ilações - afirma a Frente Comum de Sindicatos.

Numa nota de imprensa divulgada ao fim do dia 28, a estrutura com mais ampla representatividade entre os trabalhadores do Estado exprimiu o seu protesto por, «à grande manifestação de descontentamento», o Governo ter reagido «de forma atabalhoada, proferindo declarações que são demonstrativas do nervosismo de quem sabe que não tem razão».

Para a Frente Comum, «é totalmente inaceitável que o discurso do Governo se refugie em argumentos demagógicos» - na nota são citadas afirmações de governantes, que consideraram a paralisação uma «forma de luta desproporcionada» e que diziam estar a decorrer um processo negocial. Recordando os motivos da luta - eliminação da diferença entre o índice 100 e o salário mínimo nacional,

reestruturação das carreiras profissionais, integração dos trabalhadores com vínculo precário nos quadros de pessoal, publicação dos diplomas negociados com os sindicatos -, a Frente Comum endossa ao Governo «a exclusiva responsabilidade» pelo não cumprimento do Acordo de 1996.

Ao Governo é recusada «legitimidade para insinuar segundas intenções», considerando a Frente Comum «lamentável e indecoroso» que o primeiro-ministro tenha publicamente afirmado que a luta teria a ver com a proximidade das eleições. «Foi o Governo que comunicou aos sindicatos que antes do acto eleitoral não poderia realizar nova reunião, pois os membros do Governo "iriam estar em campanha eleitoral"» - contrapõe a estrutura sindical, acres-

centando que foi também o executivo que «não cumpriu a data de 31 de Outubro de 1997 para concluir a negociação quanto à reestruturação de carreiras» e «reconheceu existirem "vicissitudes" no processo de regularização da situação dos trabalhadores com vínculo precário».

A Frente Comum vê no facto de o Governo pretender voltar a reunir com os sindicatos só a 16 de Dezembro «a nítida intenção de não ser penalizado eleitoralmente por, em questões fundamentais, indiciar pretender defraudar compromissos e expectativas criadas junto dos trabalhadores, mas não o querer assumir antes das eleições».

«Cifrando-se a adesão global a esta greve, que envolveu trabalhadores da Administração Central e Local, enfermeiros, professores, médicos, trabalhadores das administrações regionais dos Açores e da Madeira, num índice superior a 65 por cento, a Frente Comum considera que, caso o Governo não altere a sua postura, assumirá a responsabi-

lidade política pelo desenvolvimento de novas formas de luta» - conclui a nota de imprensa, reclamando «respostas concretas para problemas e compromissos concretos».

Professores

A adesão dos professores à greve de dia 28, situada pela Fenprof «em torno dos 60 por cento» e com níveis mais elevados no primeiro ciclo e no pré-escolar, constituiu «um forte desaire» para «a estratégia de sucessivos protelamentos e adiamentos que o Ministério da Educação, e o Governo em geral, pretenderam instituir nas negociações da vinculação dos professores contratados, da revisão da carreira docente e da grelha salarial».

Num comunicado que difundiu a meio da tarde de sexta-feira, a Federação Nacional dos Professores saudou os participantes na primeira greve desde as eleições legislativas de 1995 e

apelou a «um cerrar de fileiras nas próximas lutas» por aqueles objectivos.

Autarquias

«Insuficiente e provocatória para os trabalhadores» foi como o Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local classificou a alteração da proposta de actualização salarial, apresentada pelo Governo dias antes da greve, de 2,25 para 2,4 por cento. Ao divulgar os primeiros dados sobre a paralisação no sector, o STAL voltava a sublinhar que «os trabalhadores estão cansados das décimas do Governo», confirmando os dados a meio da tarde que esta foi «uma forte chamada de atenção ao Governo».

A par dos motivos comuns a toda a Administração Pública, o pessoal das autarquias exige ainda a regulamentação do subsídio de insalubridade, penosidade e risco, e o fim das privatizações de serviços autárquicos.

Redução do horário
é obrigatória

Desde segunda-feira nenhum assalariado português deve trabalhar mais de 40 horas por semana, imposição que decorre da Lei 21/96, a qual determinou que em 1 de Dezembro de 1996 o horário de trabalho fosse reduzido em duas horas, até às 40 semanais, e que, um ano depois, fosse reduzido para este limite o remanescente.

A semana máxima de 40 horas corresponde a uma reivindicação antiga dos trabalhadores, mas a aplicação da lei serviu para algumas empresas desencadearem, com a cobertura do Governo (através do silêncio do primeiro-ministro e de declarações da demitida ministra do Emprego e do seu secretário de Estado, Monteiro Fernandes, também «remodelado») e da Inspeção do Trabalho, uma ofensiva contra direitos conquistados há mais de 20 anos. Ao pretenderem que as pausas e intervalos, praticados no trabalho por turnos e em linhas de montagem, deixassem de ser consideradas no horário, os patrões criaram situações em que a redução formal do horário seria insignificante ou exigiria mesmo, em alguns casos, mais tempo de permanência dos trabalhadores nas empresas.

Embora centenas de milhares de trabalhadores tenham beneficiado de reduções de horário, a CGTP garante que mais de 300 mil trabalhadores ainda estão a ser prejudicados. Embora abrangendo outros sectores, a luta pelas 40 horas e o fim do trabalho ao sábado ganhou particular expressão no sector têxtil, de vestuário e calçado e na região do Vale do Ave, onde desde há um ano trabalhadores de várias empresas se têm recusado a trabalhar

pelo horário dos patrões, exigindo uma efectiva redução da semana de trabalho.

A redução gradual do horário de trabalho semanal, até às 40 horas, foi acordada em sede de Concertação Social em 1991, mas nunca foi posta em prática. Em 1995 o Governo PSD prometeu que até ao final desse ano reduziria o horário de trabalho semanal, promessa que também foi feita pelo PS durante a campanha que antecedeu as eleições legislativas de 1 de Outubro daquele ano.

Na última metade de Novembro, a CGTP promoveu uma «quinzena de luta pelas 40 horas», com acções em empresas, sectores, e distritos onde o patronato teima em resistir à redução do horário.

No quadro da «quinzena», teve lugar no dia 27, quinta-feira, uma sessão pública no Porto, na Praça da Liberdade, onde duas centenas de dirigentes e activistas da União de Sindicatos do distrito aprovaram uma moção, depois entregue ao governador civil, afirmando a disposição de intensificar a luta «de forma a que a partir de segunda-feira nenhum trabalhador em Portugal labore mais de 40 horas».



Na «quinzena de luta» promovida pela CGTP inseriram-se também as manifestações realizadas em Lisboa, no dia 27, e em Setúbal, no dia 25

Estudantes em luta por todo o País

Desenvolve-se um pouco por todo o País - do Porto ao Algarve, passando pelo Alentejo e Beira Interior - um movimento estudantil contra a lei de financiamento do ensino superior e, em particular, contra a imposição de propinas.

No Porto, e culminando um processo de esclarecimento e contacto nas escolas (através de RGA's, debates, sessões de esclarecimento) sobre a lei-quadro de financiamento do ensino superior público, realizou-se no dia 26 de Novembro uma jornada de luta pela qualidade de ensino, organizada pela Federação Académica do Porto e um alargado número de associações de estudantes.

Em causa estão - o corte orçamental para o ensino superior público e o seu estado actual de degradação (salas superlotadas, falta de equipamento e instalações, más condições pedagógicas). As prescrições na criação do estudante

não elegível, o facto de os bolsos também pagarem propinas, as propinas apenas servirem para tapar o buraco orçamental - foram os motes das palavras de ordem contra a lei de financiamento do ensino superior.

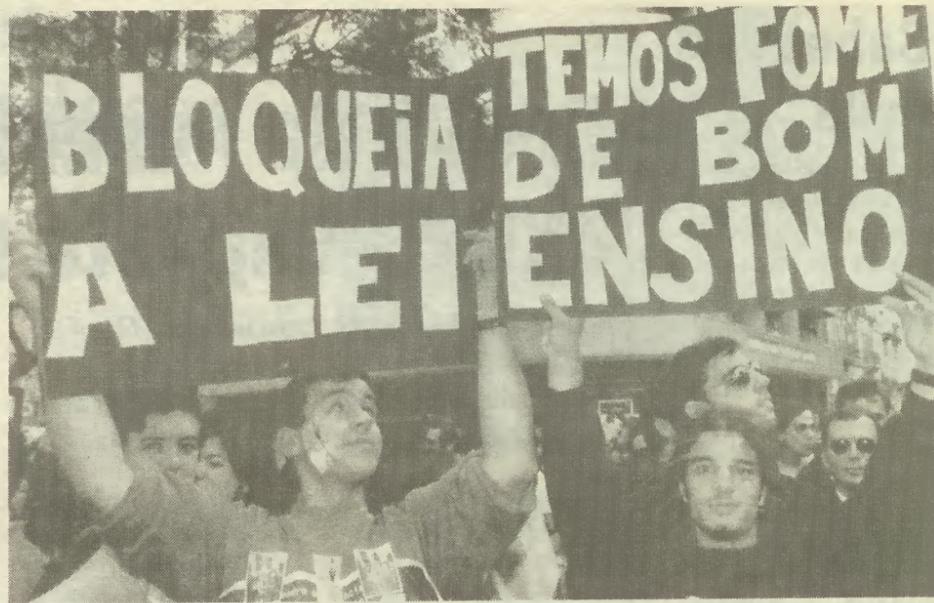
Algumas das escolas encerraram (como é o caso de Direito, Ciências, ISCAP, ISEP), e outras fizeram greve (Letras, Psicologia e Ciências da Educação).

Os manifestantes das várias escolas em luta confluíram para uma concentração na praça dos Leões, realizando-se depois uma marcha rumo ao Governo Civil, onde representantes dos estudantes entregaram uma

carta com as reivindicações e razões da luta em curso.

Dia 19 de Novembro, os estudantes do ensino superior de Portalegre saíram à rua para lutar contra o pagamento de propinas. Uma forma de luta bastante original. Após a manifestação pelas ruas, os estudantes dirigiram-se para o campo de futebol, onde iria decorrer um jogo inserido no torneio Snickers, entre Portugal e Andorra. Nas bancadas, viraram-se de costas para o jogo. Uma acção simbólica com que pretendiam mostrar que só viram as costas a coisas banais, mas que coisas tão importantes como a educação não podem ser ignoradas.

Em Beja, os estudantes do ensino superior e dos politécnicos prosseguem uma luta iniciada há já algumas semanas, por melhoramentos e novas instalações, estruturas condignas, avaliações justas, apoio aos



Manifestação contra as propinas, em Lisboa. Uma luta que, neste momento, se generaliza por todo o país

docentes e a sua colocação em número adequado ao bom funcionamento das aulas.

Com a fixação da data para pagamento das propinas, gerou-se um movimento de solidariedade com os estudantes de outros pontos do país envolvidos na luta contra as propinas.

No passado dia 18 de Novembro, a Universidade de Évora esteve reunida numa RGA de que saíram importantes decisões no sentido da intensificação da luta contra as propinas. Foram aprovadas duas moções - contra as propinas e pela elaboração de um abaixo-assinado contra as propinas, a entregar ao Governador Civil.

Na Covilhã, por decisão da Assembleia Geral de Alunos (AGA) da Universidade da Beira Interior, realizou-se dia 27 de Novembro um referendo em que se colocavam duas questões: *Está disposto a boicotar a Lei-Quadro de Financiamento do Ensino Superior?* e *Está disposto a boicotar a Taxa*

de Repetição da Inscrição? (uma taxa imposta pela reitoria sobre o valor da propina por disciplina, e que vai aumentando progressivamente à medida que o aluno se inscreve na mesma disciplina várias vezes).

Os resultados deste sufrágio, num quadro em que existem cerca de 4600 alunos e se pronunciaram 1180, foram da ordem de 91% de respostas positivas em ambas as perguntas. Ontem, quarta-feira, decorreu nova AGA, para análise dos resultados do referendo e preparação de outras formas de luta.

No Algarve está a decorrer, por iniciativa da JCP, uma campanha de agitação na Universidade, com o objectivo de contribuir para a organização da luta contra as propinas. Uma campanha baseada na distribuição do Boletim Universitário da JCP-Algarve, o contacto directo com os estudantes, um abaixo-assinado contra as propinas e a participação activa nas Reuniões Gerais de Alunos.

Eleições em Coimbra

Realizaram-se a 26 e 27 de Novembro as eleições para os corpos gerentes da Associação Académica de Coimbra, com clara vitória da lista unitária.

Apresentaram-se a estas eleições duas listas: a lista A, conotada com a JSD, e a lista X, que se assumiu como a lista de continuidade da actual Direcção Geral da AAC e manteve o seu carácter unitário.

A lista X apresentou, como grande prioridade para este mandato, a intensificação da luta da Academia de Coimbra contra a Lei de Financiamento e a mobilização dos estudantes da Universidade de Coimbra para a discussão de todos os problemas relacionados com a política educativa.

A lista X registou uma clara vitória, com 65,14% dos votos, contra 17,22% para a lista A, o que poderá abrir caminho a novos desenvolvimentos positivos na luta em defesa do ensino superior público.

Reforçar a intervenção, a luta e a organização

"A questão do financiamento do ensino superior, a luta pela responsabilização do Estado na educação e pela progressiva gratuitidade do ensino, a luta pela revogação da actual lei de financiamento, constituem a **direcção fundamental** do nosso trabalho" - sublinha-se na Resolução aprovada pela Assembleia de Organização do Ensino Superior de Lisboa da JCP, **Reforçar a intervenção, a luta e a organização** .

O documento centra-se nos objectivos de luta e intervenção estudantil, com destaque para a luta por um ensino superior público de qualidade para todos.

Uma intervenção que se desdobra em **múltiplas frentes** : pela aprovação de uma lei-quadro do financiamento que consagre a responsabilização do Estado; contra as propinas; por um novo e mais justo sistema de acesso ao ensino superior, sem *numerus clausus* ; por uma significativa elevação e alargamento da acção social escolar; pela integração num sistema único de ensino superior de todas as universidades e escolas politécnicas; pela defesa da qualidade e dos direitos educativos dos alunos do ensino privado; pela defesa e aperfeiçoamento da autonomia do ensino superior, e pela extensão aos estabelecimentos privados da intervenção democrática de estudantes, corpo docente e funcionários; pela generalização dos processos de avaliação e acompanhamento das instituições de ensino superior.

Como comunistas, os jovens da JCP começam por referir o seu propósito de "contribuir para a construção de um mundo melhor, um mundo onde não haja exploração do homem pelo homem, um mundo desenvolvido no plano económico, social, político e cultural, um mundo profundamente humano, livre e democrático", na consciência de que sua intervenção só faz sentido "integrada e como componente dinâmica e responsável deste projecto comum".

Uma batalha vivida também enquanto estudantes do ensino superior de Lisboa, com os problemas que lhes são próprios, adquirindo aqui particular importância a "intervenção no debate de ideias e na luta política no interior das Universidades e do Politécnico de Lisboa", em todos os problemas concretos das escolas e por uma maior eficácia na gestão democrática.

Porque "o desenvolvimento das formas próprias de intervenção e organização dos estudantes assume uma importância de primeiro plano", os estudantes comunistas de Lisboa trabalharão para "o reforço das Associações de Estudantes enquanto estruturas representativas do conjunto dos estudantes, defendendo a unidade estudantil e o seu funcionamento amplamente democrático".

Sublinhando a importância do **trabalho conjunto** , o documento da JCP refere que formas de cooperação e de trabalho conjunto "permitem uma maior eficácia da luta, uma maior visibilidade de objectivos e da força dos estudantes, um mais alargado debate dos problemas e das perspectivas".

Casa da Juventude para Valongo

A Comissão Concelhia de Valongo da JCP propôs, à Câmara Municipal, a criação de uma Casa da Juventude, "onde os jovens tenham a oportunidade de encontrar-se para conviver, estudar, ler, onde tenham apoio em áreas como planeamento familiar, procura de emprego ou aconselhamento jurídico e onde tenham voz activa na gestão do espaço e das suas actividades".

A JCP lembra que grande parte da população do município tem menos de 30 anos, sendo fundamental a criação de estruturas de apoio aos jovens.



Produtores de tomate manifestam-se em Setúbal

Centenas de agricultores produtores de tomate do distrito de Setúbal desfilaram dia 26 de Novembro, com as suas máquinas, até ao Governo Civil do distrito, com o objectivo de reclamarem do governo um subsídio pela perda de produção do tomate, resultante do vírus "tripe da Califórnia" (bronzamento do tomateiro).

Em nota distribuída à comunicação social, as organizações representativas dos agricultores da região, Hortisete - Cooperativa de produtores hortofrutícolas unidos da península de Setúbal, Associação dos agricultores do distrito de Setúbal e CNA - Confederação Nacional dos Agricultores, esclarece-se das razões da sua luta, consequência da resposta negativa do governo à proposta em que eram reclamadas "medidas de compensação devido à brutal quebra de produção".

A marcha culminou com uma concentração em frente do Governo Civil de Setúbal, onde uma delegação dos manifestantes reafirmou que, a não ser atendida a sua reclamação, o governo põe em causa a continuação de centenas de pequenos e médios agricultores que se encontram no limiar da falência.

Os agricultores renovaram as suas exigências - que o governo cumpra as suas obrigações sociais e que o Governador Civil, em defesa dos produtores de tomate e da economia da região, exija a verba reclamada pelos agricultores - e a sua disposição de continuar a luta.

Em perspectiva - no quadro das acções dirigidas pela CNA - está uma grande manifestação nacional, a realizar em Lisboa no início do ano de 98, em defesa da pequena e média agricultura e da agricultura familiar.

Venda de Natal na Casa da Paz

Na Casa da Paz está a decorrer, entre 28 de Novembro e 23 de Dezembro, uma Venda de Natal. Uma iniciativa do Conselho Português para a Paz e Cooperação e que tem como objectivo promover o convívio e um espaço de diálogo e, simultaneamente, angariar fundos para as acções desta organização.

A Venda de Natal está aberta de segunda a sábado, das 11,30 as 20 horas, na R. Rodrigo da Fonseca, 5 - 2º, em Lisboa.

ASSEMBEIA DA REPÚBLICA

Duração de trabalho das 40 horas Governo prepara mais uma fraude

O cumprimento da redução efectiva do horário de trabalho para as 40 horas e a cessação imediata da aplicação da lei da flexibilidade e polivalência voltaram a ser exigidos pelo Grupo Parlamentar do PCP. Em declaração política proferida faz hoje oito dias, Odete Santos reiterou as críticas da bancada comunista a um diploma que, do seu ponto de vista, põe em causa o "direito histórico dos trabalhadores" à redução da duração do trabalho.

Mas não se ficam por aqui os motivos que levam o PCP a contestar a acção do Executivo nesta matéria. Em fermentação, denunciou a parlamentar comunista, está uma outra proposta de lei que constitui "mais uma fraude aos direitos dos trabalhadores".

Trata-se da transposição da directiva comunitária sobre tempo de trabalho, legislação que tem vindo a ser apresentada pelo Governo como apaziguadora de toda a conflitualidade gerada pela lei 21/96. Do que se conhece do seu conteúdo, porém, não emerge qual-

quer novidade, como assinalou Odete Santos. Bem pelo contrário, frisou, o que ressalta é o facto de manter "praticamente intocadas as reivindicações do patronato".

Com efeito, não constitui qualquer novidade o facto de a proposta aludir às pausas para as idas à casa de banho, do mesmo modo que não é propriamente uma revelação a referência às pausas toleradas ou concedidas pela entidade patronal ou às pausas ditadas por razões técnicas e por razões económicas.

Mas o que não deixa de ser curioso é que na única questão onde há efectivamente uma

inovação na transposição da directiva comunitária, o Governo interpreta-a e aplica-a, ainda e sempre, contra os direitos dos trabalhadores. Trata-se da situação dos trabalhadores em regime de turnos, com meia hora diária para a refeição, relativamente à qual a proposta do Governo vai no sentido de a meia hora só poder ser considerada tempo de trabalho, desde que o trabalhador esteja disponível para prescindir da refeição a fim de prestar trabalho normal.

Mais: contra o que dispõe a Directiva - prevê períodos de referência de quatro meses para a obtenção média das 40 horas semanais -, o Governo quer períodos de referência de 12 meses para obtenção do mesmo horário médio semanal.

"Inqualificável", exclamou Odete Santos, que acusou o Governo de querer conferir novas benesses ao patronato e

de ter abdicado "definitivamente da ordem pública social que deve presidir ao Direito do Trabalho, onde adquire especial significado a questão da duração de trabalho".

"É intolerável ver um Governo socialista aprovar um quadro legal - observou - que confere ao trabalhador apenas o papel de mero instrumento do lucro, sem poder beneficiar como Homem social dos progressos da Humanidade."

Emissão de certificados académicos PS e direita dão cobertura a ilegalidade

Não obteve vencimento uma iniciativa legislativa do Grupo Parlamentar do PCP determinando a emissão de certificados académicos por estabelecimentos públicos do ensino superior aos alunos que, tendo-os solicitado, não viram satisfeita a sua pretensão por terem boicotado o pagamento das propinas.

Ao chumbarem este projecto de lei comunista, PS, PSD e PP assumem a responsabilidade pela manutenção de um quadro de ilegalidade em que vêm incorrendo diversas instituições de ensino público superior. Em causa está, com efeito, a recusa desses estabelecimentos em emitirem os referidos certificados de habilitações literárias, alegando o não pagamento de propinas na sequência das leis 20/92 e 5/94.

Trata-se de uma actuação destituída de qualquer legitimidade, como assinalou no debate o deputado comunista Bernardino Soares, uma vez que nas referidas leis não está prevista a recusa de certificados de habilitações como sanção pelo não pagamento de propinas. A única sanção prevista na legislação no caso de não pagamento de

propinas, lembrou, consiste na caducidade de inscrição nesse ano lectivo.

Para Bernardino Soares também não é invocável em relação ao diploma do PCP, como pretendem as restantes bancadas parlamentares, a eventual existência de um perdão genérico das dívidas dos estudantes que não pagaram propinas. É que, frisou, a iniciativa dos deputados comunistas "não se debruça sobre esta matéria nem se imiscui nesta esfera". E concluiu: "só poderia haver um perdão genérico relativamente a sanções legalmente previstas, o que não é o caso".

Neste contexto, reconhecida a ilegitimidade da actuação de alguns estabelecimentos de ensino, tratava-se, por conseguinte, de estabelecer um prazo para que as mesmas suprissem tais irregularidades. Foi a esta correcção que PS, PSD e PP se opuseram, tornando-se cúmplices pela manutenção de uma situação de injustiça que atinge um universo de estudantes, que, embora indeterminado, se presume elevado, já que foram 27.260 os que não pagaram as propinas nas universidades, institutos politécnicos e instituições de dupla tutela.

Mais um escândalo Ministério da Educação utiliza meios em apoio do PS

Somam e seguem os casos de utilização abusiva do aparelho de Estado em apoio de candidaturas do PS às próximas autárquicas.

Um dos mais recentes casos de violação do dever de neutralidade das entidades públicas foi protagonizado pelo Ministério da Educação. Em causa esteve um debate com professores e técnicos de educação promovido no passado dia 27 pela candidatura do PS à Câmara da Amadora. Não a reunião em si mesma, entenda-se, mas o despudor a que chegou a instrumentalização eleitoral do PS, que não se coibiu de produzir convocatórias para a sua realização emanadas em papel timbrado da Direcção Regional da Educação de Lisboa do Ministério da Educação (DREL) e do próprio gabinete de Marçal Grilo e respectivo serviço de imprensa.

O teor das convocatórias não deixa margem para dúvidas, explicitando que o "ministro da Educação Marçal Grilo debate educação na Amadora" em reunião "com professores e técnicos", a "convite de Joaquim Raposo, candidato do PS à Câmara Municipal da Amadora", no decorrer da qual "apresentará as principais orientações de

política educativa do Governo para a educação pré-escolar e para os ensinos básico e secundário".

Face a mais este escândalo, denunciado pelos deputados comunistas António Filipe e Luís Sá, em requerimento dirigido ao Governo, o Ministro da Educação foi obrigado a vir a público apresentar desculpas e dizer que tudo não tinha passado de "um lapso" do seu gabinete, provocado, alegou, "por uma confusão entre a minha agenda oficial e privada".

A verdade é que o rigor e a responsabilidade exigidos no exercício de um tão alto cargo político não são compatíveis com falhas desta natureza e, embora se registem as suas palavras de inocência, não pode deixar de ser observada a estranha coincidência de tais "lapsos" e "confusões" representarem sempre a grosseira colocação dos poderes públicos ao serviço dos interesses do partido do Governo.

Daí a interrogação dos deputados comunistas no texto do seu requerimento no sentido de saber como é que o Governo "compatibiliza esta acção com o respeito pelo dever de neutralidade das entidades públicas e a proibição de abuso de poder".

Crianças com deficiência profunda Parlamento aprova medidas de apoio

Foi aprovado pelo Parlamento na generalidade o projecto de lei do PCP que cria uma licença especial para assistência a menores portadores de deficiência profunda. A viabilização do diploma ocorreu, porém, em circunstâncias curiosas. Não obstante o voto contra da bancada socialista, no momento da votação, eram muitos os seus deputados que se encontravam ausentes do hemiciclo, o que impediu de fazer valer o propósito previamente anunciado de chumbar o diploma.

Seja como for, embora se saiba antecipadamente que em sede de especialidade esta iniciativa procurará ser travada pela maioria rosa, não deixa de ser politicamente relevante que a Assembleia da República tenha aprovado uma medida de tão grande alcance social.

Trata-se, com efeito, como salientou no debate a deputada comunista Luísa Mesquita, da "consagração de um direito acrescido" a todos os pais de crianças portadoras de deficiência profunda, graças ao qual será possível "minimizar a delicada situação vividas pela famílias", garantindo simultaneamente a "assistência que estas crianças exigem, em primeira instância, dos seus progenitores".

Reforma da PAC

Governo ilude agricultores e não acautela interesses nacionais

"O Governo tem um discurso interno de farronca e uma prática negocial de cedência total no plano comunitário." O alvo directo da acusação formulada pelo deputado comunista Lino de Carvalho era o ministro da Agricultura, Gomes da Silva. Furtando-se ao debate, este, porém, não compareceu e mandou o secretário de Estado. Estava-se na sessão de perguntas ao Governo que preencheu, como habitualmente, a agenda plenária de sexta-feira.

Por esclarecer, no entender da bancada comunista, está a posição do Executivo

quanto à proposta de reforma da PAC incluída na agenda 2000. Convicto de que essas propostas não servem os interesses da agricultura portuguesa, para Lino de Carvalho afigura-se por conseguinte "inaceitável" que o ministro as tenha aprovado, contrariando inclusive todos os seus próprios discursos.

Longe de esclarecer cabalmente a questão, o secretário de Estado, Capoulas dos Santos, refugiou-se em generalidades, acabando por não prestar uma informação susceptível de tranquilizar todos quantos receberam o prosseguimento de

uma política fortemente lesiva dos interesses da nossa agricultura.

Sem resposta ficou por exemplo o facto de a Espanha ter sido o único país, segundo notícias vindas recentemente a lume, que no último Conselho Agrícola Europeu se recusou a subcrever as propostas da Comissão sobre a reforma da PAC a levar a cabo a partir do ano 2000.

Lino de Carvalho não teve com meias medidas e acusou o Governo de produzir discursos para consumo interno que não têm nada que ver com os actos con-

cretos e com as posições negociais na União Europeia. Indo mesmo mais longe, para o parlamentar do PCP, o objecto é só um: "iludir os agricultores portugueses".

É que em causa está, como foi lembrado, uma política que continua a não acautelar a defesa das produções mediterrânicas (como o vinho, o olival ou as hortifrutícolas) e a não garantir "o direito a produzir, o direito à remuneração justa dos agricultores, o equilíbrio entre sectores, entre explorações e entre países".

Estudantes alemães protestam

Contando com o apoio de muitos professores e reitores, os estudantes universitários alemães continuam a protestar contra os cortes financeiros no Ensino Superior e o aumento das propinas previsto para breve.

A semelhança do que aconteceu em Portugal, milhares de jovens manifestaram-se em diversas cidades do país e boicotaram as aulas. Algumas aulas foram dadas dentro de autocarros e comboios, com o objectivo de mostrar que as salas estão tão cheias como os transportes públicos. Reagindo a este movimento, o chanceler Helmut Kohl afirmou no Parlamento Federal que as reivindicações dos estudantes «são justas e merecem o nosso apoio», mas as verbas que está disposto a disponibilizar são consideradas insuficientes pelos estudantes.

Governo provisório na Somália

Reunidos no Cairo desde 12 de Novembro, membros das diversas facções em conflito na Somália acordaram na semana passada formar um governo interino provisório. Da reunião, que juntou representantes do Conselho Nacional de Salvação e dos dois grupos que dividem o controlo da capital (liderados por Hussein Mohammad Aidid e Ali Mahadi Mohamed), sai ainda a decisão da constituição de um conselho presidencial com 13 elementos e a criação de um parlamento e de um sistema legal no país. Contudo, não foi adiantada qualquer data para a realização de uma reunião mais alargada que deverá eleger o novo presidente da Somália. O secretário-geral da Liga Árabe mostrou-se «satisfeito» e «optimista» com o resultado desta iniciativa, afirmando que «pela primeira vez, estamos perante esforços sérios que visam pôr termo ao sofrimento do povo somali».

ONU apela a ajuda para Coreia do Norte

A Organização para a Agricultura e Alimentação (FAO) e o Programa Alimentar Mundial (PAM) pediram à comunidade internacional que reforce urgentemente a sua ajuda à população norte-coreana. Em 1997, a produção alimentar desceu no país pelo terceiro ano consecutivo. A colheita de milho deste ano, uma

SIDA

Um problema de todos agravado no Terceiro Mundo

Trinta milhões de pessoas afectadas pelo vírus da SIDA em todo o mundo, dezasseis mil novos casos todos os dias - esta a dramática realidade divulgada há dias pelo relatório do programa comum das Nações Unidas sobre a SIDA. Um drama que afecta todos os países, mas que se faz sentir com particular gravidade no chamado Terceiro Mundo, onde as medidas de prevenção e tratamento continuam a ser insuficientes.

O relatório da ONUSIDA é inquietante: os números apurados representam cerca do dobro do que se pensava. Como afirmou em Paris o director executivo da organização, Peter Piot, «quanto mais sabemos sobre a epidemia, pior é o panorama».

Segundo aquele responsável, é cada vez maior o fosso entre os países desenvolvidos e os países em vias de desenvolvimento. Os dados falam por si: a esmagadora maioria dos casos de SIDA - mais de 90 por cento - regista-se no Terceiro Mundo.

Nos países ricos, os novos medicamentos e as novas terapias têm vindo a retardar o momento em que as pessoas infectadas pelo HIV passam a desenvolver a SIDA, e a contribuir para fazer baixar a carga viral dos doentes. Na Europa ocidental, por exemplo, onde 30.000 pessoas contraíram a doença em 1997, o número de novos casos terá diminuído este ano cerca de 30 por cento, em relação ao ano de 1995.

Portugal e a Grécia - onde práticas de toxicod dependência pouco seguras constituem a principal via de transmissão -

são a excepção, com o número de novos casos de SIDA a continuar a aumentar fortemente.

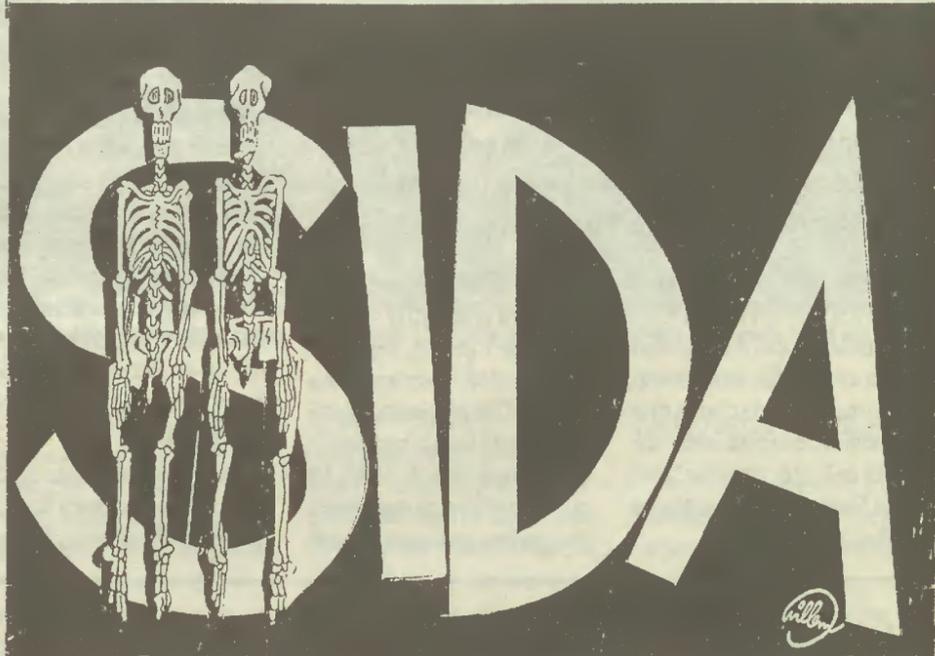
Na América do Norte, estima-se em 44.000 os novos casos de infecção HIV em 1997.

Segundo o relatório, uma primeira quebra do número de casos de SIDA (6 por cento) verificou-se nos Estados Unidos, em 1996, tendência que dever manter-se este ano.

Mulheres e crianças as principais vítimas

De acordo com o relatório, 5,8 milhões de pessoas foram infectadas este ano com o vírus. Desse total, mais de meio milhão (590.000) são crianças. A confirmar-se esta tendência, até ao ano 2000 serão mais de 40 milhões as pessoas afectadas pelo HIV.

O ritmo de progressão da SIDA é aterrador - cinco novos casos cada trinta segundos; e as suas consequências também - em 1997 morreram 2,3 milhões de pessoas com SIDA, sendo 820.000 mulheres e 460.000 cri-



anças com menos de quinze anos, o que representa um aumento de 50 por cento em relação a 1996.

O relatório da ONUSIDA confirma que as mulheres e as crianças - componentes mais desprotegidas da sociedade - são as principais vítimas também neste domínio.

Os dados revelam que cerca de 3,8 milhões de crianças menores de 15 anos foram infectadas pelo HIV desde o início dos anos 80, tendo já morrido 2,7 milhões. Mais de 90 por cento das crianças filhas de mães seropositivas foram infectadas durante a gravidez ou o aleitamento, e mais de 8 milhões de crianças perderam a mãe antes dos 15 anos, devido à SIDA. Muitas perde-

ram igualmente o pai, pela mesma razão.

Segundo os responsáveis, «a situação foi largamente subestimada, em particular na África subsahariana, que conta actualmente o maior número de pessoas infectadas». A infecção atinge taxas «sem precedentes na África negra, onde 7,4 por cento da faixa etária dos 15 aos 49 anos está infectada pelo HIV».

No Zimbábue, o panorama é terrível, ultrapassando os cenários mais pessimistas de 1985. No ano passado, refere Peter Piot, «um em cada cinco adultos estava infectado, e em Harare, 40 por cento dos adultos são seropositivos».

Por seu turno, na China, a estimativa das pessoas infectadas, no final de 1996, rondava os 200.000, mas a ONUSIDA admite que este número tenha já duplicado.

A doença está também em franca expansão nos países de Leste, em particular devido ao

aumento dos casos de toxicod dependência, considerados responsáveis pela maioria dos 100.000 novos casos de contaminação registados em 1997.

Quanto à América Latina e Caraíbas, a SIDA provoca mais vítimas do que os acidentes de viação, cujo índice é dos mais elevados do mundo.

De referir, como curiosidade, que a coordenadora da Comissão Nacional de Luta contra a SIDA, Odete Ferreira, contesta os dados divulgados pela ONUSIDA. Segundo Odete Ferreira, citada pelo «Público» de 28 de Novembro, não serão 30 milhões, mas 17 milhões, o número dos infectados HIV, e a média diária de contaminação não será de 16 mil, mas de 8 mil casos a nível mundial. Desconhece-se a fonte da coordenadora para fazer tais afirmações, mas cabe lembrar que a política de avestruz nunca contribuiu para resolver nenhum problema.

O princípio do fim das minas antipessoais

O Tratado de Interdição de Minas Antipessoais foi assinado esta semana por mais de uma centena de países, em Otava, no Canadá.

O documento obriga os signatários a três compromissos após a sua ratificação: proibir de imediato o emprego, a produção, o transporte e a armazenagem destas armas; destruir os stocks guardados, no prazo de quatro anos; e descobrir e destruir as minas enterradas, em dez anos.

O tratado terá de ser ratificado por 40 países, no mínimo. De acordo com observadores, isso deverá demorar ainda um par de anos. O que significa que, apesar da sua assinatura ser já uma realidade, a convenção não impede a morte e a mutilação de milhões de pessoas nos próximos anos.

Os números são, na verdade, assustadores especialmente se pensarmos individualmente em cada vítima, nas consequências que terão de arrastar consigo toda a vida se não falecerem e nas sequelas socio-económicas

provocadas na família e na comunidade. A maioria das pessoas afectadas deixam de poder trabalhar e as minas impedem o cultivo da terra. Por exemplo, cerca de 35 por cento do solo do Afeganistão e do Camboja não podem ser usados.

Todos os dias mais de 70 pessoas morrem ou são feridas por minas antipessoais, o que prefaz uma pessoa em cada 15 minutos. No total, mais de um milhão de pessoas foram vitimadas, das quais mais de 300 mil são crianças.

Metade das pessoas que pisam uma mina morre devido aos ferimentos antes de serem encontradas ou de serem levadas para o hospital.

O número das minas antipessoais enterradas no solo é estimado em cerca de 110 milhões e mais outros 100 milhões estão armazenadas em

todo o mundo. Os países mais afectados são Angola, o Afeganistão, o Camboja, o Iraque e o Laos, mas este tipo de armas também representa um sério problema na Bósnia, Croácia, Moçambique, Geórgia, Nicarágua, Somália, Sri Lanka, Sudão e Myanmar.

Ao fecho da nossa edição, os organizadores da cimeira esperavam que todos os membros da União Europeia (excepto a Finlândia) e da Nato (menos a Turquia e os EUA), bem como todos os países africanos, centro e sul americanos e os mais importantes da região Ásia-Pacífico assinassem o tratado.

Os Estados Unidos, que juntamente com a China, a Rússia, a França, a Itália, a Alemanha, a Grã-Bretanha e a África do Sul são um dos principais produtores destas minas, recusa-se a assinar o documento alegando a protecção dos seus militares estacionados na Península da Coreia.

Países ricos reduzem ajuda a países pobres

Nos últimos anos, o auxílio dos países ricos ao terceiro mundo desceu consideravelmente em termos reais, de acordo com um relatório publicado na semana passada pelas principais ONGs dos países da OCDE.

Entre 1992 e 1995, a ajuda ao desenvolvimento das nações mais pobres diminuiu 14 por cento. No ano passado, esse valor atingiu o nível mais baixo de sempre, 0,25 por cento do Produto Nacional Bruto (PNB), tendo diminuído 4,2 por cento.

Ao mesmo tempo regista-se um agravamento da pobreza, existindo actualmente 4,3 mil milhões de pessoas a viver com menos de dois dólares (cerca de 365 escudos) por dia.

Ainda segundo o relatório, poucos são os países que cumprem os acordos assumidos na ONU, segundo os quais 0,7 por cento do PNB deve ser consagrado à ajuda internacional. Por outro lado e seguindo estes compromissos, as nações ricas devem consagrar 20 por cento desses valores às necessidades sociais básicas e os países pobres têm como obrigação reservar 20 por cento do orçamento nacional a essas necessidades.

As ONGs apontam como causas desta redução a crença na redução do papel do Estado, a preferência concedida às finanças privadas e à dívida e a pressão que se exerce sobre os orçamentos dos países doadores.

Cimeira Ásia-Pacífico

O colapso do milagre económico

As autoridades japonesas admitem a possibilidade de novo *crash* no sistema bancário e financeiro do Japão. O alerta foi dado pelo primeiro-ministro Ryutaro Hashimoto, no final da conferência da APEC (Forum de cooperação económica Ásia-Pacífico), reunida a semana passada em Vancôver.

A crise asiática está instalada. No Japão, ninguém se atreve a garantir que não haverá «novos incidentes» no sistema bancário e financeiro, e as derapagens ameaçam repercutir-se na economia mundial. Os EUA e o Canadá, os primeiros a sentir o «efeito asiático», estão cada vez mais preocupados, mas as pressões sobre o Japão parecem destinadas ao fracasso.

Falando no final da conferência da APEC, Bill Clinton reconheceu que «a economia americana e a do Canadá sofrerão os efeitos da crise» que abala os mercados financeiros

asiáticos, se «a confiança, o crescimento e o progresso não forem restabelecidos em toda a Ásia».

Apesar de considerar «um voto de confiança verdadeiramente sólido no futuro comum» a decisão de cimeira em alargar a liberalização do comércio a mais nove sectores, totalizando 1.500 mil milhões de dólares em bens e serviços, Clinton não deixou de fazer notar que alguns parceiros podem ser tentados a «fechar-se sobre si próprios devido às dificuldades financeiras da Ásia», o que não agrada aos EUA.

Trata-se de uma indirecta ao Japão, onde a queda do *yene* face ao dólar representa a queda das exportações americanas para a região, agravada pelo aumento dos excedentes nipónicos resultante da competitividade dos preços.

A situação não é fácil para as autoridades de Tóquio, incapazes de relançar o consumo interno, como agradaria a Washington, numa altura em que o trabalho a tempo parcial e a quebra dos salários se generaliza, ainda que sob a capa artificial de uma taxa de desemprego da ordem dos três por cento. As autoridades nipónicas parecem de resto mais preocupadas em encontrar forma de socorrer os seus bancos, onde segundo consta se acumulam créditos incobráveis da ordem dos 150 mil milhões de contos.

Fruto de acumulação de créditos duvidosos e de um mercado financeiro especulativo - sistematicamente apontado como exemplo a seguir pela Europa -, a crise financeira asiática começou já a provocar falências em série. O caso mais espectacular ocorreu no final da semana pas-

sada, quando o presidente da corretora japonesa Yamaichi Securitit veio a público lavado em lágrimas pedir desculpa pela falência da mesma, que deixou um buraco de 20 mil milhões de dólares. Lágrimas pelo colapso do milagre económico capitalista, claro.

Declaração da APEC

Apesar da crise, os países membros da APEC consideram que «não restam dúvidas de que os elementos de base do crescimento e das perspectivas a longo prazo da região continuam excepcionalmente sólidas». Assim, manifestam a sua confiança em que «a abertura dos mercados traz vantagens substanciais» e afirmam a sua disposição em continuar «a trabalhar para a liberalização do comércio e o investimento para favorecer o crescimento».

Para o efeito, aprovaram algumas linhas de orientação, de que se reproduz as mais significativas:

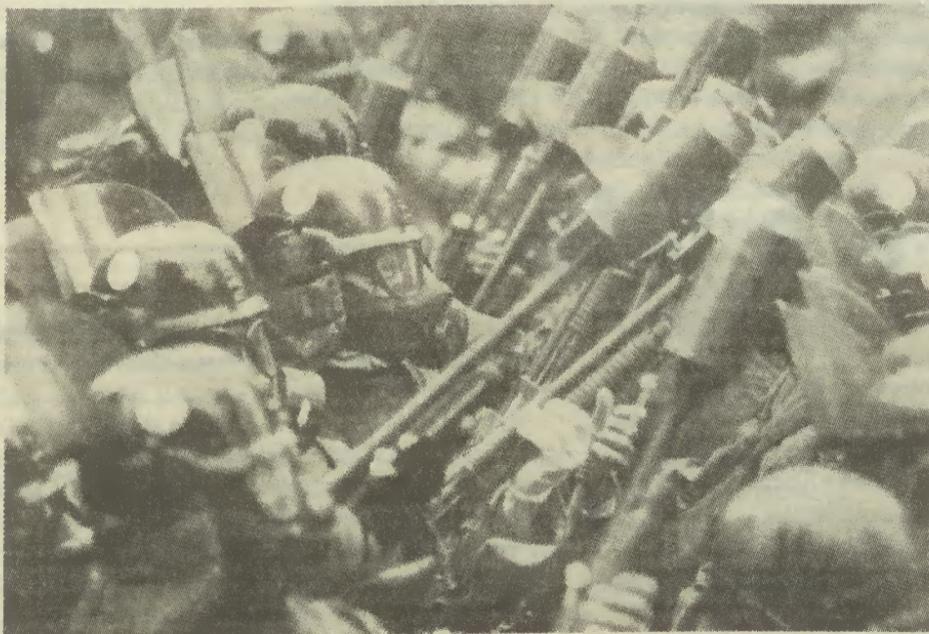
- «A escala mundial, o papel do FMI permanece fundamental. Apoiamos sem reservas o quadro definido em Manila, que se pretende um meio construtivo para intensificar a cooperação para promover a estabilidade financeira».

- «Congratulamo-nos pelas medidas tomadas para reduzir em dois anos o calendário fixado para identificar os sectores candidatos a uma liberalização voluntária e rápida. Foi seleccionada uma quinzena de sectores a liberalizar, nos quais serão progressivamente eliminadas as barreiras tarifárias e não tarifárias. Entre esses, foram escolhidos nove para um tratamento acelerado, com baixas de direitos alfandegários a partir de 1999».

- «Encorajamos a aceleração das negociações de fundo sobre as questões de protocolo e de acesso aos mercados com o objectivo de universalizar a adesão à OMC». «Conduziremos os nossos trabalhos de modo a concluir as negociações da OMC sobre os serviços financeiros até 12 de Dezembro de 1997».

- «Estamos conscientes da importância de acelerar a acção mundial contra a emissão de gases geradores do efeito de estufa. Afirmamos que se trata de um problema de importância crucial, que exige os esforços concertados da comunidade internacional, de acordo com o princípio das responsabilidades comuns mas diferenciadas».

A cimeira decidiu ainda admitir o Peru, a Rússia e o Vietname como membros do Fórum a partir de 1998.



O exército é uma arma de reserva contra protestos populares, previsíveis com a crise

Coreia do Sul

Despedimentos em Seul

Os efeitos da crise e as receitas do FMI começaram já a fazer-se sentir na Coreia do Sul. A quarta companhia de construção naval sul-coreana, pertencente ao grupo Halla, anunciou no final da semana passada o despedimento de 3.000 trabalhadores, ou seja, metade dos seus efectivos.

A braços com dívidas vinte vezes superiores aos seus activos, o grupo tornou-se conhecido em todo o mundo ao levar à falência várias empresas de construção naval que não resistiram à sua agressiva concorrência.

O anúncio dos despedimentos caiu como uma bomba na Coreia do Sul, onde não é ainda vulgar a prática dos despedimentos em massa. Acresce, por outro lado, que as repercussões noutros sectores vão provocar mais desemprego.

Trata-se da ponta visível de um *iceberg* cuja verdadeira dimensão se desconhece, fruto da crise financeira asiática. A Samsung anunciou uma redução de 30 por cento dos seus investimentos no próximo ano, enquanto o grupo Soosan anunciou em meados da semana passada estar na bancarrota.

Entretanto, segundo anunciava há dias o

«Financial Times», também a Hyundai e a LG Electronics se debatem com problemas para financiar projectos que se propunham desenvolver na Escócia.

Chamado a intervir, o Fundo Monetário Internacional (FMI) deu a receita do costume: «medidas de austeridade» para levar a cabo as necessárias «reestruturações». O que significa despedimentos. Os «peritos» apelaram de imediato a «uma maior flexibilidade do mercado de trabalho» e à eliminação de direitos sociais e de trabalho. Os «peritos» afirmam que se deverá esperar a triplicação do desemprego para «sanear o mercado de trabalho».

O FMI propõe-se conceder uma ajuda de 20 mil milhões de dólares à Coreia do Sul, mas o governo considera a verba insuficiente, apontando para 60 mil milhões de dólares o montante necessário para atender às necessidades a curto prazo. Quanto maior for o montante, maiores serão as exigências do FMI. Como refere o «Financial Times», «um dos maiores riscos reside no facto de os sindicatos, que têm uma longa história de protestos violentos, poderem resistir aos ajustamentos».

Israel dá um passo à frente e dois atrás

O Governo israelita aprovou no domingo o princípio de retirada limitada e condicional das suas tropas da Cisjordânia, sem fixar a dimensão exacta ou uma possível data. Em troca, Israel exige que não se efectue outra transferência territorial até 1999, data do fim do período transitório de autonomia. A imprensa hebraica adianta que essa retirada consiste numa parcela de seis a oito por cento do território.

A Autoridade Palestiniana recusou de imediato: «O que esperamos é uma aplicação daquilo que foi convencionado», declarou o chefe da equipa negociadora palestina, Saeb Erakat, referindo-se aos acordos de Oslo.

Outra das medidas aprovadas pelo executivo hebraico liderado por Benjamin Netanyahu consiste na anexação imediata de uma parte da Cisjordânia, se os palestinianos proclamarem unilateralmente um Estado independente. «Se Yasser Arafat proclamar de forma unilateral um Estado palestiniano, Israel anexará o vale do Jordão, outros territórios e talvez mesmo tudo», afirmou o primeiro-ministro.

das mais importantes fontes alimentares para a Coreia do Norte, foi a mais baixa de sempre. De acordo com a contabilização das duas agências da ONU, a produção própria do país é insuficiente para alimentar a população durante os próximos sete meses. Até ao fim do ano e durante 1998, a Coreia do Norte precisa de importar 1,95 milhões de toneladas de alimentos.

Novo parlamento sérvio reuniu-se ontem

A sessão constitutiva do parlamento sérvio, cujos membros foram eleitos nas eleições legislativas de 21 de Setembro, teve lugar ontem em Belgrado. Ao fecho da nossa edição, estava previsto a eleição pelos deputados de um novo presidente e do seu adjunto. A coligação formada pelo Partido Socialista (do presidente Slobdan Milosevic), pela Esquerda Jugoslava e pela «Nova Democracia» obteve 110 dos 250 lugares do parlamento, enquanto o Partido Radical (de extrema-direita) elegeu 82 deputados e o Movimento Sérvio de Renovação 45.

Novos deslocados no Burundi

Nos últimos dias cerca de 10 mil pessoas fugiram da zona de Buyengeru, no sul do Burundi, devido aos combates entre o exército (dominado pela minoria tutsi) e a rebelião rebelde. De acordo com as instituições humanitárias da ONU citadas pela agência Lusa, várias centenas de milhar de burundeses estão deslocados dentro do seu país em consequência dos quatro anos de guerra civil entre estas duas etnias.

Partidos da oposição legalizados no Quénia

O Governo do Quénia anunciou que vai legalizar os partidos políticos da oposição, no passado dia 26. Esta decisão permite que todas as formações políticas poderão participar nas eleições presidenciais e legislativas, que decorrem no próximo dia 29. O Safina, fundado há dois anos e liderado pelo paleontologista branco Richard Leakey, e o Partido Islâmico do Quénia foram os primeiros partidos a inscreverem-se. As autoridades quenianas não disseram quantos partidos serão beneficiados com esta medida.

Texto
Margarida Folque
Fotos
Jorge Caria

Carlos Carvalhas no Vale do Ave

Só a CDU pode protagonizar a mudança

O Secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, acompanhado de candidatos e activistas da CDU, visitou na quarta-feira da semana passada a região do Vale do Ave. Da visita, que teve início em Famalicão e terminou com um jantar-convívio em Guimarães, constaram deslocações a Riba d'Ave, Guardizela e Barcelos e ainda a algumas empresas em luta, como a Polímeros do Ave e a Sampaio Ferreira.

Ao longo dos últimos anos, o Vale do Ave tem sido manchete dos jornais. Infelizmente por razões de que os portugueses, ou mais precisamente os sucessivos governos que têm estado à frente dos destinos do país, não se podem orgulhar. De facto, particularmente a partir da integração do Portugal na Comunidade Europeia, o panorama desta região é marcado pelo encerramento de empresas, pelo desemprego, pelo trabalho precário e outras formas de trabalho atípico e sem protecção social, sofrendo ainda de verdadeiras chagas sociais, como são a exploração de mão-de-obra infantil e a toxicod dependência.

O PCP tem desde sempre acompanhado a situação que se vive no Vale do Ave, apoiando a luta dos trabalhadores e actuando, na Assembleia da República e no Parlamento Europeu, no sentido de salvaguardar os seus direitos e interesses bem como os da região.

Também politicamente a situação mudou muito na região, como, aliás, provou a boa receptividade que o Secretário-geral do PCP teve em todo o lado. Hoje seria impensável um «verão quente» como o que, em 1975, as mentiras e calúnias contra os comunistas tornaram possível. Hoje, as populações, reconhecem no PCP e na CDU os defensores mais consequentes de quem na sociedade é mais carenciado e desfavorecido. E apesar de décadas de obscurantismo e preconceito impedirem que esse reconhecimento tenha a devida tradução ao nível do voto, freguesias há onde a CDU é já hoje a força dominante, em algumas delas com maiorias absolutas.

O caminho é a luta

Na sua deslocação ao Vale do Ave, o Secretário-geral do PCP contactou os trabalhadores da Polímeros do Ave e da Sampaio Ferreira, empresas há muito em luta. Ouvia queixas mas igualmente constatou uma grande firmeza e disponibilidade de luta.

A Polímeros do Ave, SA, empresa de artefactos de borracha recentemente encerrada, surgiu a partir do desmembramento do grupo Mabor - iniciado em 1989/1990 - e da aquisição pelo grupo alemão Continental da unidade de comercialização de pneus que ainda restava e da unidade produtora de telas industriais (a Indústria Têxtil do Ave, S.A.). Estava em curso uma manobra que o apelo então feito aos trabalhadores para a rescisão de contratos já indicava.

Assim, de acordo com as estratégias definidas pelos Grupos Amorim e Continental, em 30 de Março de 1994, todo o equipamento de produção de câmaras de ar e os trabalhadores envolvidos foram transferidos da Continental para a Polímeros do Ave.

Entretanto, a perda progressiva de mercado, aliada à acumulação de prejuízos e à alienação do seu património, justificou ao patronato a declaração de falência da empresa e o seu encerramento, completando - acusam os trabalhadores - a manobra fraudulenta que desde 1994 vinha a ser preparada.

Hoje são 68 trabalhadores no desemprego. Trabalhadores com mais de 20 e de 30 anos de trabalho, com suficiente energia para trabalhar mas demasiada idade para conseguirem novo emprego. Razão por que exigem as indemnizações a que têm direito e a passagem a situação de pré-reforma para os



Na Têxtil Sampaio Ferreira, o Secretário-geral do PCP solidarizou-se com a luta dos trabalhadores pelas 40 horas

«Tudo bem mal»

A deslocação de Carlos Carvalhas começou na quarta-feira de manhã com uma visita à Feira que semanalmente se realiza em Famalicão.

O Grupo de Zés P'reiras de Barcelos abria com o seu ribombar o caminho à comitiva que acompanhava o Secretário-geral do PCP que, cumprimentando os vendedores e as pessoas com quem se cruzava, ouvia com frequência as queixas que estes faziam contra a Câmara socialista. Queixas que se resumem no comentário feito

por um feirante a Carlos Carvalhas: «Por aqui, vai tudo bem mal, dr.»

Depois de, a seguir, percorrer algumas ruas da zona comercial da cidade, onde contactou comerciantes e populações, a comitiva partiu para a visita a duas fábricas, cujos trabalhadores há muito se encontram em luta: a Polímeros do Ave, vítima de falência fraudulenta, e a Sampaio Ferreira, há um ano a lutar pelas 40 horas.

De tarde, Carlos Carvalhas iniciou a sua visita ao concelho de Guimarães, deslocando-se à Junta de Freguesia de Guardizela, onde se encontrou com os presidentes das Juntas de Guardizela, Riba d'Ave e Serzedelos, freguesias onde a CDU detém a maioria.

Aqui, o Presidente de Guardizela, pela primeira vez eleito em 1993, falou com indisfarçável orgulho da obra da CDU e dos seus projectos para a freguesia, «que só não estão em fase de concretização por interesses da Câmara, que quer aproveitá-los para fazer "fogacho" na campanha eleitoral».

Muitas carências da freguesia foram, porém, resolvidas. Ainda que, dadas as verbas exíguas que a Junta possui, várias outras estejam por resolver ou se vão fazendo aos poucos. Mas Domingos Faria está confiante e espera que o povo de Guardizela, em 14 de Dezembro, renove o seu mandato e transforme a maioria relativa da CDU em maioria absoluta. Para que «não sejam os outros a esgotar os nossos projectos mas sim nós a concretizar os projectos que apresentámos e que, felizmente, já estão aprovados na Câmara».

A Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos (ETRSU) situada em Riba d'Ave foi o local em seguida visitado.

que tiverem mais de 55 anos e a integração dos restantes na Mabor.

A indignação dos trabalhadores face à falência fraudulenta da Polímeros era visível nos seus rostos e nas suas palavras. «Não há justiça neste País!», perguntavam, fazendo questão de lembrar que este Governo enquanto oposição recebeu o Sindicato e prometeu ajudá-los mas agora «esqueceu que eles existem».

Só há agora um caminho, dizem, a luta. Por isso, dispostos a fazer valer os seus direitos, deslocaram-se a Lisboa, onde, através de uma vigília frente do Ministério da Economia, exigiram a resolução do seu problema.

Num palco improvisado, a candidata da CDU à Câmara de Famalicão manifestou a sua solidariedade aos trabalhadores, disponibilizando-se, caso fosse eleita, a diligenciar no sentido de encontrar solução para o seu problema, ainda que o mesmo diga respeito ao poder central.

Carlos Carvalhas, por sua vez, afirmando que o PCP está com os trabalhadores e as suas justas causas «nas horas boas e nas horas

Esta Estação de Tratamento de lixo tem sido motivo de grande contestação por parte da população que a quer localizada noutra sítio. As pessoas queixam-se do cheiro intenso que dela emana e que, fazendo-se sentir até 8 km de distância, já levou inclusive à hospitalização de pessoas.

Recebido pela administrador delegado da AMAVE, o Secretário-geral do PCP e os seus acompanhantes tiveram oportunidade de ouvir as explicações sobre o funcionamento da Estação, de colocar algumas questões, incluindo naturalmente a questão da localização, e de constatar *in loco* o cheiro que, nesse dia, «até nem era muito».

A noite tinha caído completamente quando a comitiva chegou a Barcelos, a cidade onde a seguir se deslocou para contactar a população e realizar um minicómicio com o candidato da CDU à Câmara de Barcelos - Manuel Carlos Ferreira Silva, de 50 anos, licenciado em Direito, e Carlos Carvalhas que proferiu umas breves palavras.

Carlos Silva, numa curta intervenção, falou dos objectivos da sua candidatura, o primeiro dos quais está «em chamar a atenção para a necessidade de despertar consciências contra a resignação e o fatalismo no concelho de Barcelos e procurar contribuir para uma alternativa política que ataque os problemas do concelho e em particular dê voz aos grupos sociais mais carenciados.»

Um segundo objectivo é «retirar a maioria absoluta ao PSD», o que poderá ser conseguido com a eleição de Carlos Silva para vereador à Câmara de Barcelos. E o terceiro mas não menos importante objectivo é «impedir que o Partido Socialista em Barcelos venha a reproduzir em termos locais aquilo que o PS está a fazer em termos nacionais.»

Por fim, o candidato da CDU, avaliando a gestão PSD no concelho, considerou-a desastrosa: grandes deficiências nas infra-estruturas, falta de uma política ambiental, cultural e educativa, falta de saneamento básico em cerca de 80 por cento dos concelhos. O que impõe uma urgente viragem em Barcelos. Uma viragem que só a CDU está em condições de concretizar.

Entretanto, o adiantado da hora obrigou ao regresso a Guimarães, onde um jantar-convívio com cerca de 400 militantes e simpatizantes da CDU, aguardava o Secretário-geral do PCP e os candidatos da CDU aos órgãos municipais da região.

más» - razão por que ali se encontrava - assegurou-lhes que o PCP, onde quer que possa ter influência, continuará a defender as justas reivindicações.

«Não faz sentido que homens de meia idade, depois de tanto trabalharem, sejam vítimas de manobras e conluios que os deixam a si e às suas famílias com a vida estragada», disse Carvalhas, defendendo que o Estado, o Governo e a própria Assembleia da República «não podem ficar alheios» a este problema.

Mas o problema está também, disse o Secretário-geral do PCP, no Governo que temos: socialista no nome mas não na política, praticamente igual à do PSD. E, denunciando os 220 milhões de contos de benefícios fiscais dados no Orçamento de Estado ao grande capital, insistiu em que «não faz sentido *apertar o cinto* aos trabalhadores e *encher a carteira* aos grandes senhores».

Contrariamente ao que muitos dizem, «os partidos não são todos iguais», prosseguiu, deixando um recado aos que referem não votar no PCP e na CDU por terem pouca força na região: «Se assim é, então o que é necessário é dar mais força ao PCP e à CDU, é votar



Os trabalhadores queixam-se do Governo PS que enquanto oposição prometia ajudá-los e quando no poder os esquece

Juntas CDU Credibilidade e prestígio

De ano para ano, aumenta o número de freguesias onde a CDU apresenta listas e onde sobe eleitoralmente a sua influência.

No concelho de Famalicão a CDU detém a maioria absoluta em duas freguesias, curiosamente nas antípodas: Riba d'Ave, de características industriais, e Arno de S^{te} Eulália, acentuadamente rural.

No concelho de Guimarães são já quatro as freguesias onde a CDU tem maioria: Guardizela e Gondar com maiorias relativas, Serzedelo e Cando S. Martinho com maiorias absolutas.

Contudo, seja em situação de maioria ou de minoria, a CDU tem-se batido sempre pelos interesses das populações, apresentando obra, aumentando sempre o seu prestígio e a sua credibilidade. E, em termos de relação com as Juntas de Freguesia, tem consciência de, quer no Executivo enquanto lá teve um vereador quer na Assembleia Municipal, ter contribuído para um melhor funcionamento destes órgãos e para dotar as freguesias de melhores meios financeiros.

Este não é, porém, o comportamento dos Executivos da região, que concretamente em relação aos presidentes de Junta usam de critérios discricionários, de compadrio e de favorecimento às Juntas onde a força implantada tem a «mesma cor» da que domina a Câmara

Este facto não tem impedido o crescimento da CDU que Miguel Lopes, presidente da Junta de Freguesia de Riba d'Ave pelo terceiro mandato consecutivo, e de novo candidato da CDU nas próximas eleições, explicou em curta conversa com o nosso jornal.

Para o Presidente da Junta de Freguesia de Riba d'Ave os lemas da CDU - «CDU é obra» e «Com a CDU para fazer o que é preciso» - dizem tudo. «Temos trabalhado em prol das populações, temos feito um grande trabalho ao serviço das pessoas em diversas áreas, concretamente na rede viária, no saneamento de esgotos, na solidariedade social, no desporto e na cultura. Trabalho que com a nossa dinâmica e o nosso empenhamento, se tem vindo a desenvolver ao longo dos anos. Essa a razão por que a população nos tem dado a sua confiança, e ultimamente até com a maioria absoluta». Uma maioria que Miguel Lopes espera renovar: «Estamos a lutar não só para ganhar mas também para reforçar a maioria que já temos.»

Guimarães

«Optimismo e confiança»

cobre 45 a 50% das freguesias e é de má qualidade, servindo, se não for fervida, apenas para lavagem de roupas e outros usos domésticos.

A questão da rede viária é um outro problema, já que mercê de um planeamento caótico, não só não contemplou todas as infraestruturas que mais dia menos dia o concelho vai ter (o que significa que amanhã terá de ser novamente aberto o que hoje se fechou) como não faz a cobertura das freguesias e populações carenciadas. Enquanto isto, os Transportes Urbanos de Famalicão (TUF) «asseiam bancos» duante o dia, sendo utilizados apenas nas horas de ponta pelos alunos das escolas ali sediadas.

Uma outra questão gritante é a questão do urbanismo. O facto de o PDM ter sido aprovado mas não existir um Plano de Pormenor, um Plano de Urbanização aprovado e discutido, leva a que seja possível construir de qualquer forma e em todo o lado.

Por fim, os candidatos da CDU referem as carências ao nível dos espaços verdes e dos espaços de lazer para a juventude, para a prática de actividades culturais, desportivas e recreativas.

Estas são, assim, as grandes prioridades por que os candidatos da CDU prometem bater-se nos órgãos para que forem eleitos.

Em Guimarães, onde um animado jantar com 400 pessoas encerrou a visita de Carlos Carvalhas ao Vale do Ave, a CDU espera reforçar o número de freguesias onde detém a maioria (4), de vereadores (1) e de eleitos directos na Assembleia Municipal (8). Esta a ideia dominante das intervenções proferidas na iniciativa.

Coube a Oscar Jordão Pires, mandatário concelho da CDU, fazer a apresentação das listas que, em sua opinião, se distinguem das dos outros pelos ideais de igualdade e justiça que une os candidatos.

Salgado Almeida, candidato da CDU à Câmara Municipal, enumerando as razões de «optimismo» com que a CDU se apresenta às eleições - a obra e a intervenção dos seus elei-

tos - referiu a importância da intervenção do único vereador na Câmara, como «oposição real, séria, competente e construtiva que, em circunstâncias difíceis, (...) teve uma prestação reconhecidamente notável, intervindo, denunciando e propondo projectos e ideias para esta cidade e este concelho». Ao contrário da prestação «irresponsável» dos três vereadores do PSD que chegaram a abandonar as suas funções por vários meses «por tricas e zangas internas».

Também as intervenções da CDU na Assembleia Municipal e nas freguesias onde tem maioria representam «um capital de trabalho e de intervenção autárquica» que leva a encerrar com grande optimismo as eleições de 14 de Dezembro.

Carlos Carvalhas, por sua vez, alertou para o facto de «a população só ter a ganhar» com o reforço da CDU: haveria «uma crítica e uma fiscalização mais rigorosa», a apresentação de mais propostas e soluções.

E apesar do abuso do poder e da utilização do aparelho de Estado pelo PS na sua campanha eleitoral e para criar dificuldades às autarquias que não domina, também o Secretário-geral do PCP se mostrou confiante. Porque a «CDU tem obra mesmo em minoria». Uma obra, aliás, reconhecida por todas as forças políticas.

O jantar, que decorreu com grande alegria, terminou com a assistência a cantar o «hino da CDU em Guimarães», da autoria de Dino Freitas.

Famalicão

Uma aposta na juventude

Em Vila Nova de Famalicão, a CDU aposta na juventude e candidata à presidência da Câmara Municipal a jovem Carla Alexandra Barbosa, 27 anos, educadora de infância.

Carla Alexandra e Manuel Barbosa, cabeça de lista à Assembleia Municipal, que acompanharam sempre o Secretário-geral do PCP na sua visita ao concelho, mostram-se confiantes numa boa votação para a CDU.

Na base desta confiança está o rigoroso trabalho de informação que se tem feito e a boa receptividade com que a CDU tem sido acolhida pelas populações. Aliás patente no facto de a CDU ter concorrido nestas eleições a mais 12 freguesias do que em 1993 (algumas das quais não tinham lista desde as primeiras eleições autárquicas de 1976).

Isto, aliado ao facto de o número de vereadores ter aumentado de 9 para 11, abre perspectivas à Coligação de recuperar o vereador que há mais de 10 anos havia perdido.

As prioridades do programa da CDU vão naturalmente para os problemas mais sentidos pela população. O saneamento básico, com uma taxa de cobertura que não chega aos 25%, surge em primeiro lugar, seguindo-se-lhe o abastecimento de água da rede pública, que apenas

neles». Para que o PS e a direita não fiquem com «a faca e o queijo na mão» e em todo o lado haja uma voz - a dos comunistas e dos seus aliados - que sempre levante os problemas dos trabalhadores.

Sampaio Ferreira

Eram 13.30 horas, hora de almoço e de substituição de turnos, quando Carlos Carvalhas chegou à Sampaio Ferreira, empresa têxtil há um ano em luta pelo cumprimento do horário das 40 horas.

Cruzando-se com os trabalhadores que saíam, juntavam-se à porta da fábrica os que iam retomar o trabalho, uns e outros aproveitando a presença do Secretário-geral do PCP para apresentar as razões do seu descontentamento e da sua luta: a questão dos turnos (cinco, que na realidade são seis contando com o turno de horário normal) e o não cumprimento das 40 horas semanais de trabalho.

Equívoca e com cláusulas susceptíveis de interpretações diferentes, a lei das 40 horas está feita para «dar com uma mão e tirar com outra», dizem. E é assim que a administração da Sampaio Ferreira, aproveitando a ambiguidade da lei, diz estar a cumprir a lei das 40 horas quando, de facto, está a manter um horário de 42,5 horas. Ou seja, em vez de contar as pausas como trabalho efectivo, como sempre aconteceu, deixou de o fazer e diz que o horário está a ser cumprido.

Os trabalhadores, revoltados, iniciaram há um ano uma greve de uma hora ao sábado, sendo que a partir de 1 de Dezembro deixarão mesmo de comparecer neste dia.

Também Carlos Carvalhas considerou as pausas como uma «artimanha» do Governo socialista e defendeu que a partir de 1 de Dezembro, de acordo com a lei, todos os trabalhadores em Portugal têm direito a um horário de 40 horas. «O Governo deve clarificar esta questão já e não continuar até 14 de Dezembro a prometer aos trabalhadores que, depois desta data, vai apresentar na Assembleia da República um projecto de lei para resolver o problema», prosseguiu Carlos Carvalhas, para quem a «lei é muito clara», pelo que o Governo pretende apenas criar ilusões.

A terminar as breves palavras que proferiu, o Secretário-geral do PCP sublinhou a importância das próximas eleições autárquicas. Em sua opinião, nas próximas eleições, também os presidentes de Câmara, que, como os da região, apoiam e defendem as mesmas medidas do Governo, devem ser penalizados.



Na feira de Famalicão, Carlos Carvalhas e a candidata da CDU à Câmara Municipal foram alvo da simpatia da população



Também em Guimarães, disse Carvalhas, o prestígio e a obra da CDU são reconhecidos por todas as forças políticas

Retórica e mais retórica

O Governo do PS e do eng. Guterres é, cada vez mais, um Governo de mera retórica. Isto é, um Governo de permanente recurso aos exercícios de retórica que, depois, não são sustentados pela sua concretização no "terreno". Em linguagem mais chã, o Governo de António Guterres é, cada vez mais, um Governo de meras "bocas".

Dois exemplos recentes (para não regressarmos ao desfiar das promessas eleitorais, e mesmo do programa do Governo, não cumpridas) vieram mais uma vez demonstrá-lo.

1. Antes do Conselho Europeu Extraordinário sobre o Emprego, realizado nos dias 20 e 21 de Novembro, o exercício retórico do Governo, o seu discurso para consumo público, deixava antever que, desta vez e tendo por base a posição do governo português, a União Europeia iria encarar e iniciar no concreto a resolução do grave problema do desemprego. Em Portugal como na União Europeia.

Pois bem, conhecidas as conclusões daquela Cimeira, de novo e com propriedade se pode dizer que a montanha (retórica) pariu um rato (concretizações).

Nessas conclusões, a retórica continuou a estar presente, a pontuar a atitude do Primeiro-Ministro de Portugal como a dos responsáveis governamentais dos restantes países da União Europeia.

Lá se afirma que "no centro das preocupações do cidadão europeu está a questão do emprego, devendo ser emvidados todos os esforços na luta contra o desemprego, cujo nível inaceitável ameaça a coesão das nossas sociedades". E não houve pejo, por parte dos diversos Governos reunidos na Cimeira, em reconhecer que "os resultados encorajadores em matéria de crescimento não permitirão compensar as perdas de emprego sofridas no início dos anos noventa, nem alcançar a taxa de crescimento do emprego que seria necessária para dar trabalho à maioria dos desempregados". Como igualmente não houve pudor em expressar ao longo do texto as preocupações e os lamentos pelos jovens que não conseguem encontrar emprego e pelos homens e mulheres, desempregados de longa duração, que sendo jovens para se reformarem são velhos para regressarem a um emprego.

E como a retórica continua a ser a mãe da União Europeia em tudo o que se relaciona com os trabalhadores e o social, também no texto das conclusões ficou expressa a intenção de uma estratégia de "mobilização mais sistemática e voluntária do que anteriormente de todas as políticas comunitárias ao serviço do emprego, quer se trate de políticas de enquadramento, quer de políticas de fomento".

O pior é quando as conclusões passam à afirmação de quais as políticas, quais os meios, quais os recursos, capazes de darem corpo, na prática, às declarações grandiloquentes. É aí que o rato aparece.

Vejamos as "políticas de enquadramento".

Toda a voluntariedade para colocar as políticas comunitárias ao serviço do emprego? Sim ... mas tendo presente que "no que se refere ao contexto macro-económico, é essencial que a União prossiga uma política de crescimento assente na estabilidade, no saneamento das finanças públicas, na moderação salarial e nas reformas estruturais". Isto é, políticas ao serviço do emprego desde que a prioridade dessas políticas continue a ser enquadrada pela convergência nominal, ou melhor, desde que a prioridade continue a ser aquela que conduziu às perdas de emprego sofridas nos anos noventa.

Passemos agora às "políticas de fomento". Primeiro as nacionais.

É evidente que sendo a questão do desemprego tão grave, os mandantes da UE teriam de permitir, aqui, a existência de ajudas públicas. Mas, quanto a estas, "o Conselho Europeu é de opinião que é necessário orientar-se para regimes de ajudas que favoreçam a eficácia económica e o emprego sem todavia provocar distorções de concorrência". Ou seja, o desemprego pode ser grave, mas acima de tudo estão a eficácia económica e, fundamentalmente, a sacrossanta concorrência.

Mas, então, que ajudas poderão ser?

Lá estão algumas enunciadas, como o "desenvolvimento do espírito empresarial" através do "facilitar o arranque e a

gestão das empresas" e o "incentivo ao desenvolvimento de actividade independente" e, "se necessário, tornar o sistema fiscal mais favorável ao emprego" mas, atenção, "sem pôr em causa o saneamento das finanças públicas", ou seja, desde que se sobreponha o critério do défice orçamental inferior a 3%. Este sim, continua a ser o critério prioritário, e não o favorecimento da criação de emprego.

E lá está, igualmente, o "incentivar a capacidade de adaptação das empresas e dos seus trabalhadores". Como? Branco o é, galinha o põe: "modernizando a organização do trabalho", em particular através de "fórmulas de trabalho flexíveis, por forma a tornar as empresas competitivas" e de acordos sectoriais e de empresa que "incidam, por exemplo, sobre a anulação do tempo de trabalho, a redução do tempo de trabalho (logicamente com redução de salários), a redução das horas extraordinárias, o desenvolvimento do trabalho a tempo parcial", etc. Ou como dizia poucos dias depois o presidente do Instituto Monetário Europeu, "medidas que aumentem a flexibilidade dos mercados de trabalho, que tornem mais fácil a contratação de trabalhadores e que também tornem mais fácil o despedimento de trabalhadores". Afinal, a receita de sempre, que tem conduzido ao aumento dos lucros, à "contenção" dos salários, ao emprego sem direitos e ao desemprego.

Chegamos agora às "políticas de fomento" comunitárias.

Não haverá uns dinheiritos para dar a sensação de que se quer, de facto, combater o desemprego? Certamente que sim. Mais que não seja porque a prática da União Europeia, quando não quer resolver um problema através de políticas correctas e ajustadas, acena com uns milhões de ecus, para impressionar a opinião pública.

Também desta vez assim foi. O Conselho Europeu apoiou duas iniciativas concretas "directamente orientadas para o desenvolvimento do emprego".

A primeira tem a ver com novos empréstimos do Banco Europeu de Investimento, a favor das Pequenas e Médias Empresas, das novas tecnologias, de novos sectores e das redes transeuropeias, até 10 mil milhões de ecus até ao final do ano 2000. 10 mil milhões de ecus isto é, 2.000 milhões de contos. É muito, é pouco? Bem, 2 mil milhões de contos, de empréstimos (não a fundo perdido), a dividir por três anos, a dividir por quinze países, a dividir por redes transeuropeias, novas tecnologias, novos sectores e muitas centenas de milhar de PME's, é pouco mais do que nada. Principalmente quando o objectivo retoricamente anunciado é

combater o desemprego que atinge mais de 18 milhões de trabalhadores.

A que acresce uma dotação do orçamento da UE (aqui a fundo perdido), igualmente a distribuir ao longo de três anos, no montante de 450 milhões de ecus, ou seja, cerca de 90 milhões de contos. Verba destinada a uma "iniciativa europeia para o emprego" para auxiliar as PME's na criação de postos de trabalho duradouros. Se considerarmos, vá lá e por baixo, 2 mil contos por cada posto de trabalho a criar, teremos o Conselho Europeu com a "ambição" de criar 45 mil postos de trabalho... em 3 anos. Numa União Europeia com mais de 18 milhões de desempregados!

2. Um segundo exemplo recente da retórica do Governo e do PS registou-se na passada semana, na Assembleia da República. Quando se votou a proposta de lei de actualização extraordinária do recenseamento eleitoral. Uma proposta de lei simples no seu conteúdo, e que tinha, à partida, o apoio de todos os grupos parlamentares. O PS apenas quis fazer a votação na generalidade, adiando, pelo menos, por mais 3 semanas a votação final global, que permite a publicação da lei e a sua aplicação prática. E votou, ao lado do PSD, contra o requerimento do PCP que propunha a votação imediata e final da lei.

Onde se encontra, aqui, a retórica do Governo e do

PS? A questão é que, para o PS e para o Governo do eng. Guterres, o referendo sobre a Regionalização só se pode fazer depois da actualização extraordinária do recenseamento eleitoral. E, ainda segundo o PS e o Governo, para que esse referendo que permita a concretização da Regionalização se possa realizar até ao Verão de 1998, era necessário que a lei de actualização do recenseamento estivesse aprovada até ao final de Novembro. Sucede, por acréscimo, que a aprovação daquela lei não exige dois terços dos votos, bastando, por exemplo, os votos do PS e do PCP.

Mas o PS não quis aprovar a lei. Colando-se ao PSD, quis continuar a adiar a evolução do processo da regionalização. O PS e o Governo (apesar da "rábula" do Ministro dos Assuntos Parlamentares) fazem regularmente exercícios retóricos de amor e empenhamento na Regionalização. Mas quando chega a altura de concretizar em actos esse alegado empenhamento, o PS e o Governo fogem da regionalização como gatos sobre brasas.



O Governo do PS e do eng. Guterres é, cada vez mais, um Governo de mera retórica. Isto é, um Governo de permanente recurso aos exercícios de retórica que, depois, não são sustentados pela sua concretização no "terreno".

As pescas também têm direito a voz!

TRIBUNA

A expressão que alguns factos da vida pública têm assumido na comunicação social (a dimensão mediática, como agora se diz) tem remetido para segundo plano a reflexão, a discussão e até a intervenção sobre muitos dos problemas concretos que atravessam a sociedade portuguesa.

É verdade que os produtores e protagonistas de factos mediáticos – e que agem sobretudo em função da expressão mediática dos seus actos – pensam que é na política-política (ou na política-espectáculo) que se deve centrar a intervenção pública. Tal opção acaba por favorecer todos aqueles que procuram fazer esquecer os seus reais problemas de ordem económica e social que afligem múltiplos sectores da vida nacional. Sem menosprezo pela importância da chamada sociedade de informação (só existe o que aparece nos telejornais), é minha opinião que o PCP

e sobrevivência de inúmeras comunidades do litoral.

Nos países costeiros da Europa, 40% das proteínas consumidas na alimentação provêm da pesca, sendo que, em Portugal, o consumo aparente *per capita* de peixe é da ordem dos 40 quilos.

Do ponto de vista social crê-se que existem actualmente 300 mil pescadores na União Europeia. Sabendo-se que cada posto de trabalho no mar origina 4 postos de trabalho em terra, pode-se dizer que mais de um milhão de trabalhadores exercem a sua actividade nos diversos sectores da pesca. Em Portugal – e apesar das políticas que se têm abatido sobre o sector –, existem cerca de 30 000 pescadores matriculados (28 458 em 1996) ligados a mais de 120 comunidades piscatórias situadas ao longo da costa, muitas delas quase totalmente dependentes da actividade pesqueira.

Nos últimos anos, o debate – seja no âmbito da FAO, da União Europeia ou em Portugal – tem-se centrado no esgotamento ou redução preocupante dos *stocks*, resul-

Importa esclarecer que a Convenção da ONU sobre o direito do mar (que entrou em vigor em 1994 e que a Assembleia da República ratificou recentemente) reconhece aos Estados um direito exclusivo de soberania sobre o mar territorial cuja extensão é de doze milhas náuticas bem como um outro direito de soberania – que podemos chamar de partilhado – até 200 milhas das suas costas intitolado zona económica exclusiva (ZEE) e onde cada Estado deve permitir que frotas de outros países aí pesquem os recursos excedentários à capacidade de pesca do Estado ribeirinho. No âmbito da União Europeia, a Política Comum de Pescas veio «comunitarizar» a zona que vai das 12 às 200 milhas. Sendo aí a gestão e partilha dos recursos feita pela Comissão Europeia.

tem ido na diminuição das suas capacidades, muito para além dos objectivos definidos nos Programas de Orientação Plurianuais para as Pescas (POP). Pela leitura do relatório final do POP III verifica-se que das 191 870 Toneladas de Arqueação Bruta (TAB) fixadas no Programa como dimensão máxima da nossa frota de pesca, os governos portugueses promoveram uma tal política de liquidação da frota que esta chegou ao final do Programa (em 1996) unicamente com 121 933 TAB, superando (aqui com sentido negativo) os objectivos em 36%.

Contra uma política que liquidou grande parte do sector pesqueiro nacional sempre se opôs o PCP acompanhado em parte pelo PS quando este estava na oposição.

Agravamento da situação

Mas o que é que se passa agora quando vamos já em metade de uma legislatura sob o signo «rosa»? A situação agravou-se Entre 1994 e 1996:

– Continuou a diminuir o volume de pescado capturado, tanto nas águas nacionais como externas: de 261 mil toneladas em 1994 para 233 mil toneladas em 1996, sendo que nas águas externas descem de 62 mil para 39 mil toneladas.

– Prosseguiu o desaparecimento da frota nacional: de 12 299 embarcações desceu para 11 597.

– Aumentou o desemprego no sector, tendo o número de pescadores matriculados descido de 312 721 para 28 458.

– O défice comercial agravou-se: de um saldo negativo de 193 535 toneladas para 205 381 toneladas.

Estes dados – que não são meramente conjunturais – significam tão-só que o Governo do PS, agindo sozinho ou em concertação com a Comunidade, não conseguiu promover uma reorientação do sector nem ao nível da salvaguarda e conquista de pesqueiros em águas internacionais) em países terceiros (a derrota nas negociações com Marrocos é um caso exemplar) nem no plano de uma melhor e sustentada exploração dos recursos nacionais.

É evidente o manifesto lugar residual que o sector das pescas ocupa nas políticas do Governo e a desorientação que reina a este propósito. Basta citar dois exemplos:

– No actual mandato do Governo PS, as verbas afectas às pescas tiveram uma redução de 26,6% (comparação entre os Orçamentos de Estado de 1996, 1997 e 1998). Tudo o que são programas de investigação de recursos no âmbito do apoio à pesca artesanal; apoios à modernização da frota de pesca e a projectos visando a criação de postos de trabalho e a qualificação profes-

Interesses

Face a uma progressiva escassez de recursos num sector estratégico, fácil é perceber os interesses que aí se movimentam, seja para a defesa dos recursos de cada país seja para a obtenção de quotas nas águas internacionais e de países terceiros (pesca do largo) seja para o acesso à exploração dos recursos nas zonas costeiras e nas chamadas águas comunitárias (ZEE/200 milhas).

É neste quadro que devemos avaliar a política de pescas nacional da responsabilidade do actual Governo do Partido Socialista.

Com a integração comunitária de Portugal deu-se não só a transferência da nossa soberania em matéria de negociações de quotas em pesqueiros externos (que passaram a ser feitas no âmbito da Comissão Europeia) como passámos a ter de partilhar os recursos da zona económica exclusiva. Para Portugal ficou apenas em exclusivo o mar territorial (zonas das 12 milhas) e mesmo sobre este exercem-se pressões, designadamente dos centros piscatórios mais poderosos como a Espanha, com vista à sua comunitarização (tendo como pretexto o argumento do mercado único) e consequente abertura dos recursos (até agora reservados exclusivamente à frota nacional) às frotas comunitárias a partir da revisão da Política Comum de Pescas prevista para daqui a 4 ou 5 anos (em 2001/2002).

Ora, em virtude de não terem sido acatados os interesses nacionais, Portugal perdeu (como o próprio Governo reconhece em recente publicação) grande parte dos pesqueiros externos «traduzindo-se numa diminuição ds oportunidades de pesca da frota do largo, criando uma dependência cada vez maior de mercados externos para o abastecimento de espécies que tradicionalmente apresentam grandes índices de consumo (bacalhau, pescada congelada, etc.)». Mas Portugal viu também «acentuarem-se as pressões e o esforço de pesca sobre os recursos explorados nas águas nacionais como a sardinha, o carapau, o atum, o polvo e o peixe-espada».

De tudo isto resultou uma diminuição sensível da frota portuguesa em consequência de se ter privilegiado uma suicida política de abates. Portugal tem sido, aliás, o país da União Europeia que mais longe



■ Lino de Carvalho



não pode ir por aí em nenhum plano da sua actividade e que não se pode demitir de manter um enfoque central nos problemas concretos e nas propostas concretas que tem para o País procurando obviamente que eles também tenham expressão pública designadamente junto das classes, grupos sociais e sectores económicos que o PCP defende e representa.

Neste quadro de preocupações, vamos hoje falar sobre um sector, as pescas, que só raramente (quando há crise de recursos ou quando países como Marrocos decidem defender as suas costas marítimas) alcança direitos de primeira página ou de alinhamento na parte nobre dos telejornais.

Em primeiro lugar, é preciso recordar que a importância das pescas não pode ser medida apenas, nem sobretudo, pela sua contribuição para o PIB (indicador que muitas vezes leva à errada consideração de que as pescas são uma actividade menor), mas pela sua importância para a alimentação humana, para o emprego e para a vida

tante, em parte, de uma exploração excessiva mas também em resultado de alterações climáticas, nas medidas de controlo no acesso aos recursos e de redução da capacidade de captura e do esforço de pesca. Neste quadro, todos os países têm tido cada vez mais tendência para intensificar a defesa das suas águas e a protecção dos seus recursos costeiros. O que se compreende, se soubermos que cerca de 99% dos recursos pesqueiros explorados no mundo provêm da zona litoral e da plataforma continental, que se estende entre 20 e 40 km de distância da costa, conforme os locais.

No que se refere ao nosso país, os recursos do mar territorial (zona de 12 milhas náuticas – cerca de 22 km) – que se confunde com a nossa plataforma continental – são responsáveis por 83% do volume do pescado capturado e asseguram 80% dos empregos dos pescadores portugueses sendo aí (e nas denominadas águas comunitárias que vão até às 200 milhas marítimas) que opera 99% da nossa frota.



Projecto autárquico da CDU valoriza participação das mulheres



sional; apoios à construção de pequenas embarcações, às compensações por imobilizações temporárias ou interrupções do esforço de pesca bem como aos apoios à indústria conservadora tudo isto baixa substancialmente de dotações orçamentais.

Nas movimentações comunitárias para a redução do esforço de pesca há outra vez fortes pressões para, a curto prazo, serem decididas novas e acentuadas diminuições na actividade da pesca da sardinha o que a concretizar-se trará acrescidas dificuldades à pesca do cerco e à captura de uma espécie responsável por quase 40% do total do pescado capturado.

Sendo certo que há que tomar as maiores precauções na defesa dos recursos também é verdade que muitas das decisões da Comunidade em matéria de redução do esforço de pesca não assentam em dados científicos inquestionáveis e por vezes aparecem sustentadas em fundamentos nebulosos.

Em minha opinião pode ser isso que se passe, em parte, com as oscilações tão frequentes que se têm registado, por exemplo, no estudo da situação dos stocks da sardinha que acaba por favorecer os grandes interesses espanhóis cujos pesqueiros, no Mediterrâneo, não sofrem os efeitos da redução do esforço de pesca decretada para as frotas do Atlântico.

Ora, numa questão tão sensível, o Governo português não tem aí, disponibilizado meios para a investigação que permitam um conhecimento tão exacto quanto possível dos nossos recursos o que, obviamente, enfraquece a posição negociadora do País.

Acresce que na elaboração de muitos dos relatórios não há um diálogo mínimo com pescadores e armadores cujo saber de experiência feito é indispensável para a aferição dos dados científicos.

Exigências

Podemos, pois, dizer que também nas pescas o rei vai nu e o Governo PS não modificou nada de essencial em relação à política dos Governos do PSD.

É, pois, necessário que o PCP, bem como as organizações sociais e sindicais dos pescadores e as estruturas associativas dos armadores levantem a voz na exigência de uma política alternativa assente em:

- defesa da ideia da especificidade das nossas pescas cujo perfil está muito mais próximo das pescas do Mediterrâneo (sujeitas a orientações mais flexíveis) do que das pescas do Atlântico (sujeitas às fortes restrições da Política Comum das Pescas).

- reforço dos meios de investigação para a prospecção e avaliação dos recursos na plataforma continental portuguesa cujos resultados devem ser debatidos com pescadores e armadores;

- priorização dos apoios à construção de pequenas embarcações de pesca (pesca artesanal e pequena pesca) e à viabilização das comunidades piscatórias;

- forte investimento nas negociações de novos pesqueiros nas águas internacionais e de terceiros países;

- defesa intransigente dos princípios do acesso exclusivo das frotas nacionais aos recursos do mar territorial (12 milhas) e acesso preferencial às águas da zona contígua (das 12 às 14 milhas);

- apoios compensatórios aos pescadores e armadores forçados a imobilizações temporárias da frota ou à interrupção do esforço de pesca;

- respeito integral pelos direitos dos trabalhadores da pesca no quadro da legislação que regulamenta o trabalho a bordo;

- apoio à promoção e consumo, nos mercados nacionais e internacionais, dos produtos da pesca.

Um documento-base, contendo um importante diagnóstico sobre a situação da mulher em Portugal, apoiou os trabalhos do Seminário subordinado ao lema «Participação da mulher em igualdade - Uma condição de progresso, um desafio à sociedade», que a Comissão junto do Comité Central para os Problemas e o Movimento das Mulheres realizou, em Maio de 1991, no Porto.



Entre muitas constatações então feitas, e ainda hoje inteiramente válidas, dizia-se que «a realização da democracia é indissociável da participação em igualdade dos homens e mulheres (...), sendo que todos os domínios da vida diziam respeito às mulheres, «o que justifica a necessidade da sua participação na definição e execução de todas as políticas». Por outro lado, considerava-se que a intervenção das mulheres na vida social e política «é factor de desenvolvimento e de aprofundamento da democracia», tornando necessário «estimular e pugnar por uma mais equitativa representação e responsabilização das mulheres nos centros de decisão em todas as instâncias e a todos os níveis».

Se é certo que as medidas apontadas não são passíveis de ser tomadas por «via administrativa», certo é também que desde então se verificou uma sensibilização crescente das organizações do Partido para o problema, com reflexos de ordem prática, concretamente ao nível da constituição das listas para os órgãos autárquicos, como se pode constatar nos quadros que se publicam em separado.

O problema da participação da mulher em igualdade não preocupa apenas as mulheres comunistas. Principalmente nos últimos anos, é um problema levantado por organizações e partidos de diferentes famílias políticas em todos os países. Ainda que - contrariamente à posição do PCP - o coloquem apenas ao nível dos órgãos de decisão.

São conhecidos os obstáculos levantados à participação da mulher. Eles começam ao nível das discriminações, do desemprego e formas de trabalho precário que atingem particularmente as mulheres, passam pela falta de infra-estruturas de apoio à família,

às crianças e aos idosos e pela acumulação do trabalho profissional com as tarefas domésticas, acabando nas mentalidades que, apesar da enorme evolução que sofreram depois do 25 de Abril, reflectem ainda, e naturalmente, valores culturais seculares e retrógrados.

Por isso, as mulheres comunistas, o PCP, sempre se têm manifestado contra a ideia do estabelecimento de quotas que, em sua opinião, subverte o sentido de participação, criando ilusões em relação à existência de uma igualdade que de facto não existe já que, qual casa construída sem alicerces e pelo tecto, estará sempre no perigo iminente de ruir.

Além de que a experiência tem mostrado que os partidos que mais se têm batido pelas quotas, chegando ao ponto de defender a sua fixação por imposição legal autoritária, como fez o PS pela boca de António Guterres no «Parlamento Paritário» realizado em Janeiro de 1994, são aqueles que, depois, menos resultados práticos apresentam. A demagogia das suas posições pode-se constatar, por exemplo, através do exiguo número de mulheres socialistas eleitas em

1993 que, no conjunto dos órgãos autárquicos, não foi além dos 7,2%.

Na verdade, o crescimento da participação das mulheres não está dissociado do grau de evolução do exercício dos seus direitos a todos os níveis da sociedade e da eliminação dos obstáculos que impedem essa participação.

Essa a razão porque as mulheres, e em particular as mulheres comunistas, não podem permitir a desresponsabilização do poder político na promoção de políticas que elevem a qualidade de vida das mulheres e salvaguardem os seus direitos económicos, políticos, sociais e culturais.

Essa a razão por que as mulheres têm a ganhar com o reforço da CDU nas próximas eleições. Porque o projecto autárquico da CDU, norteando a actuação diária por uma política de promoção e valorização dos saberes e capacidades das mulheres, tem constituído um estímulo para a sua participação na comunidade local e para a concretização da igualdade de direitos e de oportunidades entre homens e mulheres.

O perfil da mulher autarca

Os dados recolhidos na «Caracterização Sociográfica das Mulheres Eleitas para as Autarquias Locais», feita pelo STAPE relativamente a 1993, salvaguardando, embora, «a ausência de comparação com os elementos da mesma natureza que especificam os homens com funções políticas do mesmo tipo», servem para identificar as «particularidades do universo feminino dos cargos próprios do poder local».

Assim, segundo esses dados e resumidamente, a mulher autarca enquadra-se nos «estratos médios da pirâmide etária», ou seja, são pessoas «predominantemente na plenitude da sua vida biológica».

Por outro lado, apresentam níveis de escolaridade de grau superior e as suas profissões estão colocadas «nos níveis superiores da estratificação profissional», sendo que duas em cada três autarcas têm uma actividade profissional que «cai no âmbito de cargos de direcção e enquadramento ("directores e quadros superiores") ou é específica de funções de natureza intelectual, científica e técnica». Características que reforçam a ideia «de uma sobrequalificação das mulheres» que aponta para a existência, em relação a elas, de uma «maior exigência nos critérios».

No que respeita à «decisão de entrada na vida política», ela resulta maioritariamente de uma opção pessoal em que prevalecem «as motivações altruístas e o desejo de servir a comunidade». E se nove em cada dez mulheres autarcas identificam uma preferência partidária, o certo é que metade

delas, no entanto, se designam como «simpatizantes».

Os resultados eleitorais das autarquias de 1993 revelam a presença de mulheres fundamentalmente nos órgãos deliberativos do poder local, já que apenas «uma em cada três ocupa cargos do tipo presidente de Câmara ou de Junta de Freguesia, vereadora ou vogal da Junta de Freguesia». Entretanto, é de salientar o facto de mais de 42% das que exercem funções em órgãos executivos terem pelouro atribuído e cerca de 71% ocuparem esse cargo em regime de tempo integral.

As áreas de actividade autárquica dos seus pelouros estão, contudo, relacionadas com a cultura e a acção social, estando as mulheres praticamente ausentes em domínios como «obras e urbanismo» ou «habitação». O que, à partida, configura a expressão de «uma divisão sexual das funções políticas no domínio do poder local».

Por fim, as mulheres autarcas acumulam as tarefas domésticas «com a sua vida profissional e o desempenho dos cargos para que foram eleitas», havendo, no entanto, variáveis que introduzem algumas diferenças: a idade, a profissão e a escolaridade. Pode, assim, afirmar-se que «o grau de participação dos homens cresce à medida que aumenta o nível de escolaridade e a profissão se integra nos estratos mais elevados da estratificação socioprofissional, variando inversamente com o escalão etário da autarca, ou seja, quanto maior a idade menor a participação do cônjuge».

Números que falam por si

A CDU é a força política que maior participação de mulheres tem nas suas listas. Uma participação que, apesar das insuficiências, regista um significativo progresso, aumentando de mandato para mandato a sua percentagem, como salientou a Comissão Coordenadora no balanço final das listas apresentadas às próximas eleições.

A CDU apresenta, assim, para o próximo mandato, 23% de candidaturas de mulheres a nível municipal, das quais 83 se candidatam como cabeça de lista, ou seja, mais 30 do que em 1993. Considerando apenas as cabeças de lista a Câmaras Municipais, a CDU, com as suas 37 candidatas, mantém-se à frente do PS (10) e do PSD (19).

Mulheres cabeças de lista às Câmaras Municipais

	CDU	PS	PSD
Aveiro	2	0	0
Beja	1	0	2
Braga	2	0	0
Bragança	2	0	0
Castelo Branco	2	0	1
Coimbra	4	0	1
Évora	1	1	2
Faro	1	0	1
Guarda	1	1	0
Leiria	5	1	1
Lisboa	1	3	5
Portalegre	0	0	1
Porto	4	1	2
Santarém	1	0	2
Setúbal	2	2	0
Viana do Castelo	0	0	1
Vila Real	1	0	0
Viseu	3	1	0
Açores	2	0	0
Madeira	2	0	0
Total	37	10	19

Segundo relatório do STAPE referente às eleições de 1993, «o poder autárquico continua a ser esmagadoramente masculino», sendo que de um total de 52 804 eleitos apurados, apenas 4045 são mulheres (7,7%). O que significa que, já neste mandato, a CDU é a força política que apresenta mais mulheres eleitas em todos os órgãos autárquicos, como mostram os dados dos seguintes quadros:

Distribuição Partidária dos Eleitos por Órgão segundo o sexo

CONJUNTO DOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS

	Mulheres	
	N.º	%
PS	1400	7,2
PPD/PSD	1427	6,7
PCP/PEV	692	14,5
CDS-PP	236	5,7
OUTROS	290	9,7
TOTAL	4045	7,7

CÂMARA MUNICIPAL

	Mulheres	
	N.º	%
PS	53	6,8
PPD/PSD	52	6,5
PCP/PEV	34	13,9
CDS-PP	10	7,4
OUTROS	2	6,7
TOTAL	151	7,6

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

	Mulheres	
	N.º	%
PS	294	11,4
PPD/PSD	257	9,8
PCP/PEV	107	13,5
CDS-PP	69	12,7
OUTROS	10	13,3
TOTAL	737	11,2

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

	Mulheres	
	N.º	%
PS	843	7,3
PPD/PSD	908	7,1
PCP/PEV	418	15,9
CDS-PP	127	5,0
OUTROS	190	10,4
TOTAL	2486	7,9

JUNTA DE FREGUESIA

	Mulheres	
	N.º	%
PS	210	4,5
PPD/PSD	210	4,1
PCP/PEV	133	11,8
CDS-PP	30	3,4
OUTROS	88	8,5
TOTAL	671	5,2

A nível da CDU, é de salientar o facto de 40% das eleitas exercerem presidências, ainda que o número de eleitas represente apenas 15,4% do total de eleitos.



■ Jorge Messias **Um auxiliar de leitura ...**

Esboço caricatural do "príncipe da Igreja"

O segundo anel (cont.)

É na postura de uma simples pesquisa que mais amplos espaços se abrem às tentativas de traçar o esboço de uma linha do horizonte que condicionará, num futuro imediato, as orientações que os grandes decisores da igreja institucional virão a assumir. No fundo, apenas se trata de saber que grau de liberdade assiste aos "príncipes da Igreja" para aceitarem, recusarem ou transformarem, nos quadros da disciplina canónica, as decisões gerais que lhes chegam com a chancela da cadeira de S. Pedro. Se as condições mínimas para o exercício dessas liberdades se confirmarem, poderemos então concluir pela existência de uma possibilidade, mesmo que remota, da igreja institucional retomar, a curto prazo, os caminhos abertos pelo Concílio Vaticano II. Caso contrário, fácil será prever que o governo da igreja católica dos inícios do século XXI se cristalizará nos fundamentalismos que dominaram o magistério de João Paulo II. O que significará, a curto prazo, não a consolidação e alargamento das zonas de influência da própria Igreja mas o seu atolamento numa crise profunda, de consequências imprevisíveis.

Ao abordarmos o assunto deste ângulo poderíamos apelar a numerosos textos oficiais da doutrina da Igreja. Mas, para evitarmos a dispersão, apenas invocaremos dois ou três desses documentos centrais, todos recentes e plenamente em vigor, como o "Direito Canónico", "As Reflexões para o Ano 2000" ou a mais moderna versão do "Catecismo da Igreja Católica".

A primeira citação pode ser extraída das "Reflexões" onde João Paulo II, a certo passo, recorda a constituição "Lumen Gentium", no seu parágrafo 22: "Os bispos", diz o Concílio, "exercem o seu próprio poder para o bem dos seus fiéis, mas também de toda a Igreja, respeitando fielmente a unidade, o primado e a proeminência do seu chefe."

Esta passagem integra, na realidade, a "Constituição Dogmática sobre a Igreja" que procurava restabelecer a ordem na desordenação em que os trabalhos do Vaticano II ameaçavam cair. Passadas que são três décadas sobre esses acontecimentos, não deixa de ser curioso constatar que os teólogos da "nova Igreja" de João Paulo II, responsáveis por tantas omissões voluntárias sobre os textos conciliares, se socorrem de três simples linhas para fundamentarem as suas posições na área das relações eclesiais.

Tal como veremos, em seguida, ao citarmos outros dos grandes pilares do actual poder eclesástico - o "Catecismo da Igreja Católica".

Reconheçamos, à laia de preâmbulo, que este documento é um verdadeiro clássico da lógica formal que a hierarquia católica tem cultivado ao longo de séculos. Há, entre as diferentes partes da exposição, uma relação tão íntima e permanente que aceitar o primeiro juízo de cada uma das totalidades em que se divide o discurso é reconhecer, tacitamente, a validade da sua conclusão racional. E esta surge, em cada caso, com um conteúdo de dogma de fé.

Colocado perante este encadeado e esmagado pela necessidade imperativa da unidade e da não

contradição, o grande decisor apenas se sentirá livre para discordar pontualmente dos grandes teólogos oficiais do Vaticano. Jamais, entretanto, levará tão longe a sua liberdade pessoal, em nome dos fiéis, que se permita contestar sequer os dogmas do primado e proeminência do seu chefe.

A partir de então ficará à mercê da mais alta hierarquia. É a esta potencial situação que chamamos "o segundo anel".

No articulado do texto do "Catecismo" encontramos, logo de início, a fórmula redutora que permanentemente o irá atravessar. Por exemplo, nos dois primeiros capítulos, respectivamente intitulados "O Homem é capaz de Deus" e "Deus ao encontro do Homem". Sigamos estes percursos.

O documento inicia-se com uma simples reflexão. O homem é um ser religioso, por natureza e por vocação, feito para viver em comunhão com Deus. Quando escuta a mensagem das criaturas e a voz da sua consciência o homem pode ascender à compreensão de Deus. Final da primeira ideia.

Segunda ideia: a Igreja ensina que a luz natural da razão humana pode revelar a natureza divina. Os crentes são chamados a participar nessa missão. Final da segunda ideia.

Segundo capítulo: Deus revela-se ao homem, quando este escuta a sua mensagem das criaturas, através da acção e da palavra o que constitui, no seu todo, uma verdadeira "pedagogia divina". A Revelação processa-se por etapas, ainda não inteiramente explicitadas. No seu Verbo, Deus já disse tudo, ainda que os homens tenham que distinguir a Revelação genuína das revelações ditas "privadas", algumas das quais não pertencem ao "depósito da fé". Porém, guiado pelo Magistério da Igreja, o bom senso dos fiéis sabe discernir e guardar o que nestas revelações constitui um apelo autêntico de Cristo ou dos seus santos à igreja (CIC, nº 67).

Segunda ideia: Deus fala aos homens oralmente ou por escrito, transmitindo a expressão do Espírito contida na Tradição dos Apóstolos (tradição oral e escrita) e continuada pela Sucessão Apostólica, confiada aos bispos que se constituíram, depois dos primeiros tempos cristãos, em herdeiros do "ofício do magistério". Deste modo, podem distinguir-se, no mundo católico cristão, duas grandes expressões da Revelação: a Tradição apostólica e a Tradição eclesial. Ambas constituem, na sua totalidade, a "herança da fé" (depositum fidei). "Apoiando-se nela, todo o povo santo persevera unido aos seus pastores na doutrina dos Apóstolos e na comunhão, na fração do pão e na oração, de tal modo que, na conservação, actuação e profissão da fé transmitida, haja uma especial concordância dos pastores e dos fiéis" (CIC, nº 84). Final da segunda ideia.

Terceira ideia: "Os fiéis, lembrando-se da palavra de Cristo aos Apóstolos - 'Quem vos ouve a Mim ou', Lucas, 10, 16 - recebem com docilidade os ensinamentos e as directrizes que os seus pastores lhes dão sob diferentes formas" (CIC, nº 87). A autoridade do Magistério da Igreja é de origem divina e exprime-se através dos dogmas da fé, havendo uma ligação orgânica e essencial entre a vida espiritual católica e os dogmas. No seu conjunto, os dogmas da fé estão profundamente entrelaçados. É o que a Teologia designa como "nexus mysterium" ou Mistério de Cristo: "Existe uma ordem ou hierarquia das verdades da doutrina católica, já que o nexo delas com o fundamento da fé cristã é diferente" (CIC, nº 90).

Retenhamos esta última parte da citação. Veremos, mais tarde, como esse princípio legitima qualquer comportamento do governo da Igreja que nada tenha a ver com a Ética, cristã ou universal.

Por enquanto, o convite é para que prossigamos com a leitura deste capítulo do "Catecismo da Igreja Católica", texto de referência central que tão bem espelha as perspectivas eclesiais que João Paulo II legará aos futuros grandes decisores.

Estômbar, política e outros desastres

Carta-aberta dos ferroviários ao presidente do Conselho Gerência da CP

Na sequência de uma carta enviada pelo presidente do CG da CP aos trabalhadores da CP, relacionada com o acidente ferroviário do passado dia 8 de Novembro, a Comissão Executiva da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses decidiu dirigir ao dr. Crisóstomo Teixeira uma carta-aberta, que aqui publicamos.

Apelos

«Dirigiu V. Ex.^a uma carta aos trabalhadores da CP, ao que parece com o propósito de «produzir um apelo à sensatez e moderação verbal» dos dirigentes sindicais que se permitiram apontar as causas mais profundas do acidente ocorrido no passado dia 8 de Novembro, em Estômbar, e que matou quatro pessoas, entre elas um ferroviário. Além das irreparáveis perdas de vidas, este acidente causou ainda mais de uma dezena de feridos, entre os quais outro ferroviário, para não falar já dos elevados prejuízos materiais.

Acontece que também queremos fazer um apelo ao senhor presidente do CG, que é, precisamente, o de procurar confinar-se aos factos e deixar os considerandos de natureza político-partidária para outras ocasiões menos inoportunas.

Como sempre, o CG, mesmo antes das conclusões das comissões de inquérito, apressou-se na explicação simplista das causas do acidente. Falha humana. Nem mais. O inquérito, os inquéritos, para si, serão mera formalidade. O veredicto já foi ditado.»

Falhas

«Mas a haver falha humana, ela tem raízes não em Estômbar mas em Lisboa, porque é aqui que temos de encontrar os principais responsáveis pelo estado de atraso em que se encontra a rede de caminho-de-ferro, sobretudo nas zonas do interior do País.

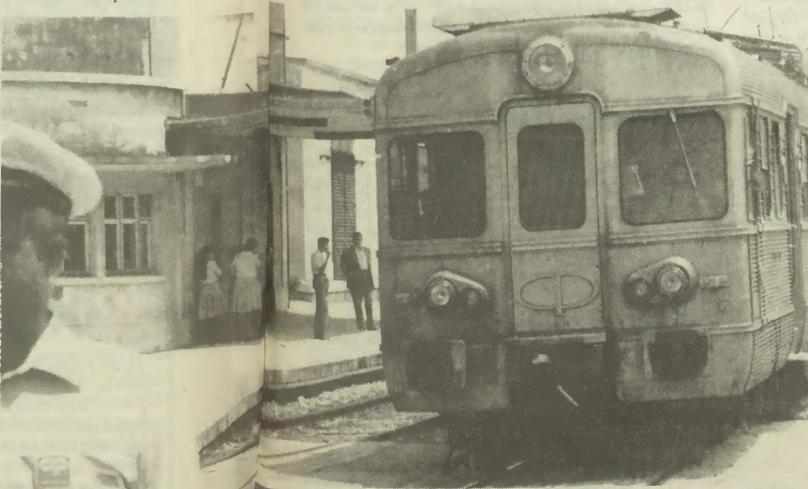
Focar as causas do acidente apenas no momento exacto em que ele aconteceu, tal como em Alcáçate e outros, é pura e simplesmente ignorar as verdadeiras causas dos mesmos e tentar, assim, iludir a opinião pública, porque os governantes e os sucessivos CGs da CP sabem, perfeitamente, que, tal como as coisas se encontram, só o zelo, a capacidade profissional dos ferroviários e o seu empenhamento tão mal recompensado permitem a segurança do sistema ferroviário.

É certo que o atraso do caminho-de-ferro não começou agora, mas não é menos verdade que, tal como V. Ex.^a sabe, a ocorrência de acidentes como o de Estômbar, de Alcáçate e outros se deve à inexistência de modernos meios de comunicação, como o rádio-solo, e também o facto dos sucessivos CGs terem promovido o desguarnecimento das estações e dos próprios comboios, na sanha irresponsável da extinção de postos de trabalho.

Ao contrário de V. Ex.^a, que, estando a escrever um texto, e ao ver que se enganou, rasga o papel e resolve assim o problema, neste tipo de exploração ferroviária um trabalhador, ao ver que se enganou ou ao verificar que houve uma falha, já não tem qualquer sistema de recurso ou possibilidade de corrigir a situação.

Talvez ainda não o tenham informado, mas saiba V. Ex.^a que as estações como Estômbar eram, ainda há poucos anos, guardadas, no mínimo, com três trabalhadores. E hoje está só um.

Talvez ainda, não saiba também que, as máquinas 1200 no ramal de Lagos, eram guarnecidas por dois trabalhadores (maquinista e condutor) enquanto agora funcionam apenas com um maquinista.



Só por teimosia é que V. Ex.^a não reconhecerá que a redução de pessoal foi feita antes da implementação de novas tecnologias que substituem a presença humana. Só por má-fé se pode vir tentar responsabilizar os dirigentes sindicais, que, no desempenho das suas funções, alertaram para a necessidade de se alterar o actual estado de coisas.»

Contributos

«Esta tem sido a postura desta Federação. Ao longo dos tempos temos, de uma forma responsável e séria, tentado dar contributos positivos para a modernização e desenvolvimento do caminho-de-ferro.

Em 1986, promoveu esta Federação, com a colaboração da Comissão de Trabalhadores da CP, um encontro nacional sobre segurança ferroviária. As causas do acidente de Estômbar foram lá apontadas e foram igualmente apontadas soluções, mas infelizmente, passados 11 anos, pouco foi feito.

Como há muito para fazer e porque uma boa parte dessas conclusões permanecem actuais, aproveitamos para lhe enviar uma cópia das mesmas, se V. Ex.^a estiver de boa-fé, quando fala sobre estes temas, alterará certamente a sua opinião sobre a postura desta estrutura sindical.

Registamos como positivas as declarações de V. Ex.^a, no passado dia 17 na Antena 1, sobre o alargamento do sistema de rádio-solo a toda a rede nacional. Com esta sua promessa, reconhece que as declarações desta Federação, emitidas logo a seguir ao acidente, têm razão de ser e que o acidente de Estômbar teria sido evitado se essa medida já tivesse sido tomada.

Apelamos, no entanto, para que, tal como por ocasião do acidente de Alcáçate, a sua promessa seja mais do que uma declaração de circunstância e se torne realidade o mais breve possível, porque esse investimento será sempre mais barato que a perda de vidas humanas.

Entretanto, é necessário que não esqueçamos que, hoje, a situação é igual à do dia do acidente, ou seja, as estações de Estômbar e da restante rede de cantonamento telefónico continuam, na generalidade, guarnecidas apenas por um trabalhador, com a categoria de Operador de Movimento, categoria imposta pelo CG. Estes trabalhadores têm de vender bilhetes, atender telefones, dar informações, manobrar agulhas, dar partidas, etc. Ao mesmo tempo que as máquinas 1200 e outras circulações continuam a circular só com o maquinista.

Por outro lado, não podemos deixar de protestar pelo facto de, em vez de se tomarem as medidas que se impõem, se comece por instaurar um processo disciplinar ao trabalhador da estação de Estômbar, por ter prestado declarações.

Várias pessoas da empresa prestaram diversas declarações, incluindo V. Ex.^a, que, mesmo antes das conclusões dos inquéritos, se apressou a atribuir as causas do acidente a falha humana.

Finalmente, apelamos a V. Ex.^a para que, de acordo com o cargo que exerce, procure manter uma postura de moderação, evitando substituir-se aos diversos órgãos da empresa.

Sempre estivemos e continuamos a estar disponíveis para colaborar na modernização e desenvolvimento do caminho-de-ferro, de acordo com os interesses dos trabalhadores e do País, porque, quanto às vantagens económicas pessoais, V. Ex.^a está certamente a referir-se à enorme quantidade de lugares de gestão, assessores, membros de comissões e grupos de trabalho que têm sido nomeados pelo CG a que preside e, ao que se sabe, todos eles muito bem pagos.»



«Polivalência»

Com o título acima, Morais e Castro publicou em o «Avante!» de 20 de Novembro um artigo muito pertinente e também o seu contrário.

Quanto à primeira parte, no que se refere à crítica à agora ex-Ministra para a Qualificação e Emprego, muito bem. Vejamos se a quem lhe suceder não tenha a pressão dos trabalhadores de atirar também para a rua.

Quanto à outra parte do artigo (e aqui a «polivalência» parece que é de Morais e Castro ao dar em gramático) lamento não estar de acordo. Diz M.C. (ou melhor, ensina) que se deve dizer «Senhora Ministra» e não «Senhora Ministra». Assim o entende e defende «contra tudo e contra todos». É que eu pertenço aos «todos», que incluem gramáticos e dicionaristas. Sinto-me assim com as costas quentes perante tal desafio.

Vamos por partes. **Epiceno** (coisa que Morais e Castro aprendeu com o «Tonecas») não é o mesmo que comum-de-dois; corresponde a sobrecomum se aplicado a animais. «Ministra», porém, nem é comum-de-dois nem sobrecomum. É apenas comum como a maior parte dos substantivos. A palavra ministra deriva do Latim **ministra**, que queria dizer servidora, e até se aplicava, por exemplo, às diaconisas do culto cristão (vide dicionário de Latim de Santos Saraiva). Diaconisa era ministra, do mesmo modo que o diácono era ministro. **Ministru- e Ministra-**, em Latim substantivos comuns, deram em Português os nossos Ministro e Ministra. Também havia o adjectivo **Minister**, a, um, com a mesma significação de servidor.

Não há menoscabimento em as mulheres se dizerem ministras, quando o são, como juízas, ou advogadas, ou professoras. E até papais, não obstante o conhecido machismo sacerdotal, haja vista a Papisa Joana, lenda ou verdade.

É não há volta a dar-lhe. Nestas coisas, nem é preciso estudar nas gramáticas, basta estudar o povo. Como o algodão, o povo não engana nem se engana. O povo não comete o despautério de chamar juízes às juízas: «a juíza da festa», «o juiz da festa». É só um exemplo.

Não se condenam as gramáticas. Leiam-se. Não as do «Tonecas», claro.

■ Joaquim Lagoeiro



Palavras e Cromos



■ Urbano Tavares Rodrigues

O poeta discreto

Quem visse o Pedro Alvim na redacção do *Diário de Lisboa*, que foi quase a sua casa, dactilografando o dia-a-dia, endireitando prosa alheia, com o semblante grave e concentrado da sua quotidiana decepção, a calvície severa, uma compenetração que logo se adoçava em sorriso humilde, se o interpelasse, não adivinharia o tumulto de ideias, sonhos, palavras líricas que alimentavam o outro lado do seu viver.

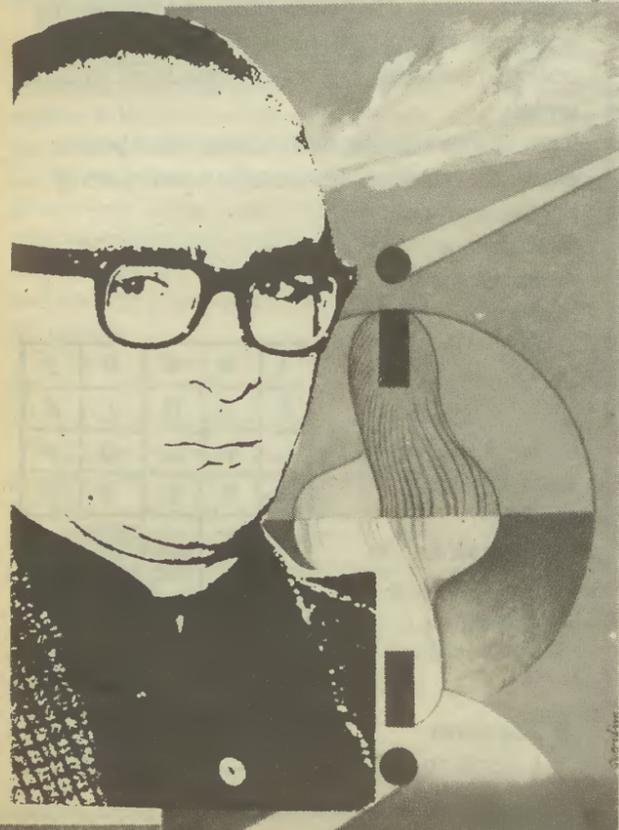
Assim, discreto, passou pela faculdade, pelos os jornais, pelas horas clandestinas, pela prisão, pelas assembleias de Abril, este autêntico poeta, vocação filosófica e coração de criança, coração comunista também, infeliz no jogo e no amor, cronista por vezes cheio de graça afectuosa, amigo dos livros e das belas edições.

Pertenceu o Pedro Alvim a uma equipa famosa de jornalistas, com os quais ele marcou aquele verpetino que em horas escuras soube ser voz de liberdade e de cultura, apenas velada (e nem sempre) de forçada ambiguidade. Contra a censura esteve sempre o Pedro Alvim e sempre contra todas as opressões, contra todas as injustiças.

Foi professor liceal e universitário e trouxe para a relação docente/discente o seu gosto pelo lúdico e pela igualdade possível.

Moderado nos gestos da rotina, radical nas decisões difíceis, lembro-emos sobretudo, creio eu, pela sua inquirição ao universo e à vida, pela mescla de poesia, de ironia filosófica, de vago *non sens* também suave, e de esquivia ternura, daquela imaginação fantástica que o Pedro Alvim deixou dispersos pelas páginas do *O Cosmonauta*, *Rútilo é o «i»*, *Astrónomos Portugueses*, *O Caçador do Nada*.

Pedro Alvim tinha a arte do microtexto, sintético e condensado, quantas vezes paradoxal. As crianças, por vezes, entendiam-no melhor do que os adultos e ele, criador de silogismos, gostava também de escrever para os jovens. Ou não conservasse no fundo de si um resto de areia dourada dos castelos a infância.



Sondagens

Informação

«As sondagens valem o que valem», ouvimos dizer hoje com certa frequência, quando candidatos ou representantes de forças políticas são confrontados com números, em debates ou entrevistas. Querem eles dizer que, com o devido respeito, as sondagens não valem muito. Mesmo que lhes assegurem vitórias. O certo é que sorriem agradados aos bons números e desfazem nos maus. E juram que, como democratas verdadeiros que todos aparentam ser, o que vai realmente contar é o resultado que se verificará nas urnas. Estamos de acordo.

Então por que as sondagens? Longe de nós lançar sobre essa conquista da civilização estatística e da matemática aplicada à sociologia o anátema que se despeja com facilidade sobre a consulta astrológica, a mezinha ou o mau-olhado. As sondagens costumam ser bastante úteis, enquanto pesquisam, inquerem, desejam saber - mais ou menos - sobre aquilo que se esconde. Seja a profundidade de uma água ou um lençol de petróleo.

A sondagem, porém, não revela tudo. Fornece uma indicação. Que o dissesse, se ainda pudera, Mark Twain, o escritor americano que se fartou de sondar o leito do Mississipi à procura de baixios. De sonda na mão, como muitos outros rapazes, lá ia ele à frente do barco, mesmo de noite fechada, gritando para o comandante quantas braças de profundidade achava pela proa. Daí lhe veio o sobrenome que mais tarde o faria famoso. Mas não nos conta quantas vezes a sonda o enganou e se as duas braças que marcava a sonda não correspondiam apenas àquele buraco que as águas escuras tapavam, escondendo também o banco de areia onde o barco ia encalhar.

A sondagem, no que respeita à política, pode ser um método mais científico de apurar um estado de espírito social. No caso de um processo eleitoral, um meio de avaliar as tendências de voto de determinado grupo populacional ou do seu conjunto. Não se substituindo ao resultado que as urnas determinarão, a sondagem, quando realizada cientificamente, poderá de facto fornecer indicações aproximadas respeitantes a um determinado momento. E permitir avaliar com uma clareza aproximada o modo como as massas populares - a opinião pública, como outros dizem - reagem à exposição de ideias e de objectivos programáticos, à acção concreta de uma campanha eleitoral.

Conhecer e manipular

Se assim é, se as sondagens são, afinal de contas, um meio de conhecer, uma ferramenta de saber, porquê então as reticências que, a cada campanha, vemos serem colocadas aos números que apresentam, aos dados que são anunciados, às indicações que são divulgadas? O facto é que há razões de sobra para tais reticências.

Para avaliar uma ferramenta na sua eficácia é necessário conhecer o método e a finalidade do seu uso. É sabido que um martelo tanto serve para pregar um prego como para esmagar um dedo. Por sua vez, uma sondagem eleitoral tanto pode servir para conhecer a opinião de um conjunto de eleitores e daí tirar conclusões

sobre o andamento de uma campanha como para influenciar a própria campanha, procurando introduzir no espírito do eleitor, na sua consciência, a ilusão perversa de uma vitória antecipada para a qual já não faz falta contribuir, ou o veneno prévio de uma derrota contra a qual já não há nada a fazer. Em ambos os casos, a desmobilização de uma parte do

eleitorado é assim obtida, conseguindo o afastamento, a léguas da meta, de determinadas forças concorrentes ou levando massas de eleitores a desperdiçarem a sua vontade colocando-a nos sacos sem fundo do «voto útil» ou lançando-a simplesmente na vala da abstenção.

Por outro lado, a diversidade dos métodos usados pelas «agências» de sondagens deixam muito a desejar, por vezes a desconfiar dos resultados que se anunciam. Métodos que vão desde o inquérito a um painel fixo de gente mais afeccionada à tendência ou tendências do inquiridor do que representando uma «generalidade» eleitoral, ao inquérito ao transeunte, ao questionamento de um «universo» cuja escolha se revela muitas vezes desajustada da realidade.

A publicação muitas vezes simultânea de tais «resultados» deixa perplexos os leitores - e eleitores - ao tomarem conhecimento de que, no mesmo dia, determinada força política tem nas mãos uma vitória de pedra e cal, para, noutro jornal, rádio ou canal de TV, ficarem a saber que essa mesma força perdeu a força toda...

A divulgação de números de sondagens torna-se frenética, transborda da pré-campanha para a campanha eleitoral, transpõe não raro, e alegremente, as barreiras temporais da legalidade e, nessa corrida, parece não olhar a meios. Chovem números. Copiosamente. E, de modo curioso, parece, de cada vez, estreitar-se a faixa dos indecisos e daqueles que fizeram a jura de se absterem. Nada mais natural, diriam todos, pois a campanha eleitoral destina-se a convencer os eleitores a votar e não a ficar em casa. Os resultados das urnas, porém, desmentem quase sempre as previsões «científicas».

Previsões e resultados

A disparidade entre sondagens realizadas por diferentes «agências» em momentos próximos e, sobretudo, a disparidade entre as previsões anunciadas e os resultados verificados após a votação dão abundante matéria para reflectir. Na noite de cada eleição, porém, não mais se fala de sondagens feitas e os meios de comunicação que lhes serviram de suporte e veículo de divulgação fazem os possíveis e os impossíveis para se esquecerem e para que os seus destinatários esqueçam tais previsões.

Achamos nós que vale a pena lembrar alguns momentos e números da anterior «operação sondagens» que terá feito estreme-

Exemplos de Sondagens

Almada

Resultados Eleições 93	Expresso * (13/11/93)	Euroexpansão
PS	30,0	33,2
PSD	17,8	16,4
CDU	45,3	32,3
PP	3,7	4,1
Indecisos		10,8

* Encomendada pelo PS

Loures

Resultados Eleições 93	Público * (2/12/93)	Euroexpansão
PS	33,7	40,1
PSD	21,6	19,5
CDU	34,8	35,5
PP	3,9	1,4
PDC		

* Encomendada pelo PS

Os resultados de 1993 esmagam e desmentem as sondagens de então. Só alguns exemplos

Beja

Resultados Eleições 93	Expresso (4/12/93)	Euroexpansão
PS	35,7	36,2
PSD	12,2	11,9
CDU	46,0	35,0
PP	2,3	3,4
Indecisos		10,2

Sintra

Resultados Eleições 93	Expresso (4/12/93)	Semanário * (4/12-93)	SIC (6/11/93)
PS	34,6	34,5	41,9
PSD	27,1	22,1	24,9
CDU	28,8	15,5	28,7
PP	3,7	1,5	1,1
MPT		2,2	
PSN		0,2	
Indecisos		16,6	14,7

* Encomendada pelo PS

TELEVISÃO

ou manipulação?

BEJA Praça-forte comunista pode cair nas mãos do PS



BEJA	CDU	PS	PSD	CDS/PP	Abst.
Autárquicas 89 (Vereadores Eleitos)	42,8 (4)	29,7 (2)	16,5 (1)	4,5	41,3
Legislativas 91	30,3	29,9	29,4	2,3	31,0



Manuel Massano



Carreira Marques



José Quirino



Diogo Sobral



Carlos Macedo



Sérgio Azevedo

BEJA poderá transformar-se numa das grandes surpresas destas eleições autárquicas, a confirmar-se a tendência revelada nesta sondagem de ligeira supremacia do Partido Socialista sobre a CDU.

A situação é, neste momento, de empate técnico (36,2% para os socialistas, 35% para os comunistas e 10,2% de eleitores ainda indecisos), mas só a hipótese de o PCP perder a capital de distrito de um dos seus bastiões de sempre converte-se num facto

político de considerável dimensão.

Apesar das dissensões e divisões que não têm poupado sequer os comunistas alentejanos, o actual presidente da Câmara, José Carreira Marques, é considerado um dos bons autarcas do PCP.

Assim sendo, a eventualidade de perder para o PS a praça-forte de Beja (recorde-se que o PCP conseguiu maioria absoluta há quatro anos, com 42,8% e o PS se quedou com 29,7%) poderá indiciar que,

além da sangria de votos que se adivinha nas grandes cidades, também nas zonas rurais onde sempre dominou o partido de Álvaro Cunhal irá apresentar brechas de vulto na sua antiga hegemonia.

Os candidatos do PSD e do CDS/PP, José Quirino e Diogo Sobral, encontram-se pouco abaixo dos resultados obtidos em 89 e com percentagens que reflectem a bipolarização do voto entre os socialistas e a coligação liderada pelos comunistas.

mecer o País na anterior campanha das autárquicas de 1993. E comparar sondagens com resultados obtidos por fim nas urnas. Tomemos algumas das previsões então feitas em torno de autárquicas de presidência CDU. A Coligação Democrática Unitária perderia - para o PS, claro - nada menos que Almada, Amadora, Beja e Loures...

Os resultados desmentiram os adivinhos.

Em Almada, enquanto uma sondagem «Expresso»/Euroexpansão, divulgada em 13/11/93, colocava o PS à frente com 33,2% e a CDU com apenas 32,3%, as eleições deram nova vitória à CDU, que obteve 45,3%, contra apenas 30,0% do PS.

Na Amadora, o «Público» de 18 de Novembro desse ano dava também a vitória ao PS, com 30,3%, atribuindo apenas 27,9% à CDU. Os indecisos eram 10,3%. Dias depois, a 25 de Novembro, «O Independente» publicava uma outra sondagem que dava a vitória à CDU, com 21,5%, mas fazia subir os indecisos para 45,7%...

Beja aparece de há muito nas preferências «sondageiras» a prever uma vitória PS, ainda que à tangente. Em 4 de Dezembro de 1993, o «Expresso»/Euroexpansão dava 35% à CDU, que afinal veio a ganhar por 46,0%!

Para Loures, então palco de viva disputa, em que o PS havia empenhado o seu António Costa, que veio a dar em ministro, a previsão apontava também para uma presidência PS, com o «Público» de 2 de Dezembro de 1993 a dar-lhe 40,1%. O que se verificou, por fim, foi a confirmação da vitória da CDU, com 34,8%, vindo o PS atrás, com 33,7%...

Os exemplos não acabariam aqui. Recordemos Sintra, onde a candidatura da CDU recebia, por sondagem, nesse ano 15,5% do «Expresso»/Euroexpansão e 18,2% da SIC, acabando por averbar 28,8%, o que a colocava em segunda força.

As sondagens estão aí de novo. Não se destina a sua divulgação, como vem sendo provado ao longo dos anos e dos processos eleitorais, a ajudar as organizações e candidaturas concorrentes a conhecer melhor as intenções dos eleitores, mas a intervir no processo, manipulando as vontades. As sondagens valem o que valem. Valem pouco para que nos fiemos nelas. Valem demasiado se nos fizerem desconfiar das nossas próprias forças empenhadas no esclarecimento e na batalha pelo reforço da CDU.

Portugal

DIÁRIO ECONÓMICO - QUARTA-FEIRA 27 DE NOVEMBRO 1997

Sondagem «Diário Económico»/Rádio Renascença/TVI/Universidade Moderna - Para Câmara de Sintra

Estrela brilha em Sintra

Edite Estrela
Luta à distância pelo 2º lugar

Por João Paulo Guerra

Edite Estrela brilha em Sintra. A sondagem realizada pelo Diário Económico, Rádio Renascença, TVI e Universidade Moderna para o próximo domingo, 2 de Dezembro, revela que a candidata socialista tem 34,5% das intenções de voto, contra 22,1% do PSD e 16,6% de indecisos.

Edite Estrela, 34,5%

Rui Silva, 22,1%

Lino Paulo, 15,5%

Nuno C. Pereira, 2,2%

Carlos Macedo, 1,5%

Sérgio Azevedo, 0,2%

Indecisos, 16,6%

Costa à frente em sondagem PS

O candidato do PS à presidência da Câmara de Loures, António Costa, surge em primeiro lugar numa sondagem encomendada por este partido à Euroexpansão e que foi realizada porta à porta entre 24 e 28 de Novembro. No universo de 500 recenseados em Loures, Costa apresenta 40,1 por cento das intenções de voto, contra 35,5 por cento para o candidato da CDU e actual presidente do município, Demétrio Alves. Nesta sondagem, o candidato do PSD, Malato Correia, reúne 19,5 por cento das intenções de voto, enquanto 1,4 por cento preferem Ferreira dos Anjos, o candidato do CDS.

Pub. 2-12-93

Sondagens contraditórias PS e CDU cantam vitória em Almada

O CANDIDATO socialista à Câmara de Almada, Marques da Costa, é o vencedor da sondagem de Dezembro, segundo uma sondagem de Euroexpansão encomendada pelo PS, com 33,2 por cento dos votos (contra 32,3 dos comunistas).

O resultado, obtido na primeira semana de Novembro, contrasta, no entanto, com os dados obtidos por um outro trabalho de campo, realizado para a CDU pela Comarck Research, que indicia a vitória da actual presidente da Câmara, Maria Emília de Sousa. Neste último trabalho, feito numa semana antes, a CDU fez uma semana antes, a CDU obteve 44,4 por cento, recuperando o sexto vereador e a maioria absoluta, ficando os PS pelos 36,3, o PSD pelos 12,9 e o CDS/PP pelos 4 por cento.

Costa duplica votação

Confrontado com os resultados da sondagem de Maio, Marques da Costa não dá sinais de grande preocupação, mantendo-se bastante optimista e argumentando que a sondagem que prevalece é sempre a última. O promotor mais insuspeitado do estudo da investigação é a constatação de que o candidato socialista passou de 16,4 por cento para 33,2, em apenas quatro meses. A CDU, por seu lado, passou de 16,4 por cento para o PSD (11 por cento em Junho) e 4,1 por cento para o CDS/PP, que há quatro meses não tinha sido considerado.

O deputado socialista vê-se claramente favorecido pelo resultado do número de indecisos, que baixa de 31,5 para 10,8 por cento. O que como o resultado da campanha do PS, feita porta à porta, para a qual Marques da Costa que desalojaria a população.

A CDU obteve os seus primeiros resultados nas áreas urbanas: 24,8 por cento em Almada/Cascais, contra 40,7 por cento em Sintra. Cascais/Praça/Trafaria. Com o PS a ganhar por 46,0%!

EDITE Estrela parece ter a vitória quase certa. O que revela uma hesitação maior nos resultados obtidos em data anteriores. O candidato comunista Lino Paulo, que esteve à beira de ser eleito em 89, deverá, apesar da simpatia que todos os quadrantes lhe reconhecem, ter menos votos do que há quatro anos. Um fruto talvez da crise do partido e do comunismo.

Já Carlos Macedo, ex-ministro e candidato do CDS/PP, parece ter desaparecido da campanha. De tal forma que fica abaixo do Partido da Terra, com 1,5%.

Confiança no valor da CDU em Almada

Em seu entender, o conceito de Almada está «firmado» na CDU, sentimento que resulta de uma actual presidente da Câmara reage com sorriso ao optimismo manifestado pelo vereador socialista. Alguns tem razão para estar optimista. Isto não para o extraordinarismo. E os seus simpatizantes listam de realizações: quatro pavilhões desportivos, parques de jogos, escolas, 14 quilómetros de novas vias, recuperação de edifícios históricos, apenas na CDU 600 fogos em construção, obra criada de lançamento de água, duas, quatro reservatórios de água.

E os seus simpatizantes marçados, nas áreas de Sintra e Almada tantas obras como nestes últimos quatro anos, como é dito ser a sua maior capital acumulada de periodicidade, que lhe permite ser tão capaz para o concelho. «Fizemos muitos investimentos», afirma no valor de milhões de contos, que em 89 por cento do município, com guido ainda cinco milhões de euros, muitos, anuncia, no to de quem apresenta sistema capaz de tudo aquilo.

Maria Emília de Sousa, a actual presidente da Câmara, afirma que cada um tem uma sondagem que lhe dá a vitória.

ré de sua interpretação de que «é impressionante o número de problemas quotidianos que ali existem. Para o candidato socialista, quando os comunistas não podem há 18 anos, as sondagens já não acreditam ser esse partido a ganhar resultados que há para receber.

ESPECIAL AUTÁRQUICAS 97

ALMADA, O 'PREC' DO FIM DO SÉCULO

Uma comunista que acredita em Deus e um Torres Couto a dar tudo pela sobrevivência política: na sondagem SIC/VISÃO, o candidato do PS vai muito atrás

1. PLÁCIDO XAVIER

Pomos uma tarde destas dar com a comunista Maria Emília de Sousa, presidente da Câmara de Almada, num chá das cinco, acompanhada sobretudo por senhoras de meia-idade. Estamos na chamada «simulação eleitoral».

Simulação eleitoral? Não. Ela casou-se pela Igreja, fez questão de baptizar a filha e a filha, e o Evangelho tem-lhe «servido de guia». Neta de agricultores pobres de S. Bartolomeu de Messines, na serra algarvia, Maria Emília migrou aos 4 anos, com os pais (ele, operário corticeiro), para Alhos Vedros. Af - conta - viria a conhecer o país.

MARIA EMÍLIA DE SOUSA E TORRES COUTO Um chá e uma ida ao mercado, respectivamente. Estas foram as primeiras acções de campanha.

1993 - Sondagens ou propaganda?

Com 12 pontos de vantagem sobre o PSD

Judas vencedor em sondagem do PS

SE as eleições autárquicas ocorressem nesta altura, 23 por cento dos eleitores do concelho de Cascais votariam no PS e apenas 11 por cento no PSD. Esta é a principal conclusão de uma sondagem divulgada, ontem, pela concelha socialista de Cascais, que atribui ao PCP quatro por cento das intenções de voto e dois por cento ao PP.

Apesar de 58 por cento dos 800 inquiridos estar indeciso ou não querer votar, o responsável da concelha, Umberto Pacheco, está confiante. «A abstenção tenderá a acompanhar o potencial vencedor», disse. Para mais, é notória a «ausência de alternativa», uma vez que a intenção de voto nos partidos da oposição tem vindo a descer desde 1993.

A sondagem realizada entre 7 e 24 de Março não reflecte ainda, segundo o responsável do PS, «as guerrilhas internas do PSD» para a escolha do candidato que se seguiram.

Tendo em conta uma apreciação positiva da equipa autárquica na ordem dos 50 por cento, não serão de esperar mudanças na composição da nova lista encabeçada pelo actual presidente, José Luís Judas. No entanto, a concelha vai ponderar a inclusão de um candidato jovem em lugar elegível, dado a preferência socialista manifestada pela juventude. Quanto ao vencedor Carlos Sotta que se desfilou da PCP e experimentera uma aproximação nos socialistas, Umberto Pacheco garantiu que «difícilmente haverá lugar para ele».

Em termos dos serviços comunitários, a avaliação confirma a tendência registada numa outra sondagem realizada há um ano. Aponta os serviços municipalizados de água e saneamento e a cultura como as áreas mais fortes da autarquia. As críticas recaem sobre o trânsito e estacionamento e higiene, lixo e limpeza.

Alvo de maiores dificuldades sentidas ao nível de habitação clandestina, mau estado das estradas, falta de equipamentos e infra-estruturas, a freguesia interior de S. Domingos de Rana é a que mais condena a actuação da câmara. A menor distância entre PS e PSD, dez pontos percentuais, verifica-se na freguesia de Cascais.

Os social-democratas aproveitaram também ontem para fazer a sua avaliação da gestão socialista, acusando-a de «inqualificável incompetência» por ter desequilibrado as contas da autarquia.

Segundo o vice-presidente da concelha PSD, Arlindo de Carvalho, o relatório de actividades e contas de 1996 prenuncia «a pré-falência da câmara», com um desequilíbrio financeiro no ordem de seis milhões de contos. O «despesismo» do Executivo e a «alienação do património municipal em oito milhões de contos» são os factores responsáveis por esta situação, sustentou.

Helena Pereira

PONTOS CARDEAIS

As reviravoltas na Educação - I

Insuflando o peito à prosápia social, o Ministério da Educação anunciou no final do mês passado que «vai criar incentivos à fixação de professores em zonas isoladas». Mas - como denuncia a FENPROF - o que o Ministério da Educação não mostrou foi os pormenores deste «projecto». Como, por exemplo, de se tratar de um projecto que só se aplicará (se se aplicar...) lá para o ano 2000; que apenas abrangerá 88 escolas do 1º ciclo, excluindo os restantes sectores de ensino; que fixa uma listagem de escolas onde os distritos de Évora e do Porto são ignorados; que considera que apenas uma escola em Portalegre, três em Bragança, quatro em Beja ou em Leiria são isoladas... O Ministério da Educação não diz, ainda, que este projecto poderá abranger cerca de 90 professores (na melhor das hipóteses...) dos 150 mil que existem no sistema educativo português. «Criar incentivos à fixação de professores em zonas isoladas»?... Parece uma anedota... de mau gosto.

As reviravoltas na Educação - II

Mas não se ficam por aqui, as acusações da FENPROF ao Ministério da Educação.

Parece que minguaram a olhos vistos os cerca de 15 mil professores que o Ministério da Educação iria vincular à carreira, e de um momento para o outro. Agora, segundo foi afirmado à FENPROF, o Ministério não só não vai vincular os 15 mil professores, «como o processo de vinculação só se faria através de concurso e que apenas abrangeria os docentes colocados na segunda parte desses concursos, desde que se provasse estatisticamente serem colocados regularmente em escolas de uma mesma zona geográfica e no mesmo grupo disciplinar». Afirma a FENPROF que «tal corresponderia a um número máximo entre os seis e os sete mil, número que avançamos e que o ME não corrigiu, antes acrescentou que, mesmo sendo abaixo de metade dos 15000 anunciados, não seriam para colocar no próximo ano lectivo, mas de uma forma gradual e faseada».

Acrescenta a FENPROF que o «o ME esclareceu que o número de 15000 não é seu porque nunca o assumira publicamente» (?), pelo que a FENPROF se interroga: «Terá o Ministério da Educação mudado de opinião durante a noite?»

As receitas de Cavaco

Cavaco Silva escolheu o Diário de Notícias da Madeira

para, numa longa entrevista, «ensinar» como é que se pode afundar a Regionalização fingindo apoiá-la. Virando-se, em primeiro lugar, para os partidos da direita, Cavaco Silva perorou que «se eu pudesse, o que faria era pedir-lhes que ajudassem o Governo a salvar a face e a pôr a regionalização na gaveta».

Dada a orientação à direita, apesar de fingir que «não o pode fazer», o professor de Boliqueime explicou como era fácil arranjar razões para adiar a Regionalização, desde que se contasse com «a ajuda» de outro órgão de

soberania. «Por exemplo», diz o estratega, «podem-se fazer (devia dizer *podem fazer-se*, mas enfim: o Português nunca foi o forte do professor...) sucessivas leis de criação das regiões administrativas com uma norma que seja inconstitucional e depois o Tribunal Constitucional encarregar-se-á de devolvê-las».

Estão a apanhar a ideia, não é verdade? Cavaco Silva sugere, nem mais nem menos, que as instituições democráticas brinquem consigo próprias e elaborem, deliberadamente, leis inconstitucionais para garantirem... o seu chumbo.

Não está mal, para um homem que governou o País durante mais de 10 anos e até quis ser o mais alto magistrado da Nação.

Depois de abrilhantar o seu plano com mais alguns pormenores (como o de empatar a coisa com novas e intermináveis discussões sobre o modelo de cinco regiões em vez de oito...), Cavaco antevê, banhado de gozo: «Assim, gradualmente a regionalização passa da gaveta para o baú das velharias e daqui a alguns anos já não se fala no assunto».

Quem daqui a anos já «não falará do assunto» é o povo português, no que toca a tão honesto, esclarecido e ético ex-governante.

UNITA faz o que quer

Sete dias depois de ter sido notificada pelo Ministério da Administração Interna para que fechasse os seus escritórios em Lisboa, a UNITA usou tranquilamente Lisboa para divulgar um comunicado da sua comissão política, violando arrogantemente as sanções impostas pela ONU. Já não bastava a inacreditável arrogância com que o bando de Jonas Savimbi fingiu acatar as ordens do Governo português, ao «fechar» os seus escritórios em Lisboa abrindo-os, concomitantemente, com outro nome mas com as mesmas pessoas e no mesmo



PONTOS

NATURAIS

Versos Diversos

Autocrítica

Não vai ser sempre assim.

Assim:
o homem desprezado.

Sim.
Não vai ser sempre assim.

Confirmado.

– Bolas! – declaro –
Se tudo dependesse de mim...

(Depende, é claro)

Filosofia

Não sofras o sofrimento
que amanhã há-de sofrer.
Deixa ser cada momento
o momento em que há-de ser.

Mais filosofia

Quem feliz ou infeliz
no duro caminho avança
ouve uma voz que lhe diz:
A vida é breve. Descansa.

Poema de Amor

A quadra morreu aqui
mesmo antes de começar.
Rai's parta a ausência de ti
que lhe causa a falta de ar!

Actualidade - 1

Arrependidos da alma
olha-os lá, como eles crescem!
A tripa é quem mais empalma.
Quanto mais sobem, mais descem.

Actualidade - 2

Foguetório pum, pum, pum.
Todos de nariz no ar.
Na rua, pergunta um:
– Por que é que estão a deitar?

Diz um dos mais avisados
e mais dentro do mistério:
– Foi porque naqueles lados
apareceu um homem sério.

Ponto de ordem à mesa

Acho que o capitalismo
não nos dá a solução.
Não sendo o socialismo
pois o que será então?

Quem acha que o socialismo
não pode ser, diga então
diga se o capitalismo
pode ser a solução.

Porque há-de haver solução.
Não sendo o capitalismo
por força há-de ser então
a vez do socialismo.

Quem achar que não, então
não sendo o socialismo,
obrigue o capitalismo
a trazer a solução.

Ora se o capitalismo
já não tem a solução
do seu lado
só nos fica o socialismo.

(desde que o socialismo
não seja o capitalismo
mascarado).

edifício que acabara de «encerrar». Dias depois já nem finge que mudou de nome: envia comunicados abertamente a partir de Lisboa onde, pelos vistos, as determinações da ONU são letra morta, apesar de assinadas e assumidas pelas autoridades portuguesas. Mas, afinal, o que é que se passa? Que significa tão inconcebível sujeição do Ministério dos Negócios Estrangeiros e do Governo português a estas criaturas? A UNITA é que manda no nosso país? Que interesses defende o Governo de António Guterres - os de Portugal ou os de Jonas Savimbi? O País aguarda resposta. E urgente. Tanto a estas questões, como à atitude inqualificável da UNITA em emitir comunicados no nosso país, enquanto o mundo inteiro lhe proíbe liminarmente qualquer acção - a começar pelos seus antigos protectores.

Mário Carreira

AGENDA

Carlos Carvalhas

esta semana em iniciativas da CDU
que contam igualmente com a participação
dos candidatos a cada autarquia visitada

• Hoje, quinta-feira, dia 4:

SACAVÉM - Desfile e contacto com a população - 17h, R. Almirante Reis
LOURES - Encontro-convívio com trabalhadores e população da Zona Oriental - 18h30, Sede do Sacavenense
SANTA IRIA DE AZÓIA - Encontro-convívio da CDU - Associação de Reformados, 20h
DAMAIA - COMÍCIO-FESTA no Cine-teatro D. João V - 21h30

• Sexta-feira, 5:

SAMORA CORREIA - Visita à Instituição "Padre Tobias" - 10h15
BENAVENTE - Visita ao Museu Municipal - 11h15
CHAMUSCA - Visita à CM, Centro Reg. de Artesanato e futuro Museu Agro-Florestal - A partir das 14h
CONSTÂNCIA - Visita ao Lar de Idosos, Zona Ribeirinha, Escola C+S e Parque Desportivo - A partir das 15h
GOLEGÃ - Visita ao Campo da Feira - 16h30
ALPIARÇA - Jantar de candidatos e apoiantes da CDU - 20h30, Pavilhão do Mouchão do Inglês

• Sábado, 6:

CACÉM - Encontro com a população e comerciantes no Mercado de Agualva - 10h
SESIMBRA - Almoço-convívio de apoiantes da CDU - 13h, Pavilhão Gimnodesportivo
S. LOURENÇO - Contactos com a população - 15h30, no Rossio de Vila Nogueira de Azeitão
SETÚBAL - Encontro com os Jovens Candidatos da CDU - 16h30, no Bar "ADN"; Acção de rua na Baixa de Setúbal - A partir das 16h45
SETÚBAL - COMÍCIO no Largo da Misericórdia - 17h30
AZAMBUJA - Convívio-festa nos Bombeiros Voluntários - 21h
ALVERCA - COMÍCIO-FESTA nos Bombeiros Voluntários - Início às 21h com actuação dos "Quadrilha".

• Domingo, 7:

PORTALEGRE - Almoço distrital de apoiantes da CDU - 13h, restaurante "Lareira da Serra"
MONFORTE - Encontro com a população - 15h, Soc. Filarmónica Monfortense
ÉVORA - COMÍCIO-FESTA no Teatro Garcia de Resende - 17h
VIANA DO ALENTEJO - Jantar-convívio de candidatos e apoiantes da CDU - 20h30, Rest. "Quinta do Serrado"

• Segunda-feira, 8

BARRANCOS - Encontro com a população - 10h, Largo da Igreja
AMARELEJA - Encontro com a população - 11h30, junto à Casa do Povo
MOURA - Almoço de candidatos e activistas da CDU - 13h, Mercado Municipal
PEDRÓGÃO - Encontro com a população - 15h30, Largo da Praça
VIDIGUEIRA - Encontro com a população - 16h, Igreja Nova
FERREIRA DO ALENTEJO - Encontro com a população - 17h30, Centro Cultural
CUBA - Sessão pública da CDU - 19h, Centro Cultural
BEJA - COMÍCIO CDU na Casa da Cultura - 21h30

• Terça-feira, 9

ALJUSTREL - Encontro com a população - 10h, junto ao Mercado Municipal
ODEMIRA - Encontro com a população - 11h30, junto ao Mercado Municipal
ERMIDAS (Santiago do Cacém) - Encontro com a população - 12h45, no Largo principal
GRÂNDOLA - Almoço de apoiantes e candidatos da CDU - 13h30, rest. "O Grandolense"
AÇOUGUES (Alcácer do Sal) - Encontro com a população - 15h30, no Largo dos Açougues
SINES - Encontro com a população - 17h30, na Rua principal; Jantar de candidatos e apoiantes da CDU - 19h, Salão do Povo
SANTIAGO DO CACÉM - COMÍCIO no Pavilhão de Exposições a CM - 21h30

• Quarta-feira, 10

PORTO - ARRUADA CDU na Baixa do Porto - 15h, início na Rua de Cedofeita
PORTO - COMÍCIO - 21h30.

BANCA DE NATAL no Centro de Trabalho Vitória

De 2ª a 6ª das 11 às 21h
Sábados das 11 às 19h

AMADORA

Contactos com a população e distribuição de propaganda em todo o concelho, com a participação dos candidatos.

- **Buraca - Sessão-festa:** sábado, 6, às 20h, na Assoc. de Moradores do Alto do Moinho. **Sessão de esclarecimento:** domingo, 7, às 15h, na Esc. Primária da Cova da Moura. **Sessão-festa:** segunda, 8, às 15h, no Salão da Junta de Freguesia.
- **S. Brás - Sessão-debate:** sexta, 5, às 21h, na Escola Prim. dos Moinhos da Funcheira
- **Reboleira - Almoço de candidatos e apoiantes:** segunda-feira, dia 8.
- **Venteira - Sessão CDU no Bairro Janeiro:** terça, 9.
- **Brandão - Sessão-debate sobre Segurança:** domingo, 7, às 16h, no Pavilhão Polivalente. **Sessão sobre o PER:** sábado, 6, às 21h, na Esc. Primária nº 2
- **Mina - Sessão de esclarecimento:** sábado, 6, às 15h, na Assoc. Mãos Unidas/Casa da Alegria.
- **Juventude CDU - Café-concerto no D. João V:** sexta, 5, às 21h30. **Sábado Alternativo no Espaço Delfim Guimarães:** sábado, 6, às 15h.

AVEIRO

Contactos com a população e entrega de documentos, com a participação dos candidatos, em todo o distrito.

- **Aveiro - Jantar CDU:** sexta, 5, às 20h, com a participação de Porfírio Almeida
- **Ílhavo - Jantar CDU:** sexta, 5, às 20h, no Rest. "O Clássico", na Gafanha da Nazaré
- **Oliveira do Bairro - Sessão de esclarecimento:** sexta, 5, às 21h, na Esc. Prim., com a participação de candidatos. **Sessão de esclarecimento em Perrães:** sábado, 6, às 21h, na Esc. Primária. **Sessões em Palhaça** (terça, 9, às 21h, na JF) e em Mamarrosa (quarta, 10, às 21h, na JF). **Sessão de encerramento da Campanha da CDU:** na Casa do Povo de Oiã, dia 12 às 21h.

BARREIRO

- **Verderena - Sessões de esclarecimento:** com a participação de Pedro Canário e Frederico Pereira - quinta, 4, às 21h, no Auditório da JF; com Carlos Maurício e Frederico Pereira - sexta, 5, às 21h, no Gr. Desp. Unidos da Recosta.
- **Coina - Sessão de esclarecimento na Quinta da Areia,** com a participação de Helder Madeira e Joaquim Rosa: sábado, 6, às 21h, no Estrelas Areense. **Sessão de esclarecimento em Covas de Coina,** com Luís Carvalho e Joaquim Rosa: sábado, 6, às 15h, no Largo do Café Camponesa.

ÉVORA

Contactos com as populações, porta-a-porta e caravanas em todo o distrito, com a participação dos candidatos.

- **Arraiolos - Sessões públicas em Vimieiro** (sábado, 20h30, Casa do Povo), S. Pedro da Gafanhoeira (terça, 20h30, na Sociedade) **Igrejinha** (dia 10, 20h30, na sede da JF), **Vale do Pereiro** (dia 10, 20h30, na JF).
- **Borba - Sessões públicas em Nora** (sexta, às 20h30, no Posto Médico), **Barro Branco** (quarta, 9, às 20h30, no Posto Médico). **Festa de encerramento do Campanha da CDU no concelho:** dia 12 às 22h, no Pavilhão do Ex-Ciclo.
- **Portel - Sessão-convívio** com a participação de Vidigal Amaro, António Galhordas, Octávio Teixeira: dia 6 às 19h.
- **Vendas Novas - Sessão-festa em Landeira** (sexta, às 21h, na sede do Sport Clube de Landeira) e **na cidade de Vendas Novas** (Centro Sociocultural, sábado às 21h); **Sessão-festa no Polígono dos Campos da Rainha** (segunda, 8, às 16h, na Com. de Moradores) e sessões para os trabalhadores de empresas do concelho (dia 10 às 18h, no Salão Nobre da CM) e para trabalhadores da CM (dia 11 às 16h). **Sessão para Reformados:** dia 11, às 14h30, no Centro Sociocultural.

LOURES

- **Camarate - Sessões com Reformados:** quinta, 4, às 15h, no Centro de Convívio de Reformados do Bairro de Santiago; sábado, 6, às 15h, no Centro de Dia de Camarate; segunda, 8, às 15h, no Centro de Reformados do Bairro de Angola. **Concerto da Juventude CDU:** domingo, 7, às 21h, no Águias de Camarate.
- **Caneças - Sessão com Reformados:** dia 10 às 15h, no Centro de Dia.
- **Moscavide - Comício-Festa da CDU:** quinta-feira, 4, às 22h, na Casa da Cultura, com a participação de Demétrio Alves.
- **Odivelas - Sessão com Reformados:** quinta, 4, às 15h, no Centro de Dia.
- **Pontinha - Comício-festa da CDU:** no sexta, 5, às 21h30, na Esc. Primária do Bairro Falcão, com Demétrio Alves e Fátima Amaral.
- **Póvoa de Santo Adrião - Comício-festa da CDU no Auditório Municipal,** com a presença de Demétrio Alves e Lourenço Batista: sábado, 6, às 21h30.
- **Sacavém - Café-concerto da Juventude CDU:** sexta, 5, às 21h30, na sede do Sacavenense. **Sessão com Reformados:** dia 9 às 15h, no Centro de Dia de Sacavém.
- **Santa Iria de Azóia - Comício-festa da Juventude CDU:** sábado, 6, às 15h30, na Esc. primária nº 4. **Almoço-convívio da CDU** na Soc. 1ª de Agosto, com Jerónimo de Sousa e Ernesto Costa: domingo, 7, às 13h
- **São João da Talha - Café-Concerto da Juventude CDU:** na sede de Campanha, sábado, 29, às 15h30



SANTARÉM

Contactos com as populações com distribuição de propaganda CDU em todo o distrito.

- **Couço - Sessão CDU em Volta do Vale:** domingo, 7, às 17h30, com a participação de candidatos à Freguesia e ao Município.
- **Santarém - Almoço-convívio em Alcanhões:** domingo, 7, às 13h, na Assoc. Popular de Alcanhões

SETÚBAL

- **Vila Nogueira de Azeitão - Almoço-convívio,** precedido de visita ao património histórico edificado local: sábado, 6, às 13h, no Rest. "Alvorada".
- **Grândola - Almoço-convívio de apoiantes** no restaurante "O Cruzamento" (Estrada Nacional - Grândola), com a participação de candidatos e responsáveis da Coligação, que farão na altura uma declaração sobre "A votação do Orçamento de Estado para 1998 e a posição dos diversos partidos acerca das verbas relativas ao Litoral Alentejano": quinta-feira, 4, a partir das 13h.

SINES

Festa da Juventude CDU no Salão da Soc. Musical União Recreio e Sport Sineense, com as bandas "Canal Caveira" e "Blasted Mechanism": domingo, 7, às 22h.

SINTRA

Lino Paulo e outros candidatos estarão presentes em jornadas de contacto com as populações que terão lugar durante a semana em todo o concelho.

- **S. Pedro - Espectáculo** no União Recreativa de Linhó: sexta, 5, às 21h30.
- **Mira-Sintra - Festa** na Esc. de D. Domingos Jardo: sábado, 6, às 21h30.

VALONGO

- **Valongo - Sessão pública** na sala do Teatro Amador Susanense, com a participação dos candidatos à CM e AM: sexta, 5, às 21h30.
- **Ermesinde - Convívio e sessão de fados** com a presença de Eduarda Ferreira: sábado, 6, às 21h30, no CT local do PCP.

VILA FRANCA DE XIRA

Visita dos candidatos à CM e AM e dos cabeças de listas às freguesias de Alverca, Póvoa de Sta. Iria e V.F. Xira: partida às 9h30 (concentração junto à sede da Campanha em Alverca), almoço às 12h30 na Póvoa de Sta. Iria).

- **Alhandra - Noite de Fados** na Sede dos Bombeiros: sexta, 5, às 22h.
- **Sobralinho - Almoço-convívio** no Centro de Convívio A. Pinheiro: segunda, dia 8, às 12h30.
- **Póvoa de Sta. Iria - Sessão pública da CDU com Administrações de Condomínios:** quarta-feira, 10, às 21h30.
- **Vialonga - Jantar de apoiantes da CDU nos Mogos** (restaurante "Lavagante Azul"): sexta, 5, às 20h.

TELEVISÃO

Quinta, 4

RTP 1

08.00 Um, Dê, Lã, Tá
10.10 Uma Estranha Dama
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.30 Força de Mulher
15.10 Na Paz dos Anjos
15.55 Futebol: Europa-Resto do Mundo
18.00 Sorteio do Campeonato do Mundo de Futebol
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
21.00 As Lições do Tonecas
21.35 A Grande Aposta
22.30 Maria Elisa
00.20 24 Horas
01.10 Musical: «Enya»

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.55 Falatório
17.00 A Família Bellamy
18.00 Informação Religiosa
18.55 Caderno Diário
19.10 Um, Dê, Lã, Tá
20.15 Hugo
20.40 Remate
21.00 Acontece
21.30 Olho Vivo
22.00 Jornal 2
22.30 Decálogo
23.35 As Grandes Esperanças (de David Lean, Gr.Br.1946, com John Mills, Valerie Hobson, Bernard Miles, Francis L. Sullivan, Alec Guinness. Ver Destaque)
01.30 Falatório
02.25 Magacine

SIC

09.10 Buêré
10.30 Receitas do Dia
11.00 Imagens Reais
12.00 Sonho Meu
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.40 Buêré
18.00 Mulheres de Areia
19.00 Por Amor
20.00 Jornal da Noite
20.50 Talvez Falar
21.00 Anjo Mau
22.00 Agora ou Nunca
23.30 Esta Semana
00.15 Último Jornal
00.40 No Fim do Mundo
02.00 Vibrações

TVI

10.10 Animação
11.30 Vamos ao Circo
12.40 Caprichos
13.30 TVI Jornal
14.20 Caprichos
15.30 O Jogo da Vida
16.15 O Barco do Amor
17.10 Quase Modelo, Quase Detective
18.00 Portugal Português
19.15 Primeira Mão
20.00 As Pupilas do Sr. Reitor
21.00 Directo XXI
22.00 Ficheiros Secretos
23.00 Relógio Humano (de Jim McBride, EUA/1997, com Timothy Hutton, Suzy Amis, John Glover. Drama)
01.00 Doido por Ti
01.40 Fora de Jogo
01.55 A Balada de Hill Street

Sexta, 5

RTP 1

08.00 Um, Dê, Lã, Tá
10.10 Uma Estranha Dama
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.30 Os Andrades
15.05 Força de Mulher
16.15 Na Paz dos Anjos
17.30 Riso, Mentiras e Video
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
20.55 Futebol: Chaves-Porto
23.00 A Grande Aposta
01.00 24 Horas
01.55 Guerreiro do Sol Nascente (de Francis Megahy, EUA/1993, com Don Wilson, Terry Farrell, Mako, Michael Ironside. «Thriller»)
03.45 Motores

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.50 Falatório
17.00 A Família Bellamy
18.00 Informação Religiosa
18.30 Euronews
19.10 Um, Dê, Lã, Tá
20.15 Hugo
20.40 Remate
21.00 Acontece
21.30 Guerras no Jornal
22.00 Jornal 2
22.30 Decálogo (Últ. Episódio)
23.35 À Sombra da Guillotina (de Ralph Thomas, Gr.Br.1958, com Dirk Bogarde, Dorothy Tutin, Christopher Lee, Athene Sevier. Ver Destaque)
01.30 Falatório
02.25 Estranhas Circunstâncias

SIC

09.10 Buêré
10.30 Receitas do Dia
11.00 Imagens Reais
12.00 Sonho Meu
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.40 Buêré
18.00 Mulheres de Areia
19.00 Por Amor
20.00 Jornal da Noite
20.50 Talvez Falar
21.00 Senhores Doutores
21.30 Anjo Mau
22.30 All You Need Is Love
23.45 Os Donos da Bola
02.45 Último Jornal
03.20 Os Astronautas

TVI

10.10 Animação
11.35 Vamos ao Circo
12.40 Caprichos
13.30 TVI Jornal
14.20 Caprichos
15.30 O Jogo da Vida
16.15 O Barco do Amor
17.10 Quase Modelo, Quase Detective
18.00 Portugal Português
19.15 Primeira Mão
20.00 As Pupilas do Sr. Reitor
21.00 Directo XXI
22.00 Pretender
23.00 Perigo ao Amanhecer (de Michael Tuchner, EUA/1992, com Tori Spelling, Michael Gross, John Galt. Drama)
01.00 Doido por Ti
01.25 Lanterna Mágica
02.10 Fora de Jogo
02.25 A Balada de Hill Street

Sábado, 6

RTP 1

08.00 Espaço Infantil
12.25 Companhia dos Animais
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Top +
15.00 A História de Nikita
16.00 3000 Segundos
17.00 Há Horas Felizes
17.55 Futebol: Guimarães-Varzim
20.00 Telejornal
21.15 Jet 7
21.50 Como Pinta Quem Nunca Pintou (Espectáculo / Leilão em benefício da «Apoiar-te»)
23.50 Casa Cheia
00.50 24 Horas
01.30 Pesadelo em Elm Street-IV (de Renny Harlin, EUA/1988, com Robert Englund, Danny Hassel, Rodney Eastman. Terror)
03.25 A Coragem de Uma Mulher (de Harry Winer, EUA/1988, com Patricia Wettig, Stephen Lang, Joana Cassidy. Drama)

RTP 2

09.00 Universidade Aberta
12.05 Vida por Vida
12.20 Maravilhas do Mundo Moderno
13.05 Companheiros
13.30 Dinheiro Vivo
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
18.30 Musical
19.35 2001
19.55 Onda Curta (Boa Viagem - Curta-Metragem de Alfred Hitchcock, Fr./Gr.Br.1944, com John Blythe e The Molière Players; Aventura Malgache - Curta-Metragem de Alfred Hitchcock, Fr./Gr.Br.1944, com The Molière Players. Ver Destaque)
21.00 Semanas ao Sábado
21.55 O Lugar da História
22.50 Ter e Não Ter (de Howard Hawks, EUA/1944, com Humphrey Bogart, Lauren Bacall, Walter Brennan, Dolores Moran, Hoagy Carmichael. Ver Destaque)
01.00 Sinais do Tempo
01.55 O Guia do Sexo

SIC

08.00 Buêré
11.55 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Dragon Ball Z
14.40 A Sentinela
15.40 Marshall
16.40 007, Risco Imediato (de John Glen, Gr.Br.1987, com Timothy Dalton, Maryam D'Abo, Joe Don Baker. Aventuras / Espionagem)
19.20 S.O.S. Sic
20.00 Jornal da Noite
20.50 Mundo VIP
21.25 Salsa e Merengue
22.25 Big Show Sic
01.30 Último Jornal
01.55 Vidas Perdidas (de Michael Tolkin, EUA/1994, com Peter Weller, Judy Davis, Samuel L. Jackson, Patrick Bauchau. Comédia Dramática)

TVI

10.00 Animação
13.00 Caloiros
13.30 Contra-Ataque
15.00 Uma Família às Direitas
15.35 Competente e Descarada
16.30 O Segredo de Pandora (Últ. Parte)
18.30 F/X: Efeitos Mortais
19.30 Futebol (Liga Espanhola)
21.25 Directo XXI
22.30 Edição Especial
23.25 Se a Amanhã Chegar
01.10 Os Irmãos Kray (de Peter Medak, Gr.Br.1990, com Billie Whitelaw, Tom Bell, Gary Kemp, Martin Kemp. Ver Destaque)

Domingo, 7

RTP 1

08.00 Infantil / Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Made in Portugal
15.00 Kung Fu
16.00 Os Andrades
16.35 Superbêbes
17.15 Em Busca do Vale Encantado III (de Roy Allen Smith. Desenhos Animados)
18.45 Riscos
20.00 Telejornal
20.55 Reis do Estúdio
22.20 A Grande Aposta
23.00 Domingo Desportivo
00.45 24 Horas
01.30 Nos Limites do Terror

RTP 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 70 x 7
10.30 Missa
11.20 «The Triumph of the Nerds»
12.05 Máquinas
12.35 Jornal Jovem
13.00 Sem Limites
13.30 Jornal d'África
14.10 Desporto 2
18.05 No Dia dos Meus Anos (de João Boalho, Port.1993, com Jessica Weiss, João Lagarto, André Costa, Madalena Rodrigues, Artur Ramos, Vítor Norte, Leonor Silveira. Ver Destaque)
19.05 Arquivos do Entendimento
19.30 Bombordo
20.30 Artes e Letras - «Abi Feijó»
21.00 Viúvas
22.05 Horizontes da Memória
22.35 Bailado: «Rosas Dants' Rosas»
01.05 Vidas do Século - «Lee Strasberg»
00.35 A Noite com Jools Holland

SIC

08.30 Buêré
11.55 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Dragon Ball Z
14.40 Viper
15.45 Libertem o Willy II (de Dwight H. Little, EUA/1995, com James Jason Richter, August Schellenberg, Jayne Atkinson. Aventuras / Infantil)
18.00 Futebol: Benfica-Salgueiros
20.00 Jornal da Noite
20.45 Chuva de Estrelas
21.45 Salsa e Merengue
22.45 Em Nome de Caim (de Brian De Palma, EUA/1992, com John Lightgow, Lolita Davidovich, Steven Bauer, Frances Sternhagen. «Thriller»)
00.30 Último Jornal
00.55 Boxe (Lewis/Golotha)
01.45 Jô Soares

TVI

10.00 Animação
10.30 Novos Ventos
11.00 Angelus
11.10 Missa
13.00 Portugal Português
14.10 O Mundo Natural
15.15 Adultos à Força
16.15 Feed Back
17.15 Pobre Menina Rica
19.15 Desafios
19.30 Futebol (Liga Espanhola)
21.25 Directo XXI
22.20 Africando
23.15 Futebol (Campeonato Italiano)

Segunda, 8

RTP 1

08.00 Um, Dê, Lã, Tá
10.10 Uma Estranha Dama
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.30 Ladrões de Palmo e Meio
15.05 Na Paz dos Anjos
16.20 Grande Noite
18.45 Os Flintstones (de Brian Levant, EUA/1994, com John Goodman, Elizabeth Perkins, Rick Moranis, Roasie O'Donnell. Ver Destaque)
20.00 Telejornal
21.00 Nós, os Ricos
21.30 A Grande Aposta
22.30 Concurso 1, 2, 3
24.00 24 Horas
01.00 Horizontes da Memória

RTP 2

15.00 Informação Gestual
16.00 Falatório
17.00 A Família Bellamy
18.00 Informação Religiosa
18.30 Euronews
19.10 Um, Dê, Lã, Tá
20.40 Remate
21.00 Acontece
21.30 Sarilhos com Elas
22.00 Jornal 2
22.30 Quando o Mundo Nasceu (de Don Chaffey, EUA/1966, com Raquel Welch, Percy Herbert, Robert Brown, Martine Beswick. Ver Destaque)
00.35 Falatório
01.10 O Crítico

SIC

08.10 Buêré
12.00 Nosso Mundo (Especial Caçadores)
13.00 Primeiro Jornal
13.50 Miss Jovem América 1997
15.20 Avalanche no Alasca (de Paul Shapiro, EUA/1994, com David Hasselhoff, Michael Fross, Deanna Milligan. Telefilme)
17.15 Bebês - Belos e Selvagens
18.00 Mulheres de Areia
19.00 Por Amor
20.00 Jornal da Noite
21.00 Ponto de Encontro
22.00 Anjo Mau
23.00 Pára ou a Mamã Dispara (de Roger Spottiswoode, EUA/1992, com Sylvester Stallone, Estelle Getty, Jobeth Williams. Comédia)
01.00 Último Jornal
01.25 Conversas Secretas

TVI

10.10 Animação
11.10 Missa
12.30 Caprichos
13.30 TVI Jornal
14.20 Portugal Português
16.00 Cousteau - Os Grandes Rios
17.00 Quase Modelo, Quase Detective
18.00 Uma Sombra entre Nós (de Elise Swerhone, EUA/1996, com Elisabeth Rosen, Gabrielle Rose, Barry Flatman, Janet Wright. Drama)
20.00 As Pupilas do Sr. Reitor
21.00 Directo XXI
22.00 Um Homem Sem Passado
23.00 Linha de Fundo
00.45 Doido por Ti
01.25 A Balada de Hill Street

Terça, 9

RTP 1

08.00 Um, Dê, Lã, Tá
10.10 Uma Estranha Dama
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.30 As Lições do Tonecas
15.05 Força de Mulher
16.15 Na Paz dos Anjos
17.30 Made in Portugal
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Não Há Duas sem Três
21.35 A Grande Aposta
22.30 Herman Enciclopédia
23.45 A Toca de Robin
00.45 24 Horas
01.30 86-60-86

RTP 2

15.00 Informação Gestual
16.00 Falatório
17.00 A Família Bellamy
18.00 Informação Religiosa
18.35 Rotações
19.10 Um, Dê, Lã, Tá
20.40 Remate
21.00 Acontece
21.30 Ellen
22.00 Jornal 2
22.30 Um Dinossauro em Nova Iorque (Desenhos animados de Simon Wells, Phil Nibbelink, Ralph Zondag, Dick Zondag, EUA/1993, com vozes de Walter Cronkite, John Goodman, Thea Perlmann, etc. Ver Destaque)
00.45 Falatório
02.40 Duckman, o Trapalhão

SIC

09.10 Buêré
10.30 Receitas do Dia
11.00 Imagens Reais
12.00 Sonho Meu
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.40 Buêré
18.00 Mulheres de Areia
19.00 Por Amor
20.00 Jornal da Noite
21.00 Anjo Mau
22.00 Paródia Nacional
23.30 Filhos da Nação
00.40 Último Jornal
01.05 Raptados
02.25 Vibrações

TVI

10.10 Animação
11.35 Vamos ao Circo
12.40 Caprichos
13.30 TVI Jornal
14.20 Caprichos
15.30 O Jogo da Vida
16.15 O Barco do Amor
17.10 Quase Modelo, Quase Detective
18.00 Portugal Português
19.15 Primeira Mão
20.00 As Pupilas do Sr. Reitor
21.00 Directo XXI
22.00 Savannah
23.00 Em Nome do Amor (de Jeff Bleckner, EUA/1992, com Lesley Ann Warren, Tom Skerritt, Mark Helgenberg, Ray Baker. Drama)
01.00 Doido por Ti
01.35 Fora de Jogo
01.50 A Balada de Hill Street

Quarta, 10

RTP 1

08.00 Um, Dê, Lã, Tá
10.10 Uma Estranha Dama
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.30 Nós, os Ricos
15.05 Força de Mulher
16.15 Na Paz dos Anjos
17.30 Casa de Artistas
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
20.50 A Grande Aposta
21.25 Futebol
23.00 Enviado Especial
00.50 24 Horas

RTP 2

15.00 Informação Gestual
16.00 Falatório
17.00 A Família Bellamy
18.00 Informação Religiosa
18.30 Euronews
19.10 Um, Dê, Lã, Tá
20.40 Remate
21.00 Acontece
21.30 Os Simpsons
22.00 Jornal 2
22.30 Baby, o Segredo da Floresta Perdida (de B. W. L. Norton, EUA/1985, com William Katt, Sean Young, Patrick McGoohan. Ficção Científica)
00.35 Falatório

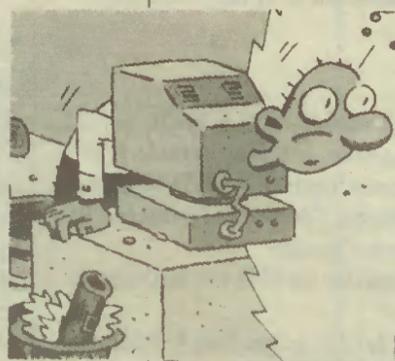
SIC

09.10 Buêré
10.30 Receitas do Dia
11.00 Imagens Reais
12.00 Sonho Meu
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.40 Buêré
18.00 Mulheres de Areia
19.00 Por Amor
20.00 Jornal da Noite
21.00 Anjo Mau
22.00 Fantasma
22.30 Casos de Polícia
23.30 O Século do Povo
00.30 Último Jornal
00.55 Toda a Verdade

TVI

10.10 Animação
11.30 Vamos ao Circo
12.40 Caprichos
13.30 TVI Jornal
14.20 Caprichos
15.30 O Jogo da Vida
16.15 O Barco do Amor
17.10 Quase Modelo, Quase Detective
18.00 Portugal Português
19.15 Primeira Mão
20.00 As Pupilas do Sr. Reitor
21.00 Directo XXI
22.00 Assalto ao Aeroporto (de Renny Harlin, EUA/EUA/1990, com Bruce Willis, Bonnie Bedelia, Franco Nero, William Atherton. Ver Destaque)
00.10 Doido por Ti
00.45 Desporto
01.35 A Balada de Hill Street

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.



«The Triumph of The Nerds» vem contar como é que isto começou... Domingo de manhã na RTP2



«As Viúvas» (estas), não parece, mas preparam-se para comer um golpe! Domingo à noite, RTP2



Duas relíquias...



José Hermano Saraiva à volta de Portugal

Por isto e por aquilo...

As Grandes Esperanças

(Quinta, 23.35, RTP2)

O jovem *Pip* é educado em casa da sinistra senhora *Havisham*, que vive em reclusão na companhia da jovem *Estella*, à qual odeia de forma atroz. Uma vez adulto, *Pip*, graças às grandes somas que lhe são transmitidas por um benfeitor desconhecido, consegue atingir o estatuto das mais altas classes londrinas. E volta a encontrar *Estelle* que tem um casamento infeliz. Ao mesmo tempo, *Pip* conhece finalmente o seu benfeitor misterioso mas este é morto pela polícia, na sequência de uma denúncia. *As Grandes Esperanças* é um filme memorável onde o universo de *Dickens* pode ser encontrado intacto, com a mesma sensibilidade e a mesma humanidade sincera que ficara também a marcar *Oliver Twist* que vimos na semana passada. A imagem de uma sociedade e um estudo de personagens que nos são devolvidos por *David Lean* com um recato e uma humildade incomparáveis.

À Sombra da Guilhotina

(Sexta, 23.35, RTP2)

Embora esta versão do célebre romance de *Dickens* não possa comparar-se com a primitiva adaptação cinematográfica de *Jack Conway* (1935), o facto é que se trata de uma adaptação extremamente fiel com *Dirk Bogarde* numa excelente criação da personagem de *Sydney Carton*, o advogado que salva um homem da execução pela guilhotina ao tomar o seu lugar.

Boa Viagem /Aventura Malgache

(Sábado, 19.55, RTP2)

Eis duas curiosidades, hoje transmitidas pela RTP2 no seu espaço de curtas-metragens *Onda Curta*. Trata-se de dois pequenos filmes realizados em 1944 por mestre *Alfred Hitchcock* por encomenda do Ministério de Informação britânico como instrumentos de propaganda junto da (e ao serviço da) Resistência Francesa. Por isso são eles interpretados em francês por um grupo de actores franceses radicados em Inglaterra (os *Molière Players*). Tanto um como outro dos filmes se debruça sobre a realidade da França ocupada pelos nazis alemães e dilacerada pelos conflitos internos que essa ocupação originou.

Ter e Não Ter

(Sábado, 22.50, RTP2)

Ombreado com *John Ford*, *Raoul Walsh* ou *William Wellman* na galeria dos grandes mestres do cinema clássico de Hollywood, *Hawks* foi dos cineastas mais justamente idolatrados pelo punhado de críticos dos *Cahiers du Cinéma* na sua cruzada dos anos 50/60 pelo cinema de autor. Quem poderá na realidade ignorar que, na sua obra, figuram alguns dos mais elevados momentos de vários géneros do cinema, como *Rio Vermelho*, *Os Homens Preferem as Louras*, *À Beira do Abismo*, *Rio Bravo*, *Scarface* ou *Céu Aberto*? Em *Ter e Não Ter*, *Hawks* parte de um romance «menor» de *Ernest Hemingway* para realizar, com eficácia e segurança, esta história passada na Martinica durante a II Grande Guerra: um americano expatriado, dono de um barco de aluguer a turistas, acaba por alinhar com a resistência francesa, aparentemente não por razões políticas (ou não fosse ele um outro *Rick*) mas para se vingar da prisão, pela polícia fiel a Vichy, de um seu velho amigo. Com um tal argumento e diálogos fabulosamente escritos por um outro *Nobel*, *William Faulkner*, o filme, que ainda tem *Humphrey Bogart* no papel principal, acabou assim por ficar conhecido como o *Casablanca* de *Howard Hawks* - este habitado por essa outra gloriosa figura (e voz) feminina do cinema americano que foi *Lauren Bacall* (aqui, na sua estreia) e ainda marcado pelas fabulosas sequências de sedução, de que a célebre cena do «assobio» não é senão um brilhante desarrincanço entre tantos outros... Mais uma vez, um filme a não perder.

Os Irmãos Kray

(Sábado, 01.10, TVI)

Ao contrário da violência pela violência e feita espectáculo, própria das grandes produções cinematográficas, a violência surda que se espalha por todo este filme é talvez mais impressionante pois tem a ver não com a fantasia da acção ficcionada mas sobretudo com a



Martita Hunt e John Mills em «As Grandes Esperanças», filme de David Lean



A novidade de duas curtas-metragens de Hitchcock na RTP 2

realidade de uma sociedade de contornos imundos. De origem britânica, este filme é inspirado na história real de dois irmãos gémeos que, em meados dos anos 60, se tornam *gangsters* cruéis e implacáveis na sórdida cena londrina do crime. Interpretados pelos irmãos-actores *Gary* e *Martin Kemp* (do grupo de rock *Spandau Ballet*), a eles se sobrepõe entretanto a principal figura do filme - a mãe que tudo desculpa, tudo encobre, tudo finge ignorar, numa interpretação brilhante e patética de *Billie Whitelaw* no papel de *Violet Kray*.

No Dia dos Meus Anos

(Domingo, 18.00, RTP2)

Co-produzido originalmente para a série *Os Quatro Elementos*, a RTP apresenta hoje novamente o episódio que *João Botelho* realizou. O tema é «o ar», neste caso a atmosfera pesada que caracteriza o quotidiano de uma família, em particular de um rapaz de sete anos cujo pai está preso e se interroga sobre a realidade à sua volta. Nos principais papéis, estão excelentes interpretações de *Vítor Norte* e *João Lagarto*, com a curiosidade do papel desempenhado pelo realizador *Artur Ramos*.



Lauren Bacall e Humphrey Bogard, o par de «Ter e Não Ter», obra-prima de Howard Hawks



Mais uma «cena» de Bruce Willis, aqui em «Assalto ao Aeroporto», de Renny Harlin

Quando o Mundo Nasceu

(Segunda, 22.35, RTP2)

Quem não viu esta nova versão de um «clássico» dos anos 40, não pode perder o filme, mais que não seja pelos largos sorrisos que hoje despertam certas cenas e efeitos especiais, quando o filme se debruça sobre a pré-história e as suas tribos em luta numa paisagem cheia de monstros fantásticos. Parco em diálogos (mas repleto de grunhidos!), outra face-ta a não perder é o biquini de pele de animal pré-histórico envergado «a carácter» pela garbosa *Raquel Welch*...

Assalto ao Aeroporto

(Quarta, 22.00, TVI)

Dois anos depois desse espantoso êxito de bilheteira que foi o espectacular filme de *John McTieran* *Assalto ao Arranha-Céus* (mais uma vez repetido pela TVI na semana passada) era inevitável surgir uma *sequela* em que a mesma personagem -

o agente de polícia *Bruce Willis* - mais uma vez vê o seu Natal estragado pelas terríveis e violentas ocorrências que o surpreendem no Aeroporto de Washington: um grupo de temíveis terroristas que pretende criar uma situação de chantagem que leve à libertação de um ditador latino-americano. Tanto ou mais inverosímil que o primeiro, este filme, agora realizado por *Renny Harlin*, ao contrário do que costuma acontecer com as sequelas de grandes êxitos, ainda se pode ver já que constitui também um espectáculo de acção e entretenimento habilmente posto em cena com os incedíveis meios do cinema industrial norte-americano. Um divertimento que mais não pretende do que entreter, com competência.

Um Dinossauro em Nova Iorque

(Terça, 22.35, RTP2)

Dedicado às crianças (e aos adultos), este é um filme de animação que nos conta a história de quatro dinossauros em plena Nova Iorque dos nossos dias e dos sarilhos em que se metem e metem os outros. Produzido por *Steven Spielberg* no mesmo ano em que este realizou «Parque Jurássico», trata-se assim de mais um produto que vem mesmo a calhar no âmbito da «economia de escala» do sempre atento cineasta.

Os Flintstones

(Segunda, 18.00, RTP1)

Como se já não bastassem os dinossauros que povoam o ciclo da RTP2, também a RTP1, neste feriado, aproveita para nos dar a ver a versão em «carne e osso» dos famosos desenhos animados da série *Flintstones*. Protagonizada por actores e actrizes célebres, como *John Goodman* (na pele de *Fred Flintstone*) ou *Elizabeth Taylor* (na personagem da sua sogra), o filme dirige-se sobretudo à malta nova e tem momentos de farta diversão.



Um fotograma impressionante de «Os Irmãos Kray», do britânico Peter Medak



Um fotograma de «Os Flintstones», de Brian Levant

TELEVISÃO

■ Francisco
Costa

Um vulto maior da televisão portuguesa

Já quase nos desabituáramos de ligar o pequeno aparelho de televisão para assistir à transmissão de uma peça de teatro em português - mais ainda: produzida, interpretada, escrita e realizada por portugueses - coisa que, de tão rara, não deixava de constituir nos últimos tempos um verdadeiro acontecimento televisivo fora do comum! E quando à frente de uma produção dessas se perfilava o nome de Artur Ramos, então as expectativas eram ainda mais fundamentadas. Agora, o primeiro (e último?) grande realizador da televisão portuguesa apresentou-nos o seu derradeiro trabalho realizado oficialmente para a RTP. E, a partir daqui, tudo passou a ficar mais pobre.

É fora de dúvida que, quando se fala de teatro televisivo em Portugal, o primeiro nome que deve ser mencionado - até pela «escola» que ajudou a iniciar e teve, em alguns dos seus contemporâneos de profissão, seguidores sempre vendo nele tacitamente uma referência indelével - é o nome de Artur Ramos. Tendo logo desde os tempos iniciais da televisão no nosso país arcado com as responsabilidades invulgares de ser a primeira personalidade destacada nessa nova profissão, foi ainda durante as emissões experimentais da RTP realizadas «ao vivo» a partir das velhas instalações da Feira Popular que ele iniciou a sua actividade, realizando, já então, com os parcos meios técnicos existentes, os primeiros espécimes de teatro televisivo - por exemplo, alguns monólogos protagonizados pelo actor Rogério Paulo.

Uma carreira artística e um percurso cívico exemplares

Desde então até hoje, Artur Ramos não mais deixaria de se colocar no primeiro plano da sua actividade profissional, desde os

tempos heróicos do teatro «em directo» - com os cenários, a iluminação ou os adereços de cena a serem mudados ou reajustados nos curtos intervalos da publicidade - até à época mais recente em que sempre demonstrou a coragem de resistir à tentação dos efeitos fáceis e vistosos proporcionados pelas novas aquisições tecnológicas, antes procurando privilegiar o corpo, a voz, a movimentação dos actores e o seu enquadramento na adequada encenação televisiva - na tradução mais fiel possível da ideia dramática dos autores e, com isso, levando à prática, também pela primeira vez em Portugal, a noção de «autor» em televisão. Por isso ficaram na memória dos espectadores mais antigos da nossa televisão (entre muitos outros trabalhos certamente desaparecidos na voragem e depredação que, durante largos anos, de forma irresponsável atingiu os arquivos da RTP) dezenas e dezenas de obras televisivas como, por exemplo, «Pedido de Casamento» de Tchekov (a sua estreia), a série «Retalhos da Vida de Um Médico», a partir de Fernando Namora, a adaptação de «Um Amor Feliz» de David Mourão-Ferreira ou a peça «Doze Homens em Fúria» de Reginald Rose, isto para apenas referir momentos altos e significativos em diversas direcções e géneros de ficção.

Paralelamente, este criador de televisão nunca deixou de demonstrar o seu talento e personalidade criativa em outros ramos das artes do espectáculo, como o Cinema ou o Teatro de palco, nos quais foi autor de filmes e encenações que se destacaram como trabalhos altamente cuidados e, em muitos aspectos, inovadores.

Mas a afirmação desta destacada personalidade do mundo cultural e artístico que é Artur Ramos nunca deixou de se pautar, em mais de quatro décadas, pelo seu empenhado posicionamento cívico, sempre procurando fazer reflectir na sua actividade profissional preocupações de carácter social e político centradas no respeito pela dignidade do homem, na rejeição da ditadura e da opressão, na firme recusa do oportunismo fácil, na luta contra a traição e o golpismo. Um posicionamento coerente mas «difícil» que não poderia deixar de ter as suas consequências em matéria de conflito e contradição com os (vários) poderes sucessivamente constituídos: foi assim ainda antes do 25 de Abril, com o seu afastamento dos quadros da televisão fascista, foi assim com o saneamento da RTP na sequência do 25 de Novembro, sendo necessário um longo processo judicial de dez anos para ali regressar com os seus companheiros então suspensos, é assim agora, também no plano pessoal, com a recusa que, na prática, lhe é imposta em prosseguir a sua actividade profissional para além da situação de reforma.

Em contínua busca do Homem Novo

Aquele que nos surge como sendo oficialmente o último trabalho televisivo de Artur Ramos foi transmitido pela RTP 2 no passado domingo na rubrica Teatro, numa adaptação à televisão da peça «A Rapariga de Varsóvia» da autoria do escritor Mário de Carvalho.

Diga-se, desde já, que a transposição para a televisão deste original teatral não poderia ter encontrado melhor «intérprete», além do mais pela circunstância de se verificar indelével sintonia e inteligente cumplicidade (não isenta de eventual e saudável diferenciação de critérios quanto à avaliação subjectiva e objectiva da realidade) no terreno da própria «cultura política» do autor teatral e do autor televisivo. Ou seja, Artur Ramos soube traduzir em linguagem televisiva aquilo que mais importante se extrai do texto adaptado: o reflexo da contraditória realidade envolvente no conflito ficcionado e nas personagens que dão corpo a esse conflito; e, inversa e dialecticamente, a demonstração de que essa realidade não pode deixar de ser determinada pela «qualidade» do Homem que nela interfere e que não difere muito, afinal, da que somos levados a atribuir a essas comuns e familiares personagens. Daí surgir como lógica e justa a transformação de um banal electrodoméstico (como é um simples televisor) nessa espécie de «coro» que - dando-nos periodicamente conta das notícias do quotidiano que estremecem o Mundo e do mesmo passo abalam a firmeza das convicções que ajudavam a entendê-lo - vai interferindo nas pequenas tragédias que, por sua vez, afectam o microcosmos daquela família portuguesa.

Não é muito comum, a propósito, detectar-se na dramaturgia portuguesa uma tão apurada noção do valor dos mecanismos narrativos e dramáticos como aquela que se nota existir, logo à partida, com grandes potencialidades, no original de Mário de Carvalho. Quer dizer: a revelação da natureza intrínseca das personagens não é primariamente apresentada ao espectador de supetão, no início da peça; antes é construída paulatinamente ao longo dos três actos em que ela está dividida. Mais ainda: não raro, o espectador vai até corrigindo a sua própria opinião sobre as personagens (e, por tabela, a sua identificação ou rejeição em relação a elas) à medida que vão evoluindo, nem sempre sendo uniforme e estável, por isso mesmo, a sua apreciação acerca dos lados «positivo» e «negativo» das mesmas.

Entretanto, no caso concreto de «A Rapariga de Varsóvia», mais uma vez o peso da intervenção e direcção de Artur Ramos está presente de princípio a fim, da forma que lhe é, aliás, habitual e tão própria: quase não se dando por elas. E, no entanto, só aparentemente o trabalho de encenação e planificação televisiva do realizador se limitou a servir o texto e a dramaturgia original. A este propósito, não pode deixar de ser de novo referida a utilização do *media* televisão enquanto elemento decisivo para a compreensão de um tempo e de uma realidade - revelando-se, de passagem, irresistível a suprema ironia de utilizar, nas notícias televisivas sobre os acontecimentos na ex-URSS dos tempos da «Perestroika», contemporâneos à acção, a voz de Carlos Fino (!) como componente auditiva dessa realidade, a vários títulos contraditória, complexa, aliciante e sinistra.

A própria utilização da música por parte de Artur Ramos deve ser aqui referida e não apenas para salientar o a-propósito da intervenção de António Victorino de Almeida neste campo. Partindo do original de «La Varsoviense», versão francesa do célebre e primeiro hino revolucionário com origem na Polónia a ser adoptado pelo movimento operário europeu no século XIX, o compositor empreendeu uma série de variações e desenvolvimentos que se destinaram a comentar activamente a acção: desde o genérico de abertura à ficha técnica de fecho, passando pelo seu polvilhar em pequenas intervenções que pontuavam as situações, em *pasiches* sucessivos de marcha triunfante, valsa, mazurka, nocturno, até de marcha fúnebre! No fundo, tratando-se de um achado eminentemente musical, ele não deixou de ter uma função claramente dramática, com ponto alto e privilegiado na cena fortemente encenada por Artur Ramos em que os dois velhos amigos e militantes antifascistas tentam recordar-se da letra portuguesa dessa «Rapariga de Varsóvia» dos seus tempos de luta e resistência, que significativamente lhes vai fugindo da memória até acabar quase soletrada, sussurrada e sublinhada por um patético acorde de piano no encerrar do primeiro acto.

Enfim, também a direcção de actores de Artur Ramos, uma das suas maiores qualidades, se reflecte nesta sua obra, sendo de referir em geral a adequação do registo dos vários desempenhos à composição das respectivas personagens - por parte de Lourdes Norberto, Henrique Viana, Paulo Mateus ou Maria João Luís - mas sublinhando em particular as excelentes criações de Julie Sargeant e Canto e Castro nos papéis, quanto a nós, mais exigentes.



ESCAPARATE

Actors Studio - 50 anos

Com a presença do realizador Arthur Penn, foi inaugurado no passado dia 27 de Novembro e prolongar-se-á até Março de 98 um excepcional ciclo de cinema na Cinemateca Nacional comemorativo dos 50 anos da criação do «Actors Studio» e que levará ao ecrã algumas das obras mais importantes do cinema norte-americano. Inicialmente centro de reunião e discussão de um grupo de actores profissionais fundado em Nova Iorque em 1947, o «Actors Studio» depressa se transformou num viveiro inesgotável de grandes talentos que povoaram o cinema a partir dessa época, entre os quais podem destacar-se Montgomery Clift, James Dean, Marlon Brando, Eli Wallach, Rod Steiger, Joanne Woodward, Lee Remick, Paul Newman, etc. Dirigido por Lee Strasberg, o «Actors Studio» foi o lugar por excelência para levar à prática - criando um estilo de representação que ficou conhecido por "O Método" - os ensinamentos de Stanislavski. Por isso este ciclo está dividido em subtemáticas, todas elas relativas a essa direcção central: «Os Escritores do Método», «O Triunfo do Método», «Os Rostos do Método», «As Flores do Método», «O Método e "A New Kind of Love"», «O Método "Excessivo"» e «Método: A Segunda Geração - Os Actores da Incerteza». Alguns dos filmes a exhibir são ainda inéditos em Portugal. Um ciclo a não perder. Informações: 354 65 29.



James Dean e Eve-Marie Saint, em «A Leste do Paraíso», de Elia Kazan

EXPOSIÇÕES

«Picasso e o Mosqueteiro», no Museu do Chiado

Continua patente ao público até 31 de Janeiro no Museu do Chiado (R. Serpa Pinto, em Lisboa) a importante exposição de obras de Pablo Picasso subordinada ao título «Picasso e o Mosqueteiro». Esta exposição, cujo commissariado foi confiado a Michèle Moutashar, conservadora do Museu Reattu, é a primeira consagrada à obra do grande pintor catalão e reúne um conjunto de 40 obras no campo da pintura, do desenho e da gravura criadas entre 1967 e 1972 (a última fase da sua vida artística) e centradas sobre a temática do mosqueteiro, constituindo (segundo o próprio Picasso) saborosas referências à pintura do Século de Ouro espanhol e aos velhos mestres, como Velásquez, El Greco ou ainda Rembrandt. O horário desta exposição, às terças, é das 14 às 18 horas e, de quarta a domingo, das 10 às 18 horas.

«Anos Áureos» da CNB

Organizada pelo Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Lisboa, foi inaugurada anteontem e decorrerá até 10 do corrente a exposição de fotografia subordinada ao título «Anos Áureos» da Companhia Nacional de Bailado. O horário desta exposição, realizada na Galeria Municipal Gymnásio (no Espaço Chiado, R. da Misericórdia, em Lisboa) é o seguinte: segunda a sexta, das 13 às 20 horas; sábados, das 14 às 19 horas.

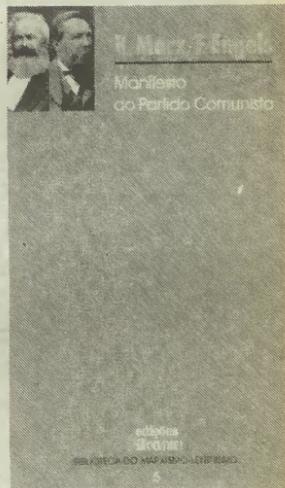


LIVROS

Manifesto do Partido Comunista

«Anda um espectro pela Europa - o espectro do Comunismo.» Assim começa o texto do Manifesto do Partido Comunista, escrito por Marx e Engels em 1847 e cuja versão definitiva iria ser publicada em Londres, em Fevereiro do ano seguinte. Cento e cinquenta anos depois de o manuscrito estar pronto, o espectro, que se tornou material por força das revoluções socialistas, continua a assombrar o velho continente, mesmo depois das derrotas sofridas pelo socialismo que, de sistema que lançou raízes em mais de metade do mundo, se retirou para alguns bastiões. O espectro do Comunismo não se desvaneceu e a sua influência ultrapassa hoje as fronteiras da velha Europa, para se estender às mais recônditas regiões do planeta.

Friedrich Engels, no prefácio à edição inglesa de 1888 escreve: «Embora o Manifesto seja nossa produção conjunta, considero-me obrigado a declarar que a proposição fundamental que forma o seu

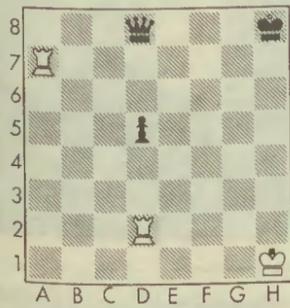


núcleo pertence a Marx. Essa proposição é que, em qualquer época histórica, o modo predominante da produção económica e da troca, e a organização social que dela necessariamente decorre, formam a base sobre a qual se constrói, e só a partir da qual pode ser explicada, a história intelectual e política dessa época; que, consequentemente, toda a história da humanidade (desde a dissolução da sociedade tribal primitiva, detendo a terra em posse comum) tem sido uma história de lutas de classes, de conflitos entre classes exploradoras e exploradas, entre classes dominantes e oprimidas; que a história destas lutas de classes forma uma série de evoluções na qual se alcançou hoje um estágio em que a classe oprimida e explorada - o proletariado - não pode atingir a sua emancipação do jugo da classe dominante e exploradora - a burguesia - sem emancipar, ao mesmo tempo e de uma vez por todas, toda a sociedade de qualquer exploração e opressão, de quaisquer distinções de classes e lutas de classes.»

Eis, na proposição fundamental que Engels extrai do Manifesto, a sua grande e perene actualidade. E, 150 anos passados sobre a escrita de um texto que animou milhares de lutas, milhões de seres humanos e os levou a grandiosas vitórias que iluminaram o século que agora finda, é muito oportuna esta reedição em Português, da responsabilidade das Edições Avante! e cujos textos foram traduzidos por Barta-Moura. Como actuais são as palavras que o nosso jornal ostenta no cabeçalho, como mensagem de luta e de esperança - a última frase do Manifesto: *Proletários de todos os países, uni-vos!*

XADREZ

DCXXXIV - 4 DE DEZEMBRO DE 1997
PROPOSIÇÃO Nº 1997X43
Por: A DALL'AVA
L'Italia Scacchista, 1961
Pr.: [3]: Pd5-Dd8-Rh8
Br.: [34]: Ts.a7, d2-Rh1



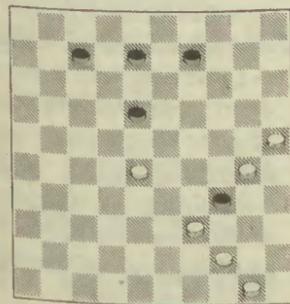
Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO Nº 1997X43 (A. Dall'AVA)
1. Td2!, Dg5; 2. Th2+, Rg8; 3. Tg2 e ganha.
1... Df6 [d6, b6]; 2. Ta8+, Rg7; 3. T2a7+, R-;
4. Ta6 e ganha.

A. de M. M.

DAMAS

DCXXXIV - 4 DE DEZEMBRO DE 1997
PROPOSIÇÃO Nº 1997D43
Por: D. J. JURCKA
NL, 1936
Pr.: [5]: 7-8-9-18-34
Br.: [7]: 25-26-30-39-44-50



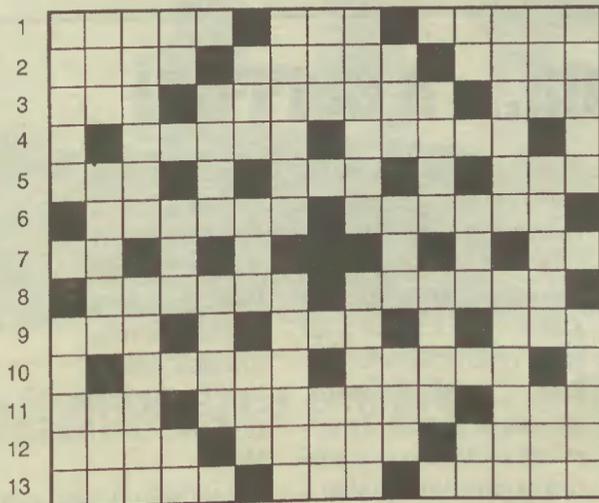
Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO Nº 1997D43 (D. J. J.)
1. 30-24, (34x43); 2. 44-39, (43x34); 3. 28-23,
(18x20); 4. 25x1=D, (34-39); (3); (3); 6.
6-36, (43x34); 7. 7, 50-44+
[Note-se o vaivém da pedra preta 34!]

A. de M. M.

PALAVRAS CRUZADAS

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



HORIZONTAIS: 1 - Cabo com que se amarra uma embarcação ou uma tenda de campanha, ou com que se puxa qualquer coisa (núct.); grande extensão de água salgada; elemento fino e longo que entra na constituição de substâncias dos seres vivos e dos minerais. 2 - Trata; osso par da face; triturador com os dentes. 3 - Nome vulgar extensivo a alguns pássaros comuns em Portugal, como a sombria, a escrevedeira, a lavandisca e a petinha; casca da árvore chamada caneleira, de aroma e sabor agradáveis, usada em terapêutica, perfumaria, docaria e como condimento (pl.); pequeno poema da Idade Média, narrativo ou lírico, em versos octossilábicos. 4 - Substituição; estabelecimento de caridade para albergar pessoas necessitadas. 5 - Atilho; sofrimento; solteirona (pop.). 6 - Cozinha no forno; frutos silvestres. 7 - Astatino (s.q.); cobalto (s.q.). 8 - Pecara (fig.); diploma passado por uma autoridade oficial por meio do qual se confirmam certos direitos de alguém ou se concedem serviços. 9 - Braço (pop.); articulação das falanges dos dedos (pl.); época. 10 - Instrumento musical de cordas, cuja percussão se faz por meio de martelos accionados por teclas; afia no rebolo. 11 - Dama de companhia; emendas; análogo. 12 - Desarranjo mental (fig.); planta do pé (pl.); tabuinha que se comprime por meio de ligaduras de encontro a alguma parte do corpo lesada ou fracturada para a manter imóvel. 13 - Nome de homem; emissão de voz; pó negro que entra na composição de certas tintas (pl.).

VERTICAIS: 1 - A fina-flor; variedade de calcedónia, constituída por faixas alternantes de coloração diferente, mostrando, em corte, desenhos variados, e usada no fabrico de objectos de adorno e outros. 2 - Passa para fora; barco de recreio (pl.); caminhavam para lá. 3 - Peça ordinariamente de louça, em que se come ou se servem iguarias (pl.); raspadora. 4 - Dirija-se (fig.); ribeira portuguesa; modo (fig.). 5 - Estado de morдора de certas doenças de gravidade; formar em alas. 6 - Nome escocês; oferecer; naquelas. 7 - Agrupamento de gado grúdo; muito velhos. 8 - Eleve; grito (bras.). 9 - Apoquentara (fig.); proveram de asas. 10 - Chefe etíope; muitos (fig.); malfélicas. 11 - Reservatório, com ar rarefeito, onde as colheitas verdes se guardam comprimidas, para sofrerem fermentação e depois servirem de forragens; meio e modo de locomoção, através dos ares, próprios das aves e de outros animais dotados de órgãos aliformes (pl.). 12 - Irdio (s.b.); via dentro de uma povoação; a tua pessoa. 13 - Fruto do carvalho; sobreiro, azinheira, que é um agénio provido de cúpula; continuam. 14 - Braço de rio; engodar; a barlavento (núct.). 15 - Empunhar; a direção.

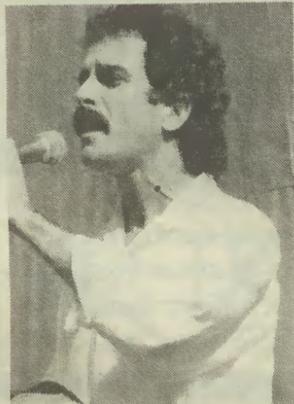
Sinónimos: 12 - Ir. rua; 13 - Bolota; reatam. 14 - Rial; iscar; alô. 15 - Asira; anlas.
ablar. 6 - Mac; dar; nas. 7 - Manda; amos. 8 - sososo. 7 - Ar. Co. 8 - Erara; alvira. 9 - Ast; nos; era. 10 - Plano; amola.
VERTICAIS: 1 - Escot; ágata. 2 - Sat; rales; tam. 3 - Pratos; raparam. 4 - Ia; Sor; ar. 5 - Coma; 6 - Mac; dar; nas. 7 - Manda; amos. 8 - sososo. 7 - Ar. Co. 8 - Erara; alvira. 9 - Ast; nos; era. 10 - Plano; amola.
HORIZONTAIS: 1 - Espira; mar; fibra. 2 - Sat; malar; riva. 3 - Cia; cancelas; ial. 4 - Troca; astilo. 5 - Lor; dor; ta. 6 - Assada; amora. 7 - Ar. Co. 8 - Erara; alvira. 9 - Ast; nos; era. 10 - Plano; amola.

0490205

CANÇÕES

Solidariedade com o Alentejo

Realiza-se hoje à noite, pelas 21.30, no novo espaço «Fórum Lisboa» (antigo Cinema Roma) um espectáculo preenchido com canções nas vozes de Janita Salomé, Vitorino, o Grupo de Cantadores da Casa do Povo de Serpa, os grupos «O Ó Que Som Tem», «Rio Grande» e «Suite da Terra». A receita dos ingressos neste espectáculo (bem como o valor correspondente à transmissão da RTP Internacional) revertirá para um fundo de solidariedade destinado a «suprir as necessidades fundamentais das populações do Alentejo vítimas do recente temporal, que a muitos deixou sem casas e bens essenciais». Os bilhetes podem ser adquiridos no antigo Cinema Roma e, ainda, na Casa do Alentejo.



MARIONETAS

A Tempestade ou a Ilha Encantada

De 10 a 14 do corrente será apresentado na Sala de Ensaio do Centro Nacional de Belém o espectáculo «A

Tempestade ou a Ilha Encantada» pelo «Tarumba» - Teatro de Marionetas. Como pode ler-se no texto de apresentação, «após a adaptação de Textos de Marlowe e Federico Garcia Lorca ao teatro de marionetas, «A Tempestade» (última obra de William Shakespeare) é mais uma tentativa de divulgar os grandes autores e apostar fortemente na criação de um público para este tipo de espectáculos». A Direcção e Encenação deste espectáculo é de Luís Vieira, a adaptação e pesquisa musical de Luís Vieira e Rute Ribeiro, a cenografia de João Cardoso e a maquinaria de cena, adereços e apoio técnico de António Lino. Os espectáculos serão apresentados no dia 10 às 15 horas, nos dias 11 e 12 às 11 e 22 horas, no dia 13 às 15.30 e 22 horas e no dia 14 às 15.30.



ATALHE DE FOICE CAMPANHA

O primeiro-ministro António Guterres descobriu agora que havia membros do Governo a fazer campanha eleitoral com os meios do Estado. Vai daí, com aquele ar seráfico que lhe adveio da entrada em São Bento, deu «ordens rigorosas» para que os ministros não confundam o cargo com iniciativas eleitorais. Consta que foi durante o Conselho de Ministros da passada quinta-feira. Tratando-se de um evento pouco mediático, havia que dar dimensão pública à decisão. Embora a contragosto, presume-se, eis que Guterres - o chefe do Governo - foi num instantinho ao Fundão dar o pontapé de saída na campanha do PS, onde garantiu que ministros, secretários de Estado e governadores civis vão deixar os carros oficiais nas garagens sempre que participarem em funções partidárias.

Uma coisa bonita de se ver, tanto mais que o nosso primeiro não deixou de lembrar que «como sempre aconteceu em Portugal e na Europa democrática, os membros do Governo que forem militantes, dirigentes ou simpatizantes de um partido não têm apenas o direito mas também o dever de participar em campanhas eleitorais». Tem que ser é à civil e com meios próprios, para não acontecer como no passado, em que ministros houve que «até chegaram a requisitar um helicóptero à Força Aérea» para serviço partidário. Uma piada para Marques Mendes, o político mais apagado desta campanha, a quem cabe a proeza de ter inaugurado os passeios aéreos para sentir a realidade social, hoje tão do agrado de candidatos como Filipe Menezes ou Torres Couto, numa clara demonstração que nisto de inovações não há divisões partidárias.

Mas voltando à vaca fria, temos pois os governantes, disciplinados, a andar numa roda-viva, trocando a governamental pele pela pele de «cidadãos no pleno gozo dos seus direitos», quais artistas de travesti, ao compasso das necessidades. Tiram-se as gravatas, alargam-se os colarinhos, arregaçam-se as mangas, agitam-se as cabeleiras, aligeira-se a pose, trocam-se os bólides do Estado por uns utilitários, e pronto, eis a equipa que de manhã cortou fitas e de tarde distribuiu benesses, prontinha para a sessão ou comício partidário. Uma lisura.

Marcelo Rebelo de Sousa, que-nunca-teve-nada-querer-com-o-partido-que-esteve-dez-anos-no-poder-que-por-sua-vez-nunca-fez-campanha-com-os-meios-do-Estado, vai ficar descansado e com mais disponibilidade para acompanhar Cavaco numa queijada de Sintra, ou para praticar com Monteiro a mui nobre arte epistolar a que ambos se dedicam, seja para fazer queixas a Jorge Sampaio, seja para desancar na regionalização.

O tema da regionalização é, de resto, muito caro aos dois dirigentes partidários, que aproveitam a campanha para zurrir no assunto. Marcelo aconselha Guterres a meter «a mão na consciência» e a parar «esta loucura»; Monteiro, mais catastrófico, avisa que «a independência de Portugal pode estar, hoje, em perigo», ilustrando a asserção com a crescente entrada no interior do país de professores e médicos espanhóis. Deve ter sido por isso que meia dúzia de «patriotas» se dedicaram na segunda-feira ao pouco dignificante espectáculo de agitar cartazes nos Restauradores onde se podia ler «antes morto que espanhol».

Guterres, o cidadão, insiste na campanha à portuguesa. Pisca o olho à esquerda e à direita, acusa os comunistas de alianças contranatura, e defende a sua dama, ou seja, a obra do Governo, enquanto vai lembrando que é «primeiro-ministro, mas não deixa de ser líder do PS». Tudo como dantes.

■ Anabela Fino

ÚLTIMAS

«Cérebro» entregue a uma multinacional

Greve paralisa informática da Petrogal

Foram convocados dois dias de greve no sector de informática da Petrogal, em protesto contra a venda do sistema de informação da empresa à multinacional EDS. Hoje de manhã tem lugar um plenário de trabalhadores.

A realização desta reunião foi decidida sexta-feira, num plenário onde, por unanimidade, foi dado aval às organizações sindicais para que «dêem seguimento» à greve de ontem e de amanhã (que inclui ainda a recusa de trabalho extraordinário até dia 8), caso a administração da Petrogal continue a não dialogar com os trabalhadores e mantenha os procedimentos mais recentes para o «outsourcing» da informática.

Na resolução que, sexta-feira passada, foi aprovada com aclamação, os trabalhadores afirmam que «todo este processo de "venda" dos sistemas de informação da Petrogal à EDS (que, pasme-se, trabalha também para empresas concorrentes da Petrogal, caso da Repsol) foi desenvolvido num enquadramento de preocupações financeiras e técnicas, ignorando totalmente os aspectos relacionados com os recursos humanos». Os cerca de

cem trabalhadores ligados a esta área, protesta-se na resolução, foram colocados perante uma de duas opções: ou rescidem o contrato com a Petrogal e transitam para a EDS, ou ficam na Petrogal, mas em situação de desemprego.

Sublinhando que muitos dos trabalhadores atingidos «deram várias dezenas de anos de trabalho à Petrogal», o plenário considerou esta situação «no mínimo, degradante» e reveladora da forma como a administração «pensa, gere e trata os seus recursos humanos, agora na área da informática, depois em qualquer outra área da empresa que se mostre aliciante para o capital privado».

Com esta venda à EDS, considera-se na resolução, a Petro-

gal «põe em causa não só a competência do seu quadro directivo nesta área (um director-geral e cinco directores), como também o seu quadro técnico, constituído por cerca de cem profissionais», e «coloca na mão de terceiros um manancial de informação para o negócio do petróleo como matéria-prima» para o negócio gasoleiro em geral.

A resolução foi divulgada pela Comissão Central de Trabalhadores da Petrogal que, em conjunto com estruturas sindicais da CGTP, da UGT e sem filiação, convocou para ontem à tarde uma conferência de imprensa sobre este problema.

Calçado protesta hoje no Porto

Está marcada para hoje à tarde, junto às instalações da Associação dos Industriais do Calçado, no Porto, uma concentração de trabalhadores, para exigir uma revisão justa do contrato colectivo do sector.

Esta iniciativa da Fesete/CGTP tem lugar na véspera de mais uma reunião de negociação, agendada para amanhã. Só que, na última destas reuniões, a 26 de Novembro, a associação patronal limitou-se

a passar a sua proposta de aumentos salariais de 40 para 50 escudos diários (valor calculado para o salário correspondente à categoria de operário de 1ª) «e teve o desprazer de propor 5 escudos de aumento diário no subsídio de alimentação» - protestam a federação e os sindicatos, num comunicado que fizeram chegar à nossa Redacção e no qual admitem a evolução «para uma luta mais forte pela defesa das nossas propostas».

40 horas

Diversos patrões de empresas têxteis, de vestuário e calçado, da metalurgia, da química, da construção civil e outros sectores «continuam a promover a vigarice», exigindo que a redução da semana de trabalho para o máximo de 40 horas seja feita à custa das pausas. A denúncia foi feita segunda-feira à noite pela União dos Sindicatos de Braga, num comunicado em que revela que as trabalhadoras da Orfama entraram em greve das

16.30 às 17 horas, luta que vão continuar diariamente para obrigar a entidade patronal a cumprir a lei.

O comportamento patronal nesta segunda fase da aplicação da Lei 21/96, que impõe a redução para o máximo de 40 horas semanais desde o início deste mês, «está a desencadear uma onda de greves de 10, 15 e 30 minutos diários e de duas horas e meia semanais em dezenas de empresas do distrito», afirma a USB/CGTP, recordando que estão em causa «direitos em vigor desde 1959».

Mais Lisboa... a correr!

A Coligação "Mais Lisboa" vai levar a efeito no próximo sábado, dia 6 de Dezembro, uma corrida pedestre denominada "Mais Lisboa... a correr".

Com início às 10.30 horas, em Entre-Campos, a corrida realiza-se através de algumas das principais avenidas da cidade para terminar na Praça do Município. Nela podem participar atletas federados e não federados, de todos os

escalões e ambos os sexos, sendo aceites inscrições até ao momento da partida.

Pelo seu carácter não competitivo, os participantes são aconselhados a iniciar a sua prova em diferentes locais - Entre-Campos, Saldanha, Marquês de Pombal, Restauradores ou Rossio - de acordo com os respectivos escalões e a sua condição física actual.

Há já mais de 700 atletas inscritos, de mais de 70 clubes

desportivos, numa iniciativa que inclui algumas figuras de destaque - Dinonísio Castro, Joaquim Ferreira, Armando Aldegallega, Lucília Soares, Domingos Castro, Luzia Dias e Rosa Mota.

A inclusão de uma actividade desportiva na campanha eleitoral "tem um significado que ultrapassa o simples acto



de prática desportiva actual», sublinha-se em documento distribuído à imprensa quando da apresentação desta iniciativa, no passado dia 28 de Novembro, no Espaço Jovem "Mais Lisboa".

Pretende-se privilegiar "os aspectos sociais de abertura, de convívio e de festa", como resulta das próprias características da corrida - o percurso pelas principais avenidas da cidade, a abertura à participação de todos, a oportunidade de praticar desporto só pelo prazer que dele resulta.

Resumindo - a expressão de um anseio "por mais desporto, mais cultura, melhor qualidade de vida».



Apresentação da iniciativa "Mais Lisboa... a correr", em conferência realizada dia 28 de Novembro no Espaço Jovem "Mais Lisboa". Na foto, Bernardo Manuel, António Vilela, Melo Carvalho, Rosa Mota, Dionísio Castro, Luzia Dias, Armando Aldegallega e Joaquim Ferreira



5603199000445